Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

Aprovado em 03 de julho de 2020

Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública

SUMÁRIO

1	**Da Identificação do Curso de Gestão Pública e seus Fundamentos Conceituais.....**	**5**
1.1	Introdução	5
1.2	Dados de Identificação da UFMG.....	6
1.3	Perfil Institucional, Missão e Breve Histórico da UFMG.....	6
1.4	Contextualização do Curso de Gestão Pública.....	8
1.5	Dados de Identificação e Breve Histórico da Fafich e do Curso de Gestão Pública.....	14
1.6	Apresentação e Breve Histórico da Fafich e do Curso de Gestão Pública	15
1.7	Formas de Ingresso em Vagas Iniciais.....	15
1.8	Bases Normativas e Legais.....	16
1.9	Acessibilidade.....	19
1.10	Objetivo do Curso de Gestão Pública.....	21
1.11	Competências e habilidades do profissional.....	22
1.12	Identificação das Demandas Profissionais e Sociais.....	23
1.13	Perfil do Profissional Egresso.....	23
2	**Da Estrutura Curricular.....**	**24**
2.1	Princípios Teórico-Metodológicos.....	24
2.2	Configuração Curricular.....	28
2.2.1	*Núcleos de Integralização*.....	*29*
2.2.2	*Percursos Curriculares*.....	*33*
2.2.3	*Representação Gráfica do Curso*.....	*35*
2.3	Estágio Curricular.....	40
2.4	Atividades Acadêmicas Complementares.....	40
2.5	Formação em Extensão Universitária.....	42
2.6	Trabalho de Conclusão de Curso.....	44
2.7	Mobilidade Estudantil.....	44
2.8	Atividades Curriculares com Conteúdo Exigido em Legislações Específicas.....	46
2.9	Atividades com Carga Horária a Distância.....	48
2.10	Avaliação da Aprendizagem	50
2.11	Avaliação do Curso de Gestão Pública.....	51
2.12	Políticas e Programas de Pesquisa e Extensão e Inclusão.....	55

3 Da Infraestrutura 61
3.1 Instalações, Laboratórios e Equipamentos..... 61
3.2 Acessibilidade..... 63
3.3 Biblioteca..... 65
3.4 Gestão do Curso, Corpo Docente e Corpo Técnico-administrativo..... 67

APÊNDICE

1 CORPO DOCENTE DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA..... 72
2 EMENTÁRIO DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA..... 73
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS..... 73
DISCIPLINAS OPTATIVAS..... 78
ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES (AAC)..... 89
3 BIBLIOGRAFIAS BÁSICA E COMPLEMENTAR DAS DISCIPLINAS DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA, POR PERÍODO 91
DISCIPLINAS DO 1º PERÍODO..... 92
DISCIPLINAS DO 2º PERÍODO..... 103
DISCIPLINAS DO 3º PERÍODO..... 113
DISCIPLINAS DO 4º PERÍODO..... 125
DISCIPLINAS DO 5º PERÍODO..... 135
DISCIPLINAS DO 6º PERÍODO..... 142
DISCIPLINAS DO 7º PERÍODO..... 145
DISCIPLINAS DO 8º PERÍODO..... 147
DISCIPLINAS DO 9º PERÍODO..... 149
DISCIPLINAS DO 10º PERÍODO..... 152

LISTA DE QUADROS

1	Distribuição das disciplinas obrigatórias por eixo estruturante.....	31
2	Distribuição das disciplinas optativas por eixo estruturante.....	32
3	Carga horária mínima e máxima para os três subgrupos de optativas	36
4	Representação Currículo Bacharel em Gestão Pública com NE e NG ...	37
5	Representação Currículo Bacharel em Gestão Pública com NE, NG e NC.....	38
6	Representação Currículo Bacharel em Gestão Pública com NE, NG e NA.....	39
7	Atividades Acadêmicas Complementares.....	41
8	Atividades curriculares de Formação em Extensão.....	43
9	Disciplinas de Atividade de Mobilidade Estudantil.....	46
10	Disciplinas com conteúdo exigido em legislações específicas.....	47
11	Pontuação e respectivos conceitos de avaliação de aprendizagem.....	51
12	Ambientes Administrativos e de Apoio docente.....	61
13	Laboratórios disponíveis a docentes e discentes do curso de Gestão Pública.....	62

LISTA DE TABELAS

1	Estrutura geral do currículo do curso de Bacharelado em Gestão Pública	36
2	Disciplinas do curso de Gestão com oferta a distância, por carga horária máxima (%, horas-aula)	49
3	Produção dos professores do Curso de Gestão Pública (2015-2017)	57
4	Produção dos professores do Curso de Gestão Pública (2015-2017)	57

1. Da Identificação do Curso de Gestão Pública e seus Fundamentos Conceituais

1.1 Introdução

Este Projeto Pedagógico estabelece nova estrutura curricular para o curso Gestão Pública, incorporando à versão aprovada em maio de 2018 diretrizes e regras estabelecidas em normativas deliberadas no período posterior, dentre elas, as novas Normas Gerais da Graduação, aprovadas pela Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) nº 01/2018, em vigência a partir de 2019, e a Resolução nº 10/2019, também do CEPE, que regulamenta a Formação em Extensão.

O texto está organizado em três partes. Na primeira parte, além desta Introdução, são apresentados os dados de identificação do curso de Gestão Pública, da Fafich e da UFMG, a contextualização desse curso e as diferentes dimensões que o constituem (formas de ingresso, bases normativas e legais, acessibilidade, objetivos, demandas profissionais e sociais a ele direcionadas e o perfil do profissional egresso). Na segunda parte, o foco é colocado na estrutura curricular do curso de Gestão Pública, destacando-se os princípios teórico- metodológicos que a orientam, sua configuração, os percursos e representações curriculares, as formas de avaliação da aprendizagem e do curso e, por fim, as políticas e programas de pesquisa, extensão e inclusão desenvolvidos em seu âmbito ou com os quais mantém interface. Por fim, na terceira parte, apresentam-se as diferentes dimensões da infraestrutura que sustenta o curso de Gestão Pública, abrangendo instalações, laboratórios e equipamentos que mobiliza; os ambientes administrativos e de apoio docente que ocupa; a configuração da Biblioteca Prof. Antonio Luiz Paixão, situada na Fafich, e o acesso dos alunos a ela; as instâncias de gestão do curso e os corpos docente e técnico-administrativo com ele envolvidos. Anexados ao documento, são disponibilizados quadro com o corpo docente que atua no curso de Gestão Pública; o Ementário; as bibliografias básicas e complementares que compõem os programas das disciplinas obrigatórias.

1.2 Dados de Identificação da UFMG

<table>
<tr><td colspan="3">Mantenedora: Ministério da Educação</td></tr>
<tr><td colspan="3">IES: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)</td></tr>
<tr><td>Natureza Jurídica:
Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal</td><td colspan="2">CNPJ:
17.217.985/001-04</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Endereço:
Av: Antônio Carlos, 6627
Pampulha – Belo Horizonte – MG
CEP: 31270 – 901</td><td colspan="2">Fone:
+55 (31) 34095000</td></tr>
<tr><td colspan="2">Sitio: http://www.ufmg.br
e-mail: reitora@ufmg.br</td></tr>
<tr><td>Ato Regulatório: Credenciamento
Lei Estadual
Nº documento: 956
Data de Publicação: 07/09/1927</td><td colspan="2">Prazo de Validade:
Vinculado ao Ciclo Avaliativo</td></tr>
<tr><td>Ato Regulatório: Recredenciamento
Lei Federal
Nº documento: 971
Data de Publicação: 19/12/1949</td><td colspan="2">Prazo de Validade:
Vinculado ao Ciclo Avaliativo</td></tr>
<tr><td>CI - Conceito Institucional</td><td>5</td><td></td></tr>
<tr><td>IGC – Índice Geral de Cursos</td><td>5</td><td></td></tr>
<tr><td>IGC Contínuo</td><td>4.1700</td><td></td></tr>
<tr><td>Reitor(a): Sandra Regina Goulart Almeida</td><td colspan="2">Gestão: 2018-2022</td></tr>
</table>

1.3 Perfil Institucional, Missão e Breve Histórico da UFMG

A origem da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) remonta à Universidade de Minas Gerais (UMG), criada pela Lei Estadual nº 956, de 7 de setembro de 1927, a partir da reunião das quatros instituições de ensino superior existentes à época, em Belo Horizonte: a Faculdade de Direito, criada em 1892, em Ouro Preto; a Faculdade de Medicina, criada em 1911; a Escola de Engenharia, criada também em 1911, e a Escola de Odontologia e Farmácia, cujos cursos foram criados em 1907 e 1911, respectivamente. Em meio a processos de ampliação acadêmica consideráveis, nas décadas de 1940 e 1950, a UMG foi federalizada, em 1949, mantendo, no entanto, o mesmo nome. Nos anos 1960, UMG vivenciou um expressivo programa de expansão, passando, em 1965, a ser denominada Universidade Federal de Minas Gerais, expressando, assim, sua vinculação à estrutura administrativa federal.

Tal como estabelecido em seu Estatuto e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2018–2023, a UFMG "tem por finalidades precípuas a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, compreendidos de forma indissociada e integrados na educação e na formação científica e técnico-profissional de cidadãos imbuídos de responsabilidades sociais, bem como na difusão da cultura e na criação filosófica, artística e tecnológica. No cumprimento dos seus objetivos, a UFMG mantém cooperação acadêmica, científica, tecnológica e cultural com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais e constitui-se em veículo de desenvolvimento regional, nacional e mundial, almejando consolidar-se como universidade de excelência e relevância, mundialmente reconhecida" (PDI UFMG 2018-2023, p.17).

Para cumprir suas finalidades, a UFMG assume como missão "gerar e difundir conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, destacando-se como Instituição de referência na formação de indivíduos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humanística e comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade, com vistas à promoção do desenvolvimento econômico, da diminuição de desigualdades sociais, da redução das assimetrias regionais, bem como do desenvolvimento sustentável" (PDI UFMG 2018-2023, p.17).

Para o cumprimento de sua missão, a UFMG desenvolve programas e projetos de ensino – nos níveis de Graduação e de Pós-Graduação –, pesquisa e extensão sob a forma de atividades presenciais e a distância, em todas as áreas do conhecimento. Ocupa-se, também, da oferta de cursos de Educação Básica e Profissional. Atualmente, oferta 90 cursos de graduação presenciais – 16 são licenciaturas, 73 são bacharelados e um (1) tecnológico - e cinco cursos de graduação a distância - quatro são licenciaturas, e um (1), bacharelado. Em 2017, a UFMG ofereceu 8.739 vagas e teve o total de 7.523 ingressantes, totalizando 31.613 alunos matriculados nos diversos cursos de graduação. Em 2018, somava 84 programas de Pós-Graduação, envolvendo 70 cursos de Doutorado, 75 cursos de Mestrado Acadêmico e oito cursos de Mestrado Profissional com 9.600 estudantes matriculados. Na última avaliação dos programas de pós-graduação pela CAPES (2017), 36% dos programas oferecidos pela UFMG alcançaram conceitos 6 e 7, que são conferidos a cursos com padrão de excelência internacional.

Merece destaque ainda que, em 2017, o número de docentes da UFMG era de 3.468, sendo a grande maioria em regime de trabalho de tempo integral (88%) e com doutorado (89%).

Naquele ano, o número de técnicos-administrativos era de 4.393, dos quais 75% com curso superior e, dentre estes, muitos com pós-graduação.

Além de se pautar pelo mérito e qualidade acadêmica, a UFMG destaca-se também pela relevância social. Seus docentes têm participação expressiva em comitês de assessoramento de órgãos de fomento à pesquisa, em comitês editoriais de revistas científicas e em diversas comissões de normas técnicas, além de produção científica elevada (média de 5.800 artigos por ano). Na área de extensão, em 2017, registraram-se, no Sistema de Informação da Extensão (SIEX), 185 programas, 1.125 projetos, 377 cursos, 368 eventos e 335 prestações de serviço, totalizando 2.390 ações de extensão, com o envolvimento de 1.872 docentes, 476 servidores técnicos-administrativos em educação e quase 4.000 estudantes. As ações de extensão são desenvolvidas em todas as unidades acadêmicas.

Por fim, mas não menos importante, merecem destaque o esforço da UFMG na ampliação dos gastos com a assistência estudantil, a promoção de políticas voltadas para a afirmação da cidadania, da diversidade, da igualdade e da inclusão, além do combate às diferentes formas de intolerância, discriminação e violação de direitos humanos.

1.4 Contextualização do Curso de Gestão Pública

Desde 2014, o curso de Gestão Pública segue as "Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, que compreendem o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas" (art. 1º, da Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014, que institui essas DCN). Conforme expresso no art. 3º desta resolução, "O curso de graduação em Administração Pública [bem como todos incluídos no Campo de Públicas] deverá propiciar formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, administradores ou gestores públicos na administração pública estatal e não-estatal, nacional e internacional, e analistas e formuladores de políticas públicas".

Desde sua criação, o curso de Gestão Pública se propõe a formar pessoal qualificado para o desempenho competente da função de gestor público, diretamente comprometido com a efetivação do interesse público, capaz de atuar no âmbito estatal e não-estatal, no Brasil ou no exterior. Foi concebido pelo corpo docente do Departamento de Ciência Política (DCP), da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich), amplamente reconhecido em Minas Gerais e em todo o Brasil por sua qualidade acadêmica nos níveis da graduação e da pós-graduação e por sua contribuição para a formação de profissionais e pesquisadores.

Destaque-se que o DCP, pelo seu dinamismo e produtividade na pesquisa de diversas formas de manifestação do fenômeno político, também mantém convênios e outras formas de cooperação com importantes universidades e centros de pesquisa do Brasil e de outros países. Nesse departamento, foi criado o primeiro programa de pós-graduação em Ciência Política no ano de 1966, concomitantemente à criação do próprio departamento, o qual teve entre seus objetivos o estudo de políticas públicas e a preparação de profissionais para atuar em assessorias e consultorias de governos e de organizações civis. Atualmente, o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política é avaliado com a nota máxima da CAPES (sete) e tem como uma de suas importantes linhas de pesquisa a denominada *Estado, Gestão e Políticas Públicas*, demonstrando a sua inserção na formação e produção de conhecimento nesse campo.

O DCP possui 14 centros e núcleos de pesquisa, envolvendo todo o corpo docente e inúmeros bolsistas, tanto de graduação quando de pós-graduação, que realizam pesquisas e atividades de extensão em diversas temáticas, as quais redundam em expressivo volume de publicações em periódicos qualificados nos estratos mais altos da área, bem como de livros e outras formas de publicação.

As mudanças na organização do Estado e a crescente complexidade das relações sociais constituem as referências principais que levaram os proponentes do curso a concluir pela necessidade de se promover uma formação universitária inovadora para esse novo tipo de profissional – o gestor público - cujo âmbito de atuação em muito ultrapassa a concepção restrita do funcionário público e até mesmo do burocrata especializado. Por um lado, as esferas de atuação e de intervenção dos governos contemporâneos vêm sendo constantemente ampliadas. Essa tendência se acentuou a partir da segunda metade do século XX, manifestada na criação de órgãos e funções especializadas, cujos objetivos só são realizados mediante planejamento criterioso da alocação de recursos escassos. Os governos tornaram-se

administradores de políticas específicas, cujo sucesso depende de gestores capacitados para cuidar de cada etapa e aspecto da intervenção que é promovida. Por outro lado, encontram-se também em expansão novas formas de mobilização e de participação de diferentes grupos sociais que aspiram ter acesso a e influir em processos deliberativos que ocorrem tanto no âmbito do Poder Executivo quanto do Poder Legislativo. O aumento do número de associações e movimentos reivindicatórios altera a configuração dos interesses que afetam as agendas governamentais e as rotinas da administração pública. Cresce a legitimidade de propostas de controle de políticas públicas pelos cidadãos organizados, o que aumenta a complexidade das rotinas e procedimentos da gestão pública.

É nesse cenário que a função do gestor público passa a configurar a necessidade de formação profissional mais completa e especializada para com a coisa pública tanto no âmbito estatal quanto nos espaços não-estatais vinculados a processos deliberativos públicos ou à execução de políticas e programas governamentais. O gestor público é esse novo tipo de servidor do Estado e do cidadão que assume a tarefa de pôr em prática os conteúdos normativos das leis e de diretivas de programas de governo concebidos a partir do ideal de realização do interesse público. É certo que ele se pode formar na própria rotina do serviço público ou na atuação em esferas públicas não-estatais. Mas esse treinamento assistemático pode ocorrer com perda de eficiência e eficácia, levando à utilização subótima de recursos materiais e humanos.

A essa conclusão chegou o corpo docente do DCP a partir da sua experiência acumulada na graduação em Ciências Sociais e na pós-graduação em Ciência Política e, particularmente, com a experiência da oferta, desde 2003, do curso de Especialização em Políticas Públicas. Esse curso tem sido procurado principalmente por funcionários públicos municipais e estaduais que atuam como "gerentes de serviços" e coordenadores de programas e políticas específicas e por profissionais que trabalham em organizações não-governamentais que mantêm convênios com o poder público. Em geral, a maioria dos alunos desse curso é formada por assistentes sociais, psicólogos, sociólogos e pedagogos que enfrentam o desafio de adquirir a competência para as funções de planejamento e gestão de políticas públicas, dado que não foram para isso preparados na formação profissional específica que tiveram.

É nesse contexto que foi criado, em 2009, o curso de graduação em Gestão Pública, no formato presencial e no período noturno. Essa iniciativa ocorreu no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI),

patrocinado pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do Parecer nº 325, de 11 de novembro de 2008, da Câmara de Graduação da UFMG.

O curso de Gestão Pública propõe-se a oferecer uma formação integral para as pessoas que pretendem ter como referência de carreira profissional a promoção do interesse público. Essa formação abrange conhecimentos referidos à organização, ao funcionamento e à gestão dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como a organizações públicas não-estatais nacionais e internacionais. Inclui a formação teórica e metodológica que permite o estudo e a compreensão de processos políticos pertinentes ao âmbito de gestão da coisa pública, destacando a lógica das interações entre atores políticos nas diversas arenas em que se confrontam no sistema político organizado sob a forma de república federativa.

Dessa forma, o profissional formado torna-se apto para atuar com competência no âmbito das complexas redes institucionais e sociais que se organizam com o objetivo de processar os temas de interesse público na esfera da política, não se restringindo ao conhecimento mais aprofundado apenas de um dos Poderes do Estado, como ocorre nos cursos em que a ênfase está exclusivamente na administração pública, e o foco, no Poder Executivo, ou, em outra perspectiva, naqueles que colocam a ênfase na dinâmica da sociedade civil, focalizando predominantemente as organizações não-governamentais.

Cabe destacar ainda que a proposta de criação do curso de Gestão Pública teve amparo legal na Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007, do MEC, que se refere, entre outros, aos cursos de Ciências Sociais. Esse enquadramento, no entanto, foi alterado a partir de uma ampla mobilização das instituições de ensino brasileiras que possuem cursos de Gestão Pública ou congêneres e que se organizaram no coletivo denominado Movimento do Campo de Públicas e em uma associação, a Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP). Sob o impulso dessas instâncias, no início da década de 2010, foram discutidos e construídos parâmetros específicos para esse campo, os quais foram encaminhados ao Conselho Nacional de Educação (CNE) e ao MEC para análise. Em decorrência dessa mobilização, por meio da Resolução CNE/Câmara de Educação Superior (CES) nº 01, de 13 de janeiro de 2014, foram definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) da área de Administração Pública, que compreende o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas, denominado Campo de Públicas. Essa Resolução, ao

instituir as DCN para o conjunto de cursos que compõem esse campo, também estabeleceu, em seu art. 12, que as Instituições de Ensino Superior (IES) teriam o prazo de dois anos para proceder às adequações necessárias para o cumprimento das novas normas, ou seja, até janeiro de 2016.

A exigência de adequação do curso de Gestão Pública às DCN da área de Administração Pública e as reflexões geradas a partir de uma avaliação dos seus primeiros anos de vigência levaram o Colegiado de Coordenação Didática a proceder a uma efetiva avaliação de sua configuração, desenvolvimento e resultados. Para tanto, instituiu-se uma comissão formada por professores do Núcleo Docente Estruturante (NDE), por doutorandos que compunham a equipe de docência de Gestão Pública e um representante discente. Os dados, informações e análises geradas por essa comissão subsidiaram o Colegiado na formulação da proposta de reforma do curso, encaminhada à apreciação da Câmara de Graduação da UFMG e aprovada em novembro de 2015.

Os principais pontos da estrutura curricular alterados nessa reforma foram:

- Ampliação da carga horária mínima do curso, que passou de 2.400 para 3.000 horas, nos termos da Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007, que institui as cargas horárias mínimas para os cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, e observada na Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014 mencionada anteriormente. Esta foi a principal adequação às DCN da área de Administração Pública.
- Extinção das três ênfases curriculares: Gestão do Poder Executivo, Gestão do Poder Legislativo, Gestão Pública Não-Estatal. Essa mudança decorreu de uma avaliação que considerou os seguintes aspectos: a opção por uma das ênfases empobrece a formação do gestor público dado que é desejável uma formação mais geral que incorpore o conteúdo das três ênfases, sendo que cada uma isoladamente não traz especificidades que as justifiquem como especialização; a formação com ênfase não foi uma procura dos alunos que optaram em sua totalidade pela formação geral (um dos percursos possíveis); a análise das demandas do mercado de trabalho, feita especialmente por meio da leitura e análise de diversos editais de concursos públicos, indicou que essa especialização não é um fator que gera um diferencial na formação do gestor

público, não se justificando engendrar esforços para algo que não traz ganhos significativos na formação.

- Inclusão de disciplinas relacionadas a campos do conhecimento que as DCN tornaram obrigatórios para a formação do gestor público.
- Revisão da posição de disciplinas no percurso formativo, bem como revisão da obrigatoriedade (ou não) de algumas disciplinas.
- Alterações no conteúdo de disciplinas com o objetivo de: (a) adequá-las não apenas às DCN da área de Administração Pública, mas também à normatização relativa às temáticas Relações Étnico-raciais, Educação Ambiental e Direitos Humanos, conforme determinado, respectivamente, pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e pelas Resoluções nº 1, de 17 de junho de 2004, e nº 1, de 30 de maio de 2012, ambas do CNE; (b) melhor atender às efetivas necessidades de formação do gestor público; e, por fim, (c) eliminar sobreposições.

Posteriormente à reforma curricular de 2015, novas normatizações instituídas pelo MEC e pela UFMG para o ensino de graduação, assim como atualizações e alterações na normatização do curso por parte do Colegiado, foram incorporadas, implicando a reforma curricular configurada por este Projeto Pedagógico. Entre as novas normativas, merecem destaque, por sua abrangência, as seguintes:

- Resolução Complementar CEPE nº 01/2018, de 20 de fevereiro de 2018, que aprova as novas Normas Gerais de Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
- Resolução CEPE/UFMG nº 10/2019, que estabelece diretrizes curriculares para a integralização de atividades acadêmicas curriculares de formação em extensão universitária nos cursos de graduação.

Cabe destacar que essa trajetória de pouco mais de 10 anos de vigência e o aprendizado que ela implica sedimentam a posição privilegiada que o curso de Gestão Pública tem logrado relativamente aos seus similares em nível de Brasil, conforme mostra seu posicionamento nas

duas avaliações realizadas pelo MEC ao longo de sua existência. Em 2012, com base em visita *in loco*, o curso obteve, no Conceito de Curso (CC), a pontuação máxima, conceito 5 (cinco).

Em 2018, no primeiro ciclo de avaliação dos cursos que aderiram às DCN da área de Administração Pública, participaram do Enade 61 cursos da área. Na classificação geral, apenas dois cursos da área obtiveram a pontuação máxima (5). O curso de Gestão Pública da UFMG logrou excelentes resultados, em termos comparativos, obtendo pontuação 4 (quatro), no Conceito Enade e no Conceito Preliminar de Curso (CPC), posicionando-se em 5º e 7º lugares na classificação geral, respectivamente.

1.5 Dados de Identificação da Fafich e do Curso de Gestão Pública

<table>
<tr><td colspan="2">Curso: Gestão Pública</td></tr>
<tr><td colspan="2">Unidade: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Fafich</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Endereço: Avenida Antônio Carlos, 6627, Fafich, sala 2039</td><td>Fone: +55 (31) 3409-3826</td></tr>
<tr><td>Sitio: http://www.fafich.ufmg.br/gestaopublica/
e-mail: gestaopublica@fafich.ufmg.br</td></tr>
<tr><td>Diretor(a) da Unidade: Bruno Pinheiro Wanderley Reis</td><td>Gestão: 2019-2023</td></tr>
<tr><td>Coordenador(a) do Colegiado: Geralda Luiza de Miranda</td><td>Gestão:2018-2020</td></tr>
<tr><td>Número de vagas iniciais ofertadas por semestre: 40</td><td>CPC: 4</td></tr>
<tr><td>Turno(s) de Funcionamento: Noturno</td><td>Carga Horária Total: 3.000 horas</td></tr>
<tr><td>Área de conhecimento: Administração Pública</td><td>Ato de reconhecimento: Portaria SERES/MEC nº 52, de 28 de maio de 2012</td></tr>
<tr><td>Tempo padrão de integralização: 10 semestres
Mínimo: 08 semestres; Máximo:17 semestres</td><td>Modalidade: Bacharelado
Formato Pedagógico: Presencial</td></tr>
</table>

1.6 Apresentação e Breve Histórico da Fafich e do Curso de Gestão Pública

O curso de Gestão Pública está abrigado no Departamento de Ciência Política (DCP) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich). Essa unidade foi fundada em 1939, ainda no âmbito da Universidade de Minas Gerais, e atualmente abriga também os cursos de graduação em Antropologia, Ciências Sociais, Comunicação Social, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Filosofia, História, Psicologia, Ciências Socioambientais e Antropologia, além do Ciclo Introdutório em Ciências Humanas, cujo papel é oferecer aos alunos dos cursos de graduação da UFMG, em seu conjunto, disciplinas de caráter introdutório nas áreas de Ciência Política, Sociologia, História, Filosofia e Comunicação Social. Essas disciplinas estão sob a responsabilidade de sete departamentos da Fafich.

A partir da experiência pioneira dos cursos de Mestrado nas áreas de Ciência Política (o primeiro do Brasil), Sociologia e Filosofia, a Fafich conta hoje com seis programas de pós-graduação de mestrado e doutorado nas áreas de Ciência Política, Comunicação Social, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia, e Programa de Mestrado em Antropologia. Diversos cursos de especialização são também ofertados regulamente pelos diferentes departamentos que fazem parte da Fafich, bem como diversas outras atividades e eventos de extensão universitária, configurando significativa contribuição para diferentes segmentos sociais.

1.7 Formas de Ingresso em Vagas Iniciais

O curso de Gestão Pública oferece 80 (oitenta) vagas anuais por meio de duas entradas, sendo 40 (quarenta) vagas por semestre.

O processo seletivo para ingresso no curso de Gestão Pública obedece aos critérios estabelecidos pela UFMG, por meio das Resoluções do Conselho Universitário nº 01, de 19 de março de 2013, e sua reedição por meio da Resolução nº 16, de 11 de agosto de 2015; e a Resolução Complementar nº 1, de 16 de março de 2010; pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de

2012, alterada pela Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016; pelo Decreto MEC nº 7824, de 11 de outubro de 2012; e pelas Portarias Normativas MEC nº 21, de 5 de novembro de 2012; nº 18, de 11 de outubro de 2012; nº 19, de 06 de novembro de 2014; e nº 9, de 05 de maio de 2017.

Desde 2014, a UFMG seleciona os candidatos para os cursos presenciais de graduação por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), do MEC. Para concorrer às vagas oferecidas pela UFMG, o candidato deve, obrigatoriamente, se inscrever no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para, posteriormente, efetuar sua inscrição no SiSU. A seleção dos candidatos é efetuada exclusivamente com base nos resultados obtidos pelo candidato no ENEM na última edição realizada. Desde 2016, conforme orienta a Resolução do Conselho Universitário da UFMG nº 16, de 11 de agosto de 2015, são reservadas 50% das vagas a candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas brasileiras e que, no ato de sua inscrição no SiSU, optarem pelo ingresso por reserva de vagas, situação em que serão observadas as condições previstas na legislação vigente, consideradas as modalidades de reserva de vagas definidas pelo MEC. A partir de 2018, em função das alterações trazidas pela Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, à Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, além da reserva de vagas para os autodeclarados pretos, pardos e indígenas, foi acrescentada a reserva de vagas para pessoas com deficiência.

1.8 Bases Normativas e Legais

O curso de Gestão Pública foi criado no âmbito do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), por meio do Parecer nº 325, de 11 de novembro de 2008, da Câmara de Graduação da UFMG. A proposta de criação do curso teve amparo legal na Resolução MEC nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. As bases normativas e legais que orientam seus objetivos e sua estruturação atual são as seguintes:

- **Decreto nº 5.626/2005**, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- **Lei nº 9.795/99**, que estabelece os parâmetros para a Educação Ambiental nos cursos de graduação;
- **Lei nº 11.645/2008**, de 10 de março de 2008, que estabelecem os parâmetros da Educação para as Relações Étnico-Raciais nos cursos de graduação;
- **Lei nº 11.788/2008**, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre os estágios curriculares;
- **Portaria MEC nº 2.117**, de 6 de dezembro de 2019, sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.
- **Resolução CNE/CES nº 01/2014**, de 13 de janeiro de 2014, que institui as DCN para a área de Administração Pública, abarcando o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional denominado Campo de Públicas, voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas;
- **Resolução CNE/CES nº 7/2018**, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências;
- **Resolução CNE/CP nº 01/2004**, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- **Resolução CNE/CP nº 02/2007**, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- **Resolução CNE/CP nº 01/2012**, de 30 de maio de 2012, que estabelece os parâmetros para a formação em Direitos Humanos nos cursos de graduação;

- **Resolução CEPE nº 02/2009**, de 10 de maio de 2009, que regulamenta o Estágio em cursos de graduação na UFMG;
- **Resolução CEPE nº 10/2018**, de 19 de junho de 2018, que reedita com alterações a Resolução nº 15/2011, que cria o Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos de graduação;
- **Resolução CEPE nº 13/2018**, de 11 de setembro de 2018, que regulamenta a oferta de atividades acadêmicas curriculares com carga horária a distância nos cursos de graduação presenciais e a distância e revoga a Resolução do CEPE 06/2016, de 10 de maio de 2016;
- **Resolução CEPE nº 06/2019**, de 11 de junho de 2019, que regulamenta, na UFMG, o aproveitamento de estudos realizados por estudantes de graduação em outras instituições de ensino superior, inclusive aqueles realizados em mobilidade acadêmica nacional e internacional;
- **Resolução CEPE nº 10/2019**, de 10 de outubro de 2019, que estabelece diretrizes curriculares para a integralização de atividades acadêmicas curriculares de Formação em Extensão Universitária nos cursos de graduação da UFMG;
- **Resolução Complementar CEPE nº 01/2018**, de 20 de fevereiro de 2018, que aprova as Normas Gerais de Graduação da UFMG, e resoluções comuns correlatas.

O curso de Gestão Pública norteia-se também pelos princípios definidos no Projeto Pedagógico Institucional da UFMG (PPI), pelas políticas acadêmicas para o ensino de graduação, definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2018-2023 da UFMG, assim como pelas Normas Gerais de Graduação, aprovadas pela Resolução Complementar nº 1/2018, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE/UFMG).

- O funcionamento em horário noturno, com duas entradas anuais, atendendo às metas de expansão de vagas e inclusão social, previstas desde o PDI 2008-2017;
- A flexibilidade curricular, que é operacionalizada de diversas formas: prevendo mais de um percurso curricular, incentivando e disponibilizando a participação

em pesquisa e em atividades de extensão, além de disciplinas de imersão na gestão pública;

- O aproveitamento das atividades desenvolvidas no âmbito de programas de mobilidade acadêmica nacional ou internacional;
- O desenvolvimento de atividades acadêmicas com uso de tecnologia de informação e de comunicação;
- O estabelecimento da meta de realização de avaliações periódicas, com utilização de vários recursos metodológicos, objetivando, entre outras, subsidiar a definição de iniciativas para aumentar a proporção de concluintes.
- O currículo estruturado por atividades acadêmicas dos tipos disciplina, projeto, estágio e evento;
- A estrutura curricular constituída por (i) **Núcleo Específico (NE)**, abrangendo saberes característicos do curso e contemplando a aquisição dos conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para o desenvolvimento das competências esperadas na área de atuação do egresso; (ii) **Núcleo Complementar (NA)**, constituído por conjuntos articulados de atividades acadêmicas curriculares que propiciem ao estudante a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes em campos do conhecimento diferentes daqueles que são característicos de seu curso; (iii) **Núcleo Geral (NG)**, composto por atividades acadêmicas curriculares que abordem temas de amplo interesse, orientadas para a formação intelectual, crítica e cidadã, em um sentido amplo; (iv) **Núcleo Avançado (NA)**, constituído por atividades acadêmicas curriculares integrantes de cursos e ou programas de pós-graduação;

1.9 Acessibilidade

As ações e práticas de acessibilidade e inclusão no âmbito do curso de Gestão Pública inserem-se, orientam-se e articulam-se com a dimensão mais ampla das Políticas de Acessibilidade da UFMG.

As ações pedagógicas desenvolvidas no curso de Gestão Pública, destinadas a pessoas com deficiência, orientam-se pelo disposto pela Lei nº 13.146/2015 e legislações correlatas. Para tanto, o curso conta com o apoio do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da UFMG, que tem como responsabilidade a proposição, organização e coordenação de ações para assegurar e garantir as condições de acessibilidade necessárias ao ingresso, permanência, plena participação e autonomia das pessoas com deficiência no âmbito da UFMG. Busca-se assim, eliminar ou reduzir as barreiras pedagógicas, arquitetônicas, à comunicação e à informação, maximizando o desenvolvimento acadêmico e social do estudante com deficiência.

O NAI oferece suporte acadêmico aos estudantes com deficiência visual, incluindo assessoria de natureza didático-pedagógica e de recursos tecnológicos. Na Biblioteca Professor Luiz Antônio Paixão, da Fafich, é oferecido o serviço de confecção de material didático em diferentes formatos (textos gravados, digitalizados, em braile e ampliados), proporcionando aos discentes o acesso à literatura básica das atividades acadêmicas curriculares e apoio aos docentes na condução dos trabalhos com esses estudantes. Para tanto, o CADV dispõe de infraestrutura de equipamentos específicos; tais como, microcomputadores com acesso à *internet*, impressora Braille, lupa eletrônica, além dos softwares JAWS, DOSVOX, AUDACITY, Braille Fácil e ABBYY FINEREADER, scanner.

O NAI conta ainda com a participação de intérpretes de Libras na sua equipe, os quais são responsáveis pelo desenvolvimento de ações voltadas para o público surdo ou com deficiência auditiva; tais como, interpretação em sala de aula; tradução de material didático de provas e de produtos midiáticos; produção de áudio visual acessível em desenho universal com acessibilidade comunicacional para surdos e cegos; produção de legendas para deficientes auditivos não usuários de Libras; áudios para cegos e comunidade em geral, bem como áudio descrição para cegos e pessoas com baixa visão.

Ressalta-se ainda que os estudantes de graduação que apresentam condições de saúde que interferem no processo de aprendizagem e socialização são avaliados e acompanhados, em sua particularidade, pelo Núcleo de Inclusão e Acessibilidade da UFMG, sendo as orientações específicas repassadas ao Colegiado de curso. Este, ao receber tais informações do NAI, procura adotar as medidas necessárias para que o estudante tenha garantido seu direito ao ensino de qualidade.

Por fim, cabe destacar que, conforme estabelece o Decreto nº 5.626/2005, supracitado, a matriz curricular do curso prevê a oferta regular da atividade acadêmica intitulada Fundamentos de Libras para integralização da carga horária optativa. Ademais, destaca-se que as instalações físicas disponibilizadas ao curso na Fafich e no Centro de Atividades Didáticas 2 (CAD 2) garantem a acessibilidade a pessoas com deficiência.

1.10 Objetivo do Curso de Gestão Pública

O objetivo geral do curso é formar profissionais qualificados, entendidos como profissionais críticos e reflexivos, para o desempenho competente da função de gestor público, diretamente comprometidos com a efetivação do interesse público, e propiciar formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, administradores ou gestores públicos, na administração pública estatal e não-estatal, nacional e internacional, e como analistas e formuladores de políticas públicas.

A partir desse objetivo geral de oferecer uma formação integral para as pessoas que pretendem ter como referência de carreira profissional a promoção do interesse público, definem-se os seguintes objetivos:

- Oferecer conhecimentos referidos à organização, ao funcionamento e à gestão dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como de organizações públicas estatais e não-estatais nacionais e internacionais;
- Propiciar formação teórica e metodológica que permita o estudo e a compreensão de processos políticos pertinentes ao âmbito de gestão da coisa pública, destacando a lógica das interações entre atores políticos nas diversas arenas em que se confrontam no sistema político organizado sob a forma de república federativa;
- Capacitar o profissional formado para atuar com competência no âmbito das complexas redes institucionais e sociais que se organizam com o objetivo de processar os temas de interesse público na esfera da política, não se restringindo ao conhecimento mais aprofundado dos Poderes do Estado, mas

enfatizando também a dinâmica da sociedade civil, particularmente as organizações não-governamentais.

1.11 Competências e Habilidades do Profissional

O Curso de Gestão Pública está orientado para o desenvolvimento das competências e habilidades preconizadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos da área de Administração Pública, estabelecidas pela Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro 2014. Nesse sentido, a formação do Bacharel em Gestão Pública na UFMG busca dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades:

- Reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;
- Apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva, mediando interesses e liderando programas, projetos ou ações voltadas para sua implementação;
- Desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
- Estar preparado para analisar e participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;
- Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;
- Expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;
- Ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças.

1.12 Identificação das Demandas Profissionais e Sociais

A sociedade contemporânea requer, com vistas ao seu desenvolvimento econômico e social, que o gestor público possua as habilidades e competências necessárias para atuar de forma efetiva e eficaz nos processos de elaboração, gestão e controle da execução de políticas públicas e de provisão de serviços, considerando a complexidade desses processos, que envolvem diferentes instituições e organizações estatais - no âmbito dos três Poderes e nos três níveis de governo - e não-estatais.

Essa perspectiva mais ampla da gestão pública, que articula os aspectos técnicos e políticos presentes nas habilidades, competências e atitudes necessárias a um gestor público, distingue a formação que se pretende oferecer no curso de Gestão Pública.

1.13 Perfil do Profissional Egresso

O Curso de Graduação em Gestão Pública visa conferir ao egresso uma formação acadêmico-profissional com sólida fundamentação científica, tecnológica, artística e humanística que lhe proporcione autonomia intelectual, capacidade crítica e de aprendizagem continuada, fornecendo-lhe a base para que desenvolva uma atuação ética, em acordo com as necessidades da sociedade.

Espera-se que o profissional formado esteja apto para atuar no âmbito das complexas redes institucionais e sociais, com vistas a dar processamento aos temas de interesse público, no processo de elaboração, gestão e controle da execução de políticas públicas e de provisão de serviços. Essas redes se constituem por diferentes instituições e organizações, sejam elas estatais, no âmbito dos três Poderes e nos três níveis de governo, sejam organizações não-estatais. Essa perspectiva mais ampla da gestão pública, que articula os aspectos técnicos e políticos presentes nas habilidades, competências e atitudes necessárias a um gestor público, distingue a formação que se pretende oferecer no curso de Gestão Pública.

2. Da Estrutura Curricular

2.1 Princípios Teóricos e Metodológicos

O curso de Gestão Pública visa desenvolver a autonomia do aluno, sendo essa uma condição elementar da organização didático-pedagógica com vistas a atingir o objetivo de formar profissionais críticos e reflexivos e, ao mesmo tempo, desenvolver um *ethos* republicano na busca do interesse público na gestão pública. Assim, a partir das diversas atividades acadêmicas, busca-se desenvolver tanto a perspectiva técnica da gestão pública quanto os elementos políticos envolvidos, a partir da perspectiva de que a gestão pública existe para atender ao interesse público, sendo, portanto, inerentemente relacionada à política, vista como o espaço de manifestação das preferências e de resolução de conflitos relativos aos bens públicos. Nessa perspectiva, privilegia-se a ótica interdisciplinar, bem como a articulação entre teoria e prática, incentivando atividades no âmbito de organizações estatais ou da sociedade civil que se articulam com as primeiras na produção de serviços públicos ou no exercício do controle democrático da gestão pública.

Em conformidade com as Diretrizes da Flexibilização Curricular, aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), em 2001, o curso de Gestão Pública foi estruturado tendo como diretrizes a multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, mediante estratégias diversas que articulam o ensino, a pesquisa e a extensão universitárias. A flexibilidade curricular, embasada na ampliação do conceito de atividade acadêmica e no entendimento do conceito de percurso para fins de integralização curricular é também enfatizada no atual Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFMG (2018-2023).

A multidisciplinariedade apresenta-se como um dos fundamentos do processo de formação do aluno. É operacionalizada pela inclusão na estrutura curricular de disciplinas ministradas por professores de diferentes formações, a partir de parcerias firmadas com diferentes departamentos da UFMG, por meio de anuências para a oferta de disciplinas no curso. A partir desse esforço, o curso conta com a estreita colaboração dos Departamentos de

Sociologia, Estatística, Ciências Econômicas, Demografia e Direito. Existe ainda a possibilidade de o discente cursar disciplinas em qualquer curso de graduação da UFMG que disponibilizarem vagas.

A interdisciplinaridade é fundamental para que os discentes possam articular os conhecimentos adquiridos e relacioná-los à prática profissional. A participação em atividades de pesquisa, monitoria e extensão, vinculadas aos grupos de estudo, pesquisa e extensão existentes na UFMG, bem como a vivência profissional complementar e o estágio supervisionado são propícios para a concretização dessas possibilidades de integração do conhecimento. Ressaltam-se ainda, nessa perspectiva, a importância das disciplinas de imersão na gestão pública, com oferta iniciada em 2017, na qual os alunos são colocados na situação de buscar resolver problemas concretos e produzir respostas adequadas para problemas da gestão pública municipal, estadual e não-governamental, para o que a articulação de conhecimentos é imprescindível. Além disso, as atividades que possibilitam o contato dos discentes e professores com profissionais em exercício, como eventos, cursos livres e vivências profissionais, que possibilitam a articulação entre teoria e prática, são estimuladas pela estrutura curricular do curso, que integraliza créditos derivados da participação dos alunos nesses espaços e ou atividades.

Ainda dentro da posposta de flexibilização, os alunos podem optar por cursar uma das Formações Transversais, oferecidas pela UFMG, que avançam no sentido da transdisciplinaridade. Essas Formações Transversais podem ser cursadas como Formação Geral ou Formação Complementar. Destaca-se que as Formações Transversais são atividades acadêmicas que abordam temáticas de interesse geral, visando incentivar a formação de espírito crítico e de visão aprofundada em relação às grandes questões do País e da humanidade. As disciplinas são prioritariamente de caráter inter, intra e transdisciplinar, sendo oferecidas até mesmo em grandes áreas do conhecimento, diferentes daquela à que o curso do aluno está vinculado, com o objetivo de afirmar uma concepção de universalidade como fundamento do ensino de graduação. Assim sendo, o intuito das Formações Transversais é dar aos alunos de graduação acesso a temáticas que ampliem seu horizonte de percepção do mundo, constituindo um repertório de elementos estruturantes da interpretação da realidade, fundamentados no conhecimento. Até o momento, já foram criadas as seguintes Formações Transversais: FT em Saberes Tradicionais, FT em Divulgação Científica, FT em Relações Étnico-Raciais, História da África e Cultura Afro-Brasileira, FT em Culturas em Movimento e Processos Criativos, FT

em Direitos Humanos, FT em Empreendedorismo e Inovação, FT em Gênero e Sexualidade: Perspectivas Queer, FT em Acessibilidade e Inclusão e FT em Estudos Internacionais.

A estrutura curricular do curso de Gestão Pública abre possibilidades de integração com a pós-graduação, que pode ser consubstanciada pelo discente tanto na escolha do percurso que abrange a Formação Avançada, um dos três percursos que compõem a estrutura curricular, quanto na integração de grupos de estudos e equipes de pesquisa com pós-graduandos. Essas estratégias permitem o desenvolvimento no corpo discente, desde a graduação, das habilidades e competências necessárias à pesquisa científica.

Estão previstas também disciplinas optativas específicas, voltadas para atividades de imersão na gestão pública, e diversas Atividades Acadêmicas Complementares (AAC) que promovem a Formação em Extensão Universitária, estimulando a imersão dos alunos na prática da gestão de órgãos públicos dos governos municipais, com o objetivo de desenvolver estudos e projetos que contribuam para o aprimoramento da gestão e das políticas públicas municipais. Obrigatoriamente, o aluno deve cumprir 10% da carga horária do curso (300 horas) em atividades de Formação em Extensão.

Na parte conceitual e teórica do currículo, particularmente nos primeiros períodos, são contemplados conteúdos variados que exploram as caraterísticas das instituições brasileiras; as características, transformações e aspectos legais da gestão pública; economia geral e brasileira; a natureza do Estado; análise de políticas públicas. Ao longo do curso, essas disciplinas teórico-conceituais são mescladas com outras que fornecem ferramentas mais práticas para a atuação profissional; por exemplo, planejamento público, finanças públicas, avaliação de políticas públicas, econometria, estatística, governo eletrônico, formulação e implementação de programas e projetos. A formação metodológica forte é também uma marca do curso, contemplada em disciplinas obrigatórias e optativas que, além de contribuírem para o processo de avaliação de políticas públicas, formam habilidades para a pesquisa, necessárias aos alunos que pretendem seguir carreiras acadêmicas.

No que concerne à relação entre teoria e prática, o currículo prevê a concomitância de disciplinas e de atividades acadêmicas curriculares de caráter eminentemente prático e atividades acadêmicas científicas e culturais, dentre elas, projetos de iniciação científica, monitorias em disciplinas vinculadas ao curso de Gestão Pública; participação em eventos relacionados às atividades acadêmicas e profissionais da área; cursos presenciais ou a distância

desenvolvidos por outras instituições, relacionados à gestão pública ou áreas afins; discussões temáticas orientadas por professores do Departamento de Ciência Política (DCP). No cenário das práticas, destacam-se ainda as atividades de estágio, que se traduzem nas vivências acadêmicas no ambiente de prática profissional. Com frequência crescente, os alunos realizam estágios desde os semestres iniciais do curso, por meio dos quais são expostos à prática da gestão pública e onde têm a possibilidade de receber treinamento no exercício de atividades práticas. Os estágios obrigatórios são realizados a partir do 7º período e devem contemplar 300 horas, no mínimo. Ressalta-se que os alunos do curso têm tido excelente aceitação para a realização de estágios em vários órgãos públicos, particularmente dos níveis municipal e estadual, mas não exclusivamente, sendo privilegiados em muitas instituições, inclusive naquelas que oferecem as melhores oportunidades e condições de estágio e de emprego. Esse parece ser um bom indicador de que o curso está formando profissionais com boa capacidade reflexiva e boa fundamentação teórico-metodológica, o que lhes permite assimilar com facilidade as atividades práticas.

Outra atividade relevante na articulação teoria-prática é a oferta, desde 2017, de disciplinas de Laboratório, que permitem a "imersão na gestão pública" para compor a Formação em Extensão, nas quais, a partir da reflexão sobre alguns conteúdos teórico-práticos, os alunos visitam prefeituras para identificar necessidades e, sob a supervisão de um professor e com a participação de alunos da pós-graduação, elaboram projetos de intervenção, análises de escopo variado ou diagnósticos para os demandantes. As disciplinas são optativas, na medida em que exigem a realização de atividades diurnas (visitas aos gestores) em um curso que é noturno, não sendo possível, portanto, torná-la uma atividade obrigatória. Entretanto, as disciplinas são ofertadas regularmente, com excelente participação e avaliação pelos alunos e gestores públicos envolvidos, considerando que estes recebem dos alunos produtos que contribuem para a melhoria da gestão por eles desenvolvida. Destaca-se, ainda, a incorporação à grade curricular do curso de Gestão Pública de disciplinas de outros cursos, também no formato de laboratórios, que também podem compor a Formação a Extensão.

Uma outra inovação, iniciada no segundo semestre de 2018, é a oferta de disciplinas modulares que tratam de temas operacionais da gestão pública, para as quais são convidados palestrantes que são gestores públicos ou professores com vivência prática na gestão de órgãos governamentais, municipal ou estadual, e não-governamentais.

Nas aulas presenciais, considerando os objetivos gerais do curso, são utilizadas diferentes estratégicas didáticas e pedagógicas; tais como, aulas expositivas dialogadas, seminários, discussão de casos, grupos de estudo, estudos dirigidos, aulas em laboratório de informática, no caso de disciplinas metodológicas, e atividades não presenciais realizadas com a utilização da plataforma Moodle. O Trabalho de Conclusão de Curso obrigatório é outra oportunidade para desenvolver um trabalho autoral, realizar uma pesquisa ou um projeto de intervenção, desenvolver a escrita e a capacidade argumentativa, além de sínteses pertinentes. Com essas atividades pedagógicas e instrumentos teórico-metodológicos, busca-se desenvolver a capacidade reflexiva, a prática de exposição de ideias e argumentos, seja individualmente ou em grupo, de forma escrita ou oral.

Assim sendo, cabe destacar que a concepção do curso potencializa a corresponsabilidade do aluno na elaboração e construção de seu currículo, permitindo ampla formação humanista e sólida formação técnico-científica enquanto base para um perfil de sujeitos crítico-reflexivos e cidadãos autônomos, abrindo ainda múltiplas possibilidades de articulação entre teoria e prática e favorecendo a formação profissional dos alunos.

2.2 Configuração Curricular

A estrutura curricular do curso de Gestão Pública segue as Normas Gerais de Graduação da UFMG, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) da área de Administração Pública e as demais normativas emitidas por instâncias nacionais e da UFMG, elencadas na Seção 1.8.

Em consonância com as DCN da área de Administração Pública, os conteúdos que compõem a formação em Gestão Pública têm por referência uma perspectiva histórica e contextualizada, estando em consonância com os valores públicos, o desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural do país. Esses conteúdos são organizados em formação básica e formação profissional.

São conteúdos de formação básica:

I. Conteúdos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conhecimentos de Administração, de Finanças Públicas, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia;
II. Conteúdos ético-profissionais e os relacionados à gestão da informação;
III. Conteúdos relacionados à capacidade de leitura, escrita e expressão;
IV. Conteúdos relacionados, nas diferentes áreas disciplinares, à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros.

São conteúdos de formação profissional

I. Conteúdos sobre governos e políticas públicas comparadas;
II. Conteúdos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos;
III. Conteúdos de caráter instrumental relativos à formulação e gestão de planos e projetos de intervenção, avaliação de políticas e outros;
IV. Conteúdos complementares ou especializados, que visem ao aprofundamento de estudos de caráter transversal e interdisciplinar.

2.2.1 Núcleos de Integralização

Em consonância com as Normas Gerais de Graduação da UFMG, a estrutura curricular do curso de Gestão Pública é constituída por quatro núcleos, que se combinam nos três percursos curriculares disponíveis ao aluno. Os quatros núcleos são:

- **Núcleo Específico (NE)**, que integra os três percursos curriculares, é constituído por atividades obrigatórias, atividades optativas e estágio curricular, abrangendo saberes característicos do curso.
- **Núcleo Complementar (NC)** é constituído por conjuntos articulados de atividades acadêmicas que propiciem ao estudante a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes em campos diferentes daqueles do seu curso. Esse núcleo é integralizado por uma Formação Complementar, proposta pelo estudante e aprovada pelo Colegiado, sendo constituído por disciplinas de outros cursos de graduação da UFMG que, em seu conjunto, constituam um campo correlato ao conhecimento e formação em Gestão Pública, bem como

por disciplinas que compõem as Formações Transversais ofertadas pela UFMG. Essas atividades são selecionadas pelo estudante e aprovadas pelo Colegiado.

- **Núcleo Geral (NG)** é constituído por atividades acadêmicas curriculares que abordem temas de amplo interesse, orientadas para a formação intelectual, crítica e cidadã. Esse núcleo é integralizado por atividades escolhidas livremente pelo graduando dentre aquelas que oferecem vagas a estudantes de todos os cursos de graduação.
- **Núcleo Avançado (NA)** é constituído por um conjunto de atividades acadêmicas curriculares integrantes dos currículos de pós-graduação. Esse núcleo é integralizado por atividades acadêmicas curriculares componentes de cursos ou programas de pós-graduação da UFMG, às quais têm acesso os estudantes de graduação. Essas atividades são selecionadas pelo estudante e aprovadas pelo Colegiado.

No intuito de oferecer possibilidades para que os futuros profissionais reconheçam, definam e analisem problemas de interesse público e possam apresentar soluções para problemas complexos, considerando as habilidades, competências e atitudes descritas anteriormente, o Núcleo Específico, observando as DCN, organiza-se em torno de três eixos estruturantes:

1) **Eixo Fundamentos teórico-conceituais** – disciplinas de formação básica e formação profissional que oferecem elementos teórico-conceituais que permitam ao aluno a compreensão crítica da realidade e do contexto da gestão pública. Estão incluídas nesse eixo disciplinas que ministram conhecimentos relacionados aos diversos campos de interseção da gestão pública, como Administração, Ciência Política, Economia, Direito, Sociologia, Tecnologias de Comunicação e Informação, Políticas públicas.
2) **Eixo Fundamentos para Análise** – disciplinas de formação básica e de formação profissional que oferecem elementos teórico-conceituais e práticos que permitam ao aluno analisar a realidade, especialmente as que possibilitam o conhecimento e a análise da realidade histórica e contemporânea da

sociedade e do Estado brasileiros, dos governos, das políticas públicas, da gestão pública, além dos conhecimentos metodológicos fundamentais para o exercício profissional.

3) **Eixo Conhecimento Aplicado** – disciplinas de formação básica e de formação profissional que oferecem elementos teórico-conceituais e práticos que permitam ao aluno planejar a intervenção na realidade e efetivamente intervir e que constituem o campo específico da Gestão Pública.

Os Quadros 1 e 2 apresentam, respectivamente, as disciplinas do núcleo específico, discriminadas nos eixos estruturantes a que correspondem.

Quadro 1: Distribuição das disciplinas obrigatórias por eixo estruturante

Eixo: Fundamentos teórico-conceituais	Eixo: Fundamentos para análise	Eixo: Conhecimento aplicado
DCP 032 - Fundamentos da Análise Política	DCP 033 - Metodologia	DCP 089 - Projeto do TCC
DCP 037 - Análise de Políticas Públicas	DCP 035 - Instituições Políticas Comparadas	DCP 181 - Finanças Públicas
DCP 124 - Gestão Pública A	DCP 042 - Política, Economia e Sociedade no Brasil	DCP 182 - Planejamento Público
DCP 127 - Gestão Pública B	DCP 131 - Avaliação de Políticas Públicas A	DCP 183 - Formulação e Implementação de Programas e Projetos
DCP 123 - Aspectos Legais da Gestão Pública A	ECN 190 - Econometria I	DCP 184 - Avaliação de Políticas Públicas B
DCP 125-Aspectos Legais da Gestão Pública B	ECN 044 - Economia do Bem-Estar	DCP 135 - Estágio Curricular A
DCP 126 - Estado e Políticas Sociais A	EST 057 – Introdução à Estatística	DCP 136 - Estágio Curricular B
DCP 128 - Estado e Políticas Sociais B		DCP 137 - Trabalho de Conclusão do Curso
DCP 132 - Democracia Digital e Governo Eletrônico		
SOA 048 - Fundamentos de Análise Sociológica		
SOA 607 - Sociologia das Organizações Públicas		
ECN 140 - Introdução à Economia		

Quadro 2: Distribuição das disciplinas optativas por eixo estruturante

Eixo: Fundamentos teórico-conceituais	Eixo: Fundamentos para análise	Eixo: Conhecimento aplicado
DCP 001 - Teoria Política Contemporanea	DCP 030 - Tópicos em Política	DCP 160 - O Processo Decisório no Sistema Político Brasileiro
DCP 025 - Instituições Políticas	DCP 055 - Legislativos Subnacionais em Perspectiva Comparada	DCP 161 - Oficina de Orçamento Público
DCP 026 - Movimentos Sociais e Sociedade Civil	DCP 079 - Gestão Pública com Foco em Direitos Humanos	DCP 169 - Teoria dos Jogos
DCP 028 - Política Internacional	DCP 083 - Tópicos em Política Internacional	DCP 185 - Laboratórios de Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas
DCP 053 - Gênero e Políticas Públicas	DCP 098 - Tópicos em Metodologia	DCP 188 - Desenho de Questionários
DCP 061 - Democracia, Redistribuição, Reconhecimento e Representação	DCP 138 - Análise de Políticas Locais	DCP 189 - Indicadores sociais
DCP 066 - Governança, Accountability e Democracia	DCP 143 - Burocracia Pública	DCP 190 - Metodologias Participativas de Planejamento Público
DCP 069 - Direitos e Cidadania	DCP 144 - Democracia, Cidadania e Estado de Bem Estar Social em Perspectiva Comparada	DCP 191 - Monitoramento e Avaliação de Projetos
DCP 071 - Democracia e Participação	DCP 149 - Federalismo Fiscal no Brasil	DCP 192 - O Estudo de Caso como Estratégia Metodológica para Análise e Avaliação de Políticas Públicas
DCP 074 - Corrupção, Democracia e Interesse Público	DCP 150 - Governança Global	DCP 195 - Laboratório de Gestão e Políticas Públicas A
DCP 146 - Esfera Pública, Lobby e Grupos de Interesses	DCP 159 - O Experimento como Estratégia Metodológica para Avaliação Políticas Públicas	DCP 196 - Laboratório de Gestão e Políticas Públicas B
DCP 147 - Estado e Sociedade no Brasil	DCP 168 - Sistema Proteção Social Brasileiro em Perspectiva Comparada	ECN 086 - Métodos Quantitativos Aplicados I
DCP 148 - Ética na Gestão Pública	DCP 170 -Tópicos em Análise Política	ECN 089 - Métodos Quantitativos Aplicados II
DCP 154 - Legislativo e Políticas Públicas	DCP 171 - Tópicos em Gestão Pública	LET 223 - Fundamentos de Libras
DCP 165 - Política Brasileira A	DCP 172 - Tópicos em Política Contemporânea	INU 031 - Tópicos em Legislação e Políticas Públicas-Práticas Legislativas Legislab I

Continua

		Conclusão
Eixo: Fundamentos teórico-conceituais	**Eixo: Fundamentos para análise**	**Eixo: Conhecimento aplicado**
DCP 166 - Política Brasileira B	DCP 173 - Tópicos em Políticas Públicas	INU 032 - Tópicos em Legislação e Políticas Públicas-Práticas Legislativas Legislab II
DCP 167 - Política Externa Brasileira	ECN 033 - Tópicos em Desenvolvimento Econômico e Regional	INU 033 - Tópicos em Legislação e Políticas Públicas-Práticas Legislativas Legislab III
ECN 051 - História Econômica do Brasil	ECN 083 - Economia Brasileira	
ECN 055 - Economia Política	ECN 093 - Sistemas Econômicos Comparados	
ECN 085 - Economia Política Internacional I	SOA 029 - Tópicos em Teoria Sociológica	
ECN 088 - Economia Política Internacional II	SOA 071 – Tópicos em Sociologia	
ECN 090 - Economia da América Latina	CIC 032 - Tópicos em Contabilidade B	
ECN 092 - Organização Econômica Internacional I	POP 004 - Tópicos em Demografia	
ECN 181 - História Econômica Geral		
UNI 005 - O Sistema Político Brasileiro		

2.2.2. Percursos Curriculares

O curso de Gestão Pública oferece três possibilidades de percursos curriculares:

1. Bacharelado em Gestão Pública com Núcleo Específico e Núcleo Geral.
2. Bacharelado em Gestão Pública com Núcleo Específico, Núcleo Geral e Núcleo Complementar.
3. Bacharelado em Gestão Pública com Núcleo Específico, Núcleo Geral e Núcleo Avançado

Os estudantes são vinculados, em seu ingresso, ao percurso Bacharelado em Gestão Pública com Núcleo Específico e Núcleo Geral. A opção pelo percurso Bacharelado em Gestão

Pública com Núcleo Específico, Núcleo Geral e Núcleo Complementar pode ser feita a partir do 5º período, em campo de conhecimento com afinidade com o curso de Gestão Pública ou nas Formações Transversais ofertadas pela UFMG. A opção pelo percurso Bacharelado em Gestão Pública com Núcleo Específico, Núcleo Geral e Núcleo Avançado pode ser feita a partir do 7º período. Todos os alunos em todos os percursos devem integralizar 124 créditos/1.860 horas em disciplinas e atividades obrigatórias que fazem parte do Núcleo Específico, incluindo as disciplinas Estágio Curricular (A e B) e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

As regras específicas a cada percurso são:

- Os alunos que permanecerem no percurso padrão Bacharelado em Gestão Pública com Núcleo Específico e Núcleo Geral devem cursar, i) as disciplinas obrigatórias; ii) 68 créditos/1020 horas em disciplinas optativas do Núcleo Específico e iii) oito créditos/120 horas em atividades acadêmicas curriculares de sua livre escolha em qualquer curso de graduação da UFMG.
- Os alunos que optarem pelo percurso de Bacharelado em Gestão Pública com Núcleo Específico, Núcleo Geral e Núcleo Complementar devem cursar, i) as disciplinas obrigatórias; ii) 20 créditos/300 horas em disciplinas de outros cursos da UFMG que, no seu conjunto, constituam um campo complementar de conhecimento e formação, ou nas Formações Transversais ofertadas pela UFMG; iii) 48 créditos/720 horas em disciplinas optativas do curso de Gestão Pública; e iv) oito créditos/120 horas em atividades acadêmicas curriculares de sua livre escolha em qualquer curso de graduação da UFMG.
- Os alunos que optarem pelo percurso Bacharelado em Gestão Pública com Núcleo Específico, Núcleo Geral e Núcleo avançado devem cursar, i) as disciplinas obrigatórias; ii) 60 créditos/900 horas a 65 créditos/975 horas em disciplinas optativas do Núcleo Específico, iii) de três créditos/45 horas a oito créditos/120 horas em disciplinas de cursos de pós-graduação da UFMG; e iv) oito créditos/120 horas em atividades acadêmicas curriculares de sua livre escolha em qualquer curso de graduação da UFMG.

As regras gerais que orientam a trajetória dos alunos nos três percursos do curso de Gestão Pública são:

- Em conformidade às DCN, a carga horária total do curso é de 3.000 horas. Assim sendo, e em observância às normas acadêmicas da UFMG que estabelecem o limite máximo de 300 horas por semestre, o currículo padrão do curso de Gestão Pública é de 10 semestres letivos ou cinco anos. O período de integralização do curso é de, no mínimo, quatro anos ou oito semestres - e, no máximo, de oito anos e meio (8,5) ou 17 semestres (Resolução CNE/CES nº 02, de 18 de junho de 2007).
- Da carga horária total do curso, 300 horas correspondem à Formação em Extensão, prevista nos termos da Resolução CEPE nº 10, de 10 de outubro de 2019.
- O estágio curricular obrigatório corresponde à carga horária mínima de 300 (trezentas) horas/ 20 créditos, respeitados os limites estabelecidos pela Lei 11.788/2008.
- O TCC é componente curricular obrigatório e corresponde a oito créditos / 120 horas, podendo ser realizado nas modalidades: monografia, projeto ou programa de intervenção, artigo científico ou projeto de iniciação científica, centrados em área teórico-prática ou de formação profissional. Em 2017 foi criado um concurso para escolha dos melhores TCC de cada ano com vistas incentivar e valorizar a produção dos alunos. A regulamentação desse concurso está definida na Resolução nº 02/2018, de 28 de novembro de 2018, aprovada pela Congregação da Fafich.
- Nos termos da Resolução CEPE nº 6/2019, de 11 de junho de 2019, estudos cursados em outras instituições de ensino superior do País e do exterior, realizados no âmbito da mobilidade acadêmica nacional e internacional da UFMG, em período concomitante ao de formação do(a) estudante no curso de Gestão, poderão ser integralizados até o limite de 20 créditos / 300 horas.

2.2.3 Representação Gráfica do Curso

A estrutura geral do currículo do curso de Bacharelado em Gestão Pública está expressa na Tabela 1.

Tabela 1: Estrutura geral do currículo do curso de Bacharelado em Gestão Pública

Percurso Curricular	Núcleos Curriculares											Total
	Núcleo Específico (NE)					Núcleo Geral (NG)		Núcleo Complementar (NC)		Núcleo Avançado (NA)		
	Obrigatórias	Optativas		Estágio								
	C. Horária	C. Horária		C. Horária		C. Horária		C. Horária		C. Horária		
		Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	
NE/NG	1560	1020	1020	300	300	120	120	*	*	*	*	3000
NE/NG/NC	1560	720	720	300	300	120	120	300	300	*	*	3000
NE/NG/NA	1560	1020	1020	300	300	120	120	*	*	45	120	3000

Observa-se que as exigências previstas para o Grupo de Optativas estão distribuídas em quatro subgrupos: G4, G10 e G11: Optativas Gerais; G9: Formação em Extensão, e G8: Atividades Acadêmicas Complementares. No Quadro 3, apresentam-se o número de horas mínimo e máximo previstos para cada um desses grupos, nos três percursos curriculares.

Quadro 3: Carga horária mínima e máxima para os três subgrupos de optativas

Percurso Curricular	Optativas					
	G4, G10, G11		G9		G8	
	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.
Núcleo Específico/ Núcleo Geral	420	720	300	300	0	300
Núcleo Específico/ Núcleo Geral/Núcleo Complementar	120	420	300	300	0	300
Núcleo Específico/ Núcleo Geral/Núcleo Avançado	300	675	300	300	0	300

A organização dos três percursos curriculares – Núcleo Específico/ Núcleo Geral (NE/NG), Núcleo Específico/ Núcleo Geral/ Núcleo Complementar (NE/NG/NC) e Núcleo Específico/ Núcleo Geral/ Núcleo Avançado (NE/NG/NA) - que compõem a estrutura curricular do curso de Gestão pública é apresentada nos Quadros 4, 5 e 6, respectivamente.

Quadro 4: Representação Currículo Bacharel em Gestão Pública com NE e NG

Período	Núcleo	Código	Disciplina	Tipo	Carga Horária
1º	NE	DCP 124	Gestão Pública A	OB	60
		DCP 032	Fundamentos de Análise Política	OB	60
		SOA 048	Fundamentos de Análise Sociológica	OB	60
		DCP 123	Aspectos Legais da Gestão Pública A	OB	60
		DCP 033	Metodologia	OB	60
2º	NE	DCP 035	Instituições Políticas Comparadas	OB	60
		DCP 042	Política, Economia e Sociedade no Brasil	OB	60
		ECN 140	Introdução à Economia	OB	60
		SOA 607	Sociologia das Organizações Públicas	OB	60
		DCP 125	Aspectos Legais da Gestão Pública B	OB	60
3º	NE	DCP 037	Análise de Políticas Públicas	OB	60
		ECN 044	Economia do Bem-Estar	OB	60
		DCP 132	Democracia Digital e Governo Eletrônico	OB	60
		DCP 127	Gestão Pública B	OB	60
		DCP 126	Estado e Políticas Sociais A	OB	60
4º	NE	DCP 128	Estado e Políticas Sociais B	OB	60
		DCP 181	Finanças Públicas	OB	60
		EST 057	Introdução à Estatística	OB	60
		DCP 182	Planejamento Público	OB	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
5º	NE	ECN 190	Econometria	OB	60
		DCP 131	Avaliação de Políticas Públicas A	OB	60
		DCP 183	Formulação e Implementação de Programas e Projetos	OB	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
6º	NE	DCP 184	Avaliação de Políticas Públicas B	OB	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
7º	NE	DCP 135	Estágio Curricular A	OB	180
		--	Disciplina optativa	OP	60
			Disciplina optativa	OP	60
8º	NE	DCP 136	Estágio Curricular B	OB	120
		--	Disciplina optativa	OP	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
	NG	--	Disciplina formação livre		60
9º	NE	DCP 089	Projeto do TCC	OB	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
	NG	--	Disciplina formação livre		60
10º	NE	DCP 137	Trabalho de Conclusão de Curso	OB	120
		--	Disciplina optativa	OP	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
		--	Disciplina optativa	OP	60

Carga Horária		
NE	**NG**	**Total**
2880	**120**	**3000**

Quadro 5: Representação Currículo Bacharel em Gestão Pública com NE, NG e NC

Período	Núcleo	Código	Disciplina	Tipo	Carga Horária
1º	NE	DCP 124	Gestão Pública A	OB	60
		DCP 032	Fundamentos de Análise Política	OB	60
		SOA 048	Fundamentos de Análise Sociológica	OB	60
		DCP 123	Aspectos Legais da Gestão Pública A	OB	60
		DCP 033	Metodologia	OB	60
2º	NE	DCP 035	Instituições Políticas Comparadas	OB	60
		DCP 042	Política, Economia e Sociedade no Brasil	OB	60
		ECN 140	Introdução à Economia	OB	60
		SOA 607	Sociologia das Organizações Públicas	OB	60
		DCP 125	Aspectos Legais da Gestão Pública B	OB	60
3º	NE	DCP 037	Análise de Políticas Públicas	OB	60
		ECN 044	Economia do Bem-Estar	OB	60
		DCP 132	Democracia Digital e Governo Eletrônico	OB	60
		DCP 127	Gestão Pública B	OB	60
		DCP 126	Estado e Políticas Sociais A	OB	60
4º	NE	DCP 128	Estado e Políticas Sociais B	OB	60
		DCP 181	Finanças Públicas	OB	60
		EST 057	Introdução à Estatística	OB	60
		DCP 182	Planejamento Público	OB	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
5º	NE	ECN 190	Econometria	OB	60
		DCP 131	Avaliação de Políticas Públicas A	OB	60
		DCP 183	Formulação e Implementação de Programas e Projetos	OB	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
6º	NE	DCP 184	Avaliação de Políticas Públicas B	OB	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
7º	NE	DCP 135	Estágio Curricular A	OB	180
	NC	--	Disciplina formação complementar	OP	60
		--	Disciplina formação complementar	OP	60
8º	NE	DCP 136	Estágio Curricular B	OB	120
	NC	--	Disciplina formação complementar	OP	60
		--	Disciplina formação complementar	OP	60
	NG	--	Disciplina formação livre		60
9º		DCP 089	Projeto do TCC	OB	60
	NE	--	Disciplina optativa	OP	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
	NG	--	Disciplina formação livre	OP	60
	NC	--	Disciplina formação complementar		60
10º	NE	DCP 137	Trabalho de Conclusão de Curso	OB	120
		--	Disciplina optativa	OP	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
		--	Disciplina optativa	OP	60

Carga Horária			
NE	**NG**	**NC**	**Total**
2580	**120**	**300**	**3000**

Quadro 6: Representação Currículo Bacharel em Gestão Pública com NE, NG e NA

Período	Núcleo	Código	Disciplina	Tipo	Carga Horária
1º	NE	DCP 124	Gestão Pública A	OB	60
		DCP 032	Fundamentos de Análise Política	OB	60
		SOA 048	Fundamentos de Análise Sociológica	OB	60
		DCP 123	Aspectos Legais da Gestão Pública A	OB	60
		DCP 033	Metodologia	OB	60
2º	NE	DCP 035	Instituições Políticas Comparadas	OB	60
		DCP 042	Política, Economia e Sociedade no Brasil	OB	60
		ECN 140	Introdução à Economia	OB	60
		SOA 607	Sociologia das Organizações Públicas	OB	60
		DCP 125	Aspectos Legais da Gestão Pública B	OB	60
3º	NE	DCP 037	Análise de Políticas Públicas	OB	60
		ECN 044	Economia do Bem-Estar	OB	60
		DCP 132	Democracia Digital e Governo Eletrônico	OB	60
		DCP 127	Gestão Pública B	OB	60
		DCP 126	Estado e Políticas Sociais A	OB	60
4º	NE	DCP 128	Estado e Políticas Sociais B	OB	60
		DCP 181	Finanças Públicas	OB	60
		EST 057	Introdução à Estatística	OB	60
		DCP 182	Planejamento Público	OB	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
5º	NE	ECN 190	Econometria	OB	60
		DCP 131	Avaliação de Políticas Públicas A	OB	60
		DCP 183	Formulação e Implementação de Programas e Projetos	OB	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
6º	NE	DCP 184	Avaliação de Políticas Públicas B	OB	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
7º	NE	DCP 135	Estágio Curricular A	OB	180
		--	Disciplina optativa	OP	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
8º	NE	DCP 136	Estágio Curricular B	OB	120
		--	Disciplina optativa	OP	75
	NG	--	Disciplina formação livre	OP	60
	NA	--	Disciplina formação avançada		45
9º	NE	DCP 089	Projeto do TCC	OB	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
	NG	--	Disciplina optativa livre	OP	60
	NA	--	Disciplina optativa/ formação avançada		60
10º	NE	DCP 137	Trabalho de Conclusão de Curso	OB	120
		--	Disciplina optativa	OP	60
		--	Disciplina optativa	OP	60
		--	Disciplina optativa	OP	60

Carga Horária			
NE	**NG**	**NA**	**Total**
De 2760 a 2835	**120**	**De 45 a 120**	**3000**

2.3 Estágio Curricular

O Estágio Curricular compõe o Núcleo Específico do Bacharelado em Gestão Pública, sendo previsto em duas modalidades: i) como atividade curricular obrigatória; ii) e como atividade de enriquecimento curricular, de natureza optativa, que integra o conjunto de Atividades Acadêmicas Complementares. Nessas duas modalidades, a realização do estágio deve observar as normativas estabelecidas na legislação vigente.

O estágio curricular obrigatório traz como exigência o cumprimento de uma carga horária mínima de 300 (trezentas) horas/ 20 créditos, a serem integralizadas mediante aprovação em duas disciplinas da grade curricular do curso de Gestão Pública: Estágio Curricular A (12 créditos/180 horas), a ser realizado a partir do sétimo período letivo, e Estágio Curricular B (8 créditos/120 horas), a ser realizado a partir do oitavo período do curso. Ademais, ambos devem ser realizados em instituições públicas (governamentais ou não-governamentais) que tenham estabelecido parcerias formais com a UFMG e ou firmado termos de compromisso.

O estágio de enriquecimento curricular, designado Vivência Profissional Complementar, pode gerar créditos a serem computados na integralização curricular. Para tanto, deverá ser também realizado em instituições públicas (governamentais ou não-governamentais), diferentes daquelas de realização do estágio obrigatório, a partir do quinto período do curso, sendo computado no currículo como Atividade Acadêmica Complementar (Vivência Profissional), Os créditos a serem atribuídos a essa atividade dependem da carga horária cumprida, conforme segue: a) de 50 a 99 horas, 1 (um) crédito; b) de 100 a 149 horas, 2 (dois) créditos; c) de 150 a 199 horas, 3 (três) créditos; acima de 200 horas, 4 (quatro) créditos.

2.4 Atividades Acadêmicas Complementares

As Atividades Acadêmicas Complementares (AAC) correspondem àquelas práticas acadêmicas de caráter científico, cultural e acadêmico, que buscam ampliar o currículo e enriquecer o perfil do formando. No curso de Gestão Pública, elas abrangem atividades

realizadas no âmbito da UFMG e de outras instituições de ensino, incluindo instituições de ensino superior no exterior. O reconhecimento da AAC deve ser solicitado pelo aluno ao Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública, nos termos definidos no Regulamento do Curso de Gestão Pública. Cabe destacar que essas atividades constam no currículo, para efeitos de integralização curricular, como o subgrupo do Grupo de Optativas G3.

No Quadro 7, são apresentadas as Atividades Acadêmicas Curriculares do curso, com a indicação dos parâmetros de integralização curricular previstos para cada uma delas.

Quadro 7: Atividades Acadêmicas Complementares

Código	Nome	Carga Horária	Créditos	Creditação máxima por atividade
DCP 186	Participação em Eventos I	15	1	2(4)
DCP 198	Atividades de Pesquisa na UFMG	30	2	6
DCP 201	Atividades Interinstitucionais de Pesquisa A	60	4	5
DCP 202	Atividades Interinstitucionais de Pesquisa B	15	1	
DCP 203	Monitoria	45	3	3
DCP 204	Participação em Grupos de Estudos	30	2	2
DCP 205	Pesquisa Bibliográfica	30	2	2
DCP 206	Trabalho Apresentado/Publicado em Anais	30	2	2
DCP 207	Trabalho Publicado em Periódico Cientifico	60	4	4
DCP 208	Vivência Profissional Complementar	60	4	4

Destaca-se, em primeiro lugar, que algumas Atividades Acadêmicas Complementares poderão ser integralizadas mais de uma vez, até alcançar a integralização máxima individual, como é o caso das Atividades de Pesquisa na UFMG, que poderão totalizar seis créditos, e das Atividades Interinstitucionais de Pesquisa, que poderão totalizar cinco créditos. A Participação em Eventos I poderá totalizar quatro créditos se o estudante não tiver integralizado Participação em Eventos II, uma Atividade Acadêmica Complementar classificada como de Formação em Extensão Universitária. Em segundo lugar, destaca-se que, no conjunto, a integralização das Atividades Acadêmicas Complementares poderá variar de 0 a 20 créditos, correspondendo, a integralização máxima, a 300 horas.

2.5 Formação em Extensão Universitária

A Formação em Extensão Universitária, nos termos estabelecidos pelas Resolução CNE nº 07/2018 e Resolução CEPE nº 10/2019, abrange um conjunto de atividades acadêmicas curriculares que permitem a integralização de carga horária nos percursos curriculares dos cursos de graduação por meio da participação dos estudantes em atividades de extensão universitária, que totalizem, no mínimo, 10% da carga horária total do curso. No currículo do curso de Gestão Pública, a Formação em Extensão ocorre por meio da integralização das atividades classificadas no Subgrupo de Optativas G7, que abrange cinco disciplinas optativas e quatro tipos de Atividades Acadêmicas Complementares, nos termos da Resolução CEPE nº 10/2019. São elas:

- Disciplinas optativas Laboratório de Gestão e Políticas Públicas A e B, que têm como foco a formação em extensão universitária e são mobilizadas nas ações do programa de extensão denominado *Imersão no Campo de Públicas: o Curso de Gestão Pública e a Prática Profissional*, que é detalhado na seção 2.7 - Política e Programas de Pesquisa e Extensão.
- Disciplinas optativas Tópicos em Legislação e Políticas Públicas-Práticas Legislativas Legislab I, II e III, que têm como foco a formação em extensão. São desenvolvidas em parceria pelos cursos de Direito, Ciências do Estado e Gestão Pública e têm como foco problemas/casos com impacto legislativo e regulatório.
- Atividades Interinstitucionais de Ensino A e Atividades Interinstitucionais de Ensino B (modalidades de Atividade Acadêmica Complementar), significando a aprovação do aluno em cursos de temáticas correlatas à gestão pública, ofertados por outras instituições, presenciais ou a distância;
- Participação em Eventos II (modalidade de Atividade Acadêmica Complementar), significando a participação do discente em comissão organizadora, comitê técnico / científico, ou como debatedor ou moderador em eventos que envolvem público externo à UFMG;

- Atividades de Extensão na UFMG (modalidade de Atividade Acadêmica Complementar), significando participação do discente em projeto ou programa de extensão desenvolvido no âmbito da UFMG, em conformidade com as diretrizes da extensão universitária da UFMG;
- Atividades Interinstitucionais de Extensão A e Atividades Interinstitucionais de Extensão B: (modalidade de Atividade Acadêmica Complementar), significando participação do discente em atividades de extensão realizadas em outras instituições, incluindo a empresa júnior dos alunos do curso de Gestão Pública, voltadas para a formação em gestão pública ou em áreas afins, em conformidade com as diretrizes da extensão universitária da UFMG.

No Quadro 8, são apresentadas as atividades curriculares do curso que compõem a Formação em Extensão, com a indicação dos parâmetros de integralização curricular previstos para cada uma delas.

Quadro 8: Atividades curriculares de Formação em Extensão

Código	Nome	Carga horária	Créditos	Creditação máxima por atividade
DCP187	Participação em Eventos II	30	2	2
DCP193	Atividades Interinstitucionais de Ensino A	60	4	8
DCP194	Atividades Interinstitucionais de Ensino B	15	1	
DCP 195	Laboratório de Gestão e Políticas Públicas A	90	6	6
DCP196	Laboratório de Gestão e Políticas Públicas B	90	6	6
DCP 197	Atividades de Extensão na UFMG	30	2	6
DCP 199	Atividades Interinstitucionais de Extensão A	60	4	6
DCP 200	Atividades Interinstitucionais de Extensão B	15	1	
INU 031	Tópicos em Legislação e Políticas Públicas-Práticas Legislativas Legislab I	30	2	2
INU 032	Tópicos em Legislação e Políticas Públicas-Práticas Legislativas Legislab II	45	3	3
INU033	Tópicos em Legislação e Políticas Públicas-Práticas Legislativas Legislab III	60	4	4

Algumas Atividades Acadêmicas Complementares classificadas como de Formação em Extensão Universitária também poderão ser integralizadas mais de uma vez, até alcançar a integralização máxima individual possível, como é o caso das Atividades Interinstitucionais de Ensino, que poderão totalizar oito créditos, das Atividades de Extensão na UFMG, que poderão totalizar seis créditos, e, por fim, das Atividades Interinstitucionais de Extensão, que poderão totalizar também seis créditos. Desse conjunto de possibilidades de integralização, que totalizam 645 horas-aula (21,5% da carga horária), o estudante deverá obrigatoriamente integralizar 300 horas-aula, correspondendo a 10% da carga horária, como determina a Resolução CEPE nº 10/2019.

2.6 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso surge como oportunidade para o estudante desenvolver um trabalho autoral, realizar uma pesquisa ou um projeto de intervenção, desenvolver a escrita e a capacidade argumentativa, além de sínteses pertinentes. Com essas atividades pedagógicas e instrumentos teórico-metodológicos, busca-se desenvolver a capacidade reflexiva, a prática de exposição de ideias e argumentos.

Destaca-se que, no curso de Gestão Pública, o Trabalho de Conclusão de Curso é componente curricular obrigatório e corresponde a oito créditos/ 120 horas, podendo ser realizado nas modalidades: monografia, projeto ou programa de intervenção, artigo científico ou projeto de iniciação científica, centrados em área teórico-prática ou de formação profissional.

Com o objetivo de incentivar e valorizar a produção dos alunos, foi criado, em 2017, um concurso para escolha dos melhores Trabalhos de Conclusão de Curso de cada ano. A regulamentação desse concurso é feita pela Resolução nº 02/2018, de 28 de novembro de 2018, da Congregação da Fafich.

2.7 Mobilidade Estudantil

O curso de Gestão Pública oferece aos seus estudantes de graduação a possibilidade de realização de estudos em outras Instituições de Ensino Superior – IFES, do País e do exterior, e o currículo do curso foi construído de forma a permitir a integralização de créditos obtidos através de estudos realizados no âmbito de intercâmbios acadêmicos institucionais.

A mobilidade internacional é gerenciada pela Diretoria de Relações Internacionais, instância articuladora das relações acadêmico-científicas internacionais na Instituição, e que tem como função implementar e acompanhar diferentes projetos e convênios.

É importante destacar também que, no contexto das políticas de internacionalização da UFMG, é ofertada a cada semestre, para alunos de todos os cursos, disciplinas regulares de "Inglês para Fins Acadêmicos", em cinco diferentes níveis, do intermediário ao avançado. Os créditos obtidos em tais atividades podem ser utilizados para a integralização das exigências previstas para o Núcleo Geral do curso.

No que tange à mobilidade nacional, os estudantes do curso podem participar do Programa ANDIFES de Mobilidade Acadêmica. O referido programa, gerenciado pela Diretoria de Mobilidade, Estágios e Bolsa da Pró-Reitoria de Graduação, possibilita que, a partir do terceiro semestre letivo, o estudante possa cursar componentes curriculares em instituição de ensino superior conveniada, por um período de até dois semestres letivos.

A Resolução CEPE nº 06/2019, de 11 de junho de 2019, que regulamenta o aproveitamento de estudos realizados por estudantes de graduação em outras instituições de ensino superior, define que nos casos de estudos realizados no âmbito de mobilidade acadêmica nacional ou internacional, a concessão do aproveitamento de estudos dar-se-á mediante o atendimento ao critério de equivalência entre a atividade cursada na outra instituição de ensino superior e atividade acadêmica constante do percurso curricular a que se encontra vinculado o requerente. No caso de não cumprimento desse critério, as atividades podem ser integralizadas como Núcleo Específico do curso de Gestão Pública e como Núcleo Geral ou como Formação Complementar e Formação Avançada, previamente aprovadas pelo Colegiado, ou, ainda, na forma de disciplina optativa Atividade de Mobilidade Estudantil, mediante análise e aprovação do Colegiado de curso.

No Quadro 9, apresentam-se os parâmetros de integralização de cada uma das quatro disciplinas de Atividade de Mobilidade Estudantil:

Quadro 9: Disciplinas de Atividade de Mobilidade Estudantil

Código	Nome	Carga Horária	Créditos	Creditação máxima por atividade
DCP 108	Atividade de Mobilidade Estudantil I	15	1	20
DCP 109	Atividade de Mobilidade Estudantil II	30	2	
DCP 110	Atividade de Mobilidade Estudantil III	45	3	
DCP 111	Atividade de Mobilidade Estudantil IV	60	4	

2.8 Atividades Curriculares com Conteúdo Exigido em Legislações Específicas

Destaca-se ainda que o conjunto das disciplinas obrigatórias e optativas que compõem o Núcleo Específico do curso de Gestão Pública abrange temáticas específicas, exigidas em regulamentação federal para os cursos de graduação do País, destacadamente as seguintes:

- **Educação Ambiental**: Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4281, de 25 de junho de 2002;
- **Educação das Relações Étnico-Raciais**: Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004;
- **Educação em Direitos Humanos**: Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012.
- **Língua Brasileira de Sinais - Libras**: Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005;

No Quadro 10, são apresentadas as disciplinas obrigatórias e optativas que abrangem, em suas ementas, esses quatro conteúdos, o código e o tipo da disciplina e as normas contempladas:

Quadro 10: Disciplinas com conteúdo exigido em legislações específicas

Código	Disciplina	Tipo	Conteúdos abrangidos e legislação
LET 223	Fundamentos de LIBRAS	OP	Educação em Língua Brasileira de Sinais - Libras: Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005
DCP 026	Movimentos Sociais e Sociedade Civil	OP	Educação das Relações Étnico-Raciais: Resolução CNE nº 1, de 17 de junho de 2004 Educação em Direitos Humanos: Resolução CNE nº 1, de 30 de maio de 2012 Educação Ambiental: Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4281, de 25 de junho de 2002
DCP 042	Política, economia e sociedade no Brasil	OB	Educação das Relações Étnico-Raciais: Resolução CNE nº 1, de 17 de junho de 2004 Educação em Direitos Humanos: Resolução CNE nº 1, de 30 de maio de 2012 Educação Ambiental: Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4281, de 25 de junho de 2002
DCP 053	Gênero e políticas públicas	OP	Educação em Direitos Humanos: Resolução CNE nº 1, de 30 de maio de 2012
DCP 061	Democracia, redistribuição, reconhecimento e representação	OP	Educação das Relações Étnico-Raciais: Resolução CNE nº 1, de 17 de junho de 2004 Educação em Direitos Humanos: Resolução CNE nº 1, de 30 de maio de 2012
DCP 069	Direitos e Cidadania	OP	Educação em Direitos Humanos: Resolução CNE nº 1, de 30 de maio de 2012
DCP 079	Gestão Pública com Foco em Direitos Humanos	OP	Educação das Relações Étnico-Raciais: Resolução CNE nº 1, de 17 de junho de 2004 Educação em Direitos Humanos: Resolução CNE nº 1, de 30 de maio de 2012 Educação Ambiental: Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4281, de 25 de junho de 2002
DCP 126	Estado e Políticas Sociais A	OB	Educação em Direitos Humanos: Resolução CNE nº 1, de 30 de maio de 2012
DCP 128	Estado e políticas sociais B	OB	Educação das Relações Étnico-Raciais: Resolução CNE nº 1, de 17 de junho de 2004 Educação em Direitos Humanos: Resolução CNE nº 1, de 30 de maio de 2012 Educação Ambiental: Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4281, de 25 de junho de 2002
DCP 144	Democracia, cidadania e estado de bem estar social em perspectiva comparada	OP	Educação Ambiental: Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4281, de 25 de junho de 2002 Educação em Direitos Humanos: Resolução CNE nº 1, de 30 de maio de 2012
DCP 147	Estado e sociedade no Brasil	OP	Educação Ambiental: Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4281, de 25 de junho de 2002 Educação das Relações Étnico-Raciais: Resolução CNE nº 1, de 17 de junho de 2004

2.9 Atividades com Carga Horária a Distância

Conforme Resolução CEPE nº 13/2018, as atividades didáticas dos cursos de graduação podem ser ofertadas parcial ou integralmente na modalidade de ensino a distância, até o limite de 20% da carga horária total do curso. As atividades didáticas com carga horária a distância deverão prever pelo menos uma avaliação e um encontro presenciais e mobilizar plataforma eletrônica disponibilizada pela UFMG e seus respectivos recursos tecnológicos. O percentual de presença exigido para a aprovação é o mesmo das atividades presenciais (75%), sendo a aferição de presença nas atividades a distância baseada na realização de tarefas determinadas. Destaca-se, por fim, a exigência de que, na solicitação de oferta das atividades acadêmicas curriculares a distância, deverão ser indicadas as datas e horários dos encontros e avaliações presenciais e das tarefas síncronas.

Limitando a carga horária a distância a 20% da carga horária total do curso, como estabelecido pela Resolução CEPE nº 13/2018, o Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública definiu que as disciplinas obrigatórias poderão ter até 25% de sua carga horária ofertada a distância, e as disciplinas optativas, até 100%. Das disciplinas obrigatórias, não compõem esse conjunto as disciplinas de estágio curricular (DCP135-Estágio Curricular A; DCP136-Estágio Curricular B) e a disciplina DCP137-Trabalho de conclusão de Curso. Entre as disciplinas optativas, seis poderão ser ofertadas parcial ou integralmente a distância. Em conjunto, a oferta a distância prevista para essas disciplinas totaliza 20% da carga horária total do curso (600 horas-aula), conforme detalhado na Tabela 2.

Tabela 2: Disciplinas do curso de Gestão com oferta a distância, por carga horária máxima (%, horas-aula)

Código	Disciplina	Carga horária máxima	
		%	Horas-Aula
Obrigatórias			
DCP 032	Fundamentos de Análise Política	25	15
DCP 033	Metodologia	25	15
DCP 035	Instituições Políticas Comparadas	25	15
DCP 037	Análise de Políticas Públicas	25	15
DCP 042	Política, Economia e Sociedade no Brasil	25	15
DCP 089	Projeto do Trabalho de Conclusão de Curso	25	15
DCP 123	Aspectos Legais da Gestão Pública A	25	15
DCP 124	Gestão Pública A	25	15
DCP 125	Aspectos Legais da Gestão Pública B	25	15
DCP 126	Estado e Políticas Sociais A	25	15
DCP 127	Gestão Pública B	25	15
DCP 128	Estado e Políticas Sociais B	25	15
DCP 131	Avaliação de Políticas Públicas A	25	15
DCP 132	Democracia Digital e Governo Eletrônico	25	15
DCP 181	Finanças Públicas	25	15
DCP 182	Planejamento Público	25	15
DCP 183	Formulação e Implementação de Programas e Projetos	25	15
DCP 184	Avaliação de Políticas Públicas B	25	15
ECN 044	Economia do Bem-Estar	25	15
ECN 140	Introdução à Economia	25	15
ECN 190	Econometria	25	15
EST 057	Introdução à Estatística	25	15
SOA 048	Fundamentos de Análise Sociológica	25	15
SOA 607	Sociologia das Organizações Públicas	25	15
Optativas			
DCP 098	Tópicos em Metodologia	25	15
DCP 148	Ética na Gestão Pública	50	30
DCP 170	Tópicos em Análise Política	25	15
DCP 171	Tópicos em Gestão Pública	100	60
DCP 173	Tópicos em Políticas Públicas	100	60
LET 223	Fundamentos de Libras	100	60
Oferta total na modalidade a distância		**20%**	**600**

2.10 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação desempenha um papel imprescindível na formação e capacitação do estudante. Em articulação com a concepção e os objetivos do curso, a avaliação tem não apenas a função de aferir conhecimentos, mas também de desenvolver a autonomia do aluno, com vistas a atingir o objetivo de formar profissionais críticos e reflexivos. Cada vez mais, o curso busca articular a teoria com a prática, a partir da realização de atividades avaliativas práticas, de forma que os alunos possam exercitar o seu aprendizado teórico.

As formas utilizadas para a avaliação dos estudantes são diversificadas, variando em função do conteúdo das disciplinas e dos objetivos visados. São utilizados provas e trabalhos, tanto individuais quanto em grupo; seminários participativos; exercícios em laboratório, particularmente para as disciplinas de caráter metodológico; resenhas e leituras críticas. Por meio do sistema Moodle, implantado na UFMG, tornou-se possível a realização de trabalhos com acompanhamento a distância. Esses diferentes tipos de instrumentos avaliativos são usados tanto para verificar aprendizagem de conteúdos teóricos quanto para elaboração de atividades de conteúdo aplicado.

No que tange à aferição do desempenho dos estudantes, cabe mencionar que, para que um estudante seja considerado aprovado numa determinada atividade acadêmica o mesmo precisa preencher dois requisitos: ter obtido rendimento acadêmico suficiente e ter tido frequência satisfatória.

Em relação ao rendimento acadêmico, conforme estabelece o aparato normativo e regimental da UFMG, tal aferição resultará em uma nota, expressa em um número inteiro em escala de 0 (zero) a 100 pontos, sendo considerado aprovado o estudante que obtiver nota igual ou superior a 60 pontos. A assiduidade, por seu turno, será considerada suficiente quando registrado o comparecimento do estudante a um percentual mínimo de 75% da programação de determinada atividade acadêmica.

No âmbito do registro acadêmico da UFMG, atribuem-se conceitos ao desempenho do estudante em cada uma das disciplinas cursadas, correspondentes à pontuação obtida nas avaliações, como apresentado no Quadro 11.

Quadro 11: Pontuação e respectivos conceitos de avaliação de aprendizagem

Pontuação	Conceito
De 90 a 100 pontos e assiduidade suficiente	A
De 80 a 89 pontos e assiduidade suficiente	B
De 70 a 79 pontos e assiduidade suficiente	C
De 60 a 69 pontos e assiduidade suficiente	D
De 40 a 59 pontos e assiduidade suficiente	E
Abaixo de 40 pontos ou assiduidade insuficiente	F

O desempenho total do aluno no semestre letivo é pontuado mediante o cálculo da Nota Semestral Global (NSG), que correspondente à "média das notas ponderadas pelo número de créditos da atividade acadêmica curricular, obtidas nas atividades referentes ao período letivo em questão." (Normas Gerais da Graduação, aprovadas pela Resolução Complementar nº 1/2018, art. 100).

Para o aluno que não tiver desempenho suficiente para aprovação na atividade acadêmica, mas obteve pontuação entre 40 e 59 pontos e assiduidade suficiente (conceito E), é admitida a realização de exame especial. A nota final do aluno que faz exame especial, conforme art. 15 das Normas Gerais da Graduação, será:

I. Igual a 60 pontos, caso a nota do exame especial seja maior que ou igual a 60 pontos;
II. Igual à nota do exame especial, caso esta seja menor que 60 pontos e maior que a nota anterior;
III. Igual à nota anterior, caso esta seja maior que a do exame especial.

2.11 Avaliação do Curso de Gestão Pública

Uma variedade de fontes e tipos de dados que informam sobre o desempenho dos docentes e discentes do curso são disponibilizados pela UFMG ao Colegiado de Coordenação Didática e ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Gestão Pública e outros

instrumentos estão sendo implementados no âmbito do curso. Os procedimentos de avaliação a serem realizados regulamente e a possibilidade de avaliações mais amplas, de forma esporádica, são os seguintes:

1. Com o uso de instrumentos institucionais atualmente disponíveis na UFMG, o curso é avaliado nos seguintes aspectos:
    - Desempenho dos docentes encarregados das disciplinas ofertadas semestralmente e da qualidade da disciplina cursada. Essa avaliação é feita por meio de questionário respondido pelo aluno ao final do semestre letivo;
    - Estatísticas relativas ao grau de retenção, evasão e conclusão, elaboradas pelo Setor de Estatística da Prograd que produz relatórios anuais dos cursos de graduação presenciais da UFMG, que cobrem dois grandes temas: a) principais disciplinas, com classificação daquelas consideradas difíceis (de acordo com as notas dos estudantes e o percentual de reprovação); e b) saída do curso (evasão). Comparações entre cursos, disponibilizadas nesse último relatório, possibilitam melhor interpretação dos movimentos em cursos afins. Adicionalmente, são produzidos dois outros relatórios, sendo um para acompanhamento de discentes com baixo rendimento, múltiplos trancamentos totais ou múltiplas reprovações na mesma disciplina, e outro sobre disciplinas e cursos ofertados por unidade acadêmica.
2. O acompanhamento e análise anual desses dados produzidos institucionalmente devem ser feitos pelo NDE do curso de Gestão Pública para subsidiar decisões do Colegiado de Coordenação Didática.
3. Avaliação de grande porte não rotineira foi realizada após a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) da área de Administração Pública, gerando necessidade de adequação dos cursos que compõem o Campo de Públicas às novas regras. Para isso, foi feita uma reforma do curso de Gestão Pública em 2015, implantada em 2016. A reforma foi precedida de uma exaustiva análise do curso, que ocorreu nos anos de 2013 e 2014, realizada a partir das seguintes estratégias:
    - Levantamento de dados da Comissão Permanente do Vestibular da UFMG (Copeve) e do DRCA e construção de bancos de dados correspondentes, relativos ao ingresso e desempenho dos estudantes admitidos nos vestibulares de 2009 e 2010, primeiras turmas do curso. Isso possibilitou conhecer melhor o perfil dos alunos tanto quanto

à suas características socioeconômicas quanto aos resultados que obtiveram nas disciplinas do curso. Também, permitiu verificar a recorrência de problemas de desempenho em algumas disciplinas, especialmente as que se situam no campo das Ciências Exatas, como Matemática e Econometria.

- Questionário aplicado a 178 discentes, de todos os períodos letivos, com o objetivo de conhecer a opinião dos alunos sobre o curso, suas disciplinas, os percursos propostos, bem como colher sugestões para seu aperfeiçoamento.
- Grupo focal realizado com oito alunos concluintes do curso, para conhecer, de modo mais aprofundado, a opinião daqueles alunos que já tinham percorrido todas as atividades previstas no curso, também no intuito de avaliá-lo e colher sugestões.
- Questionário respondido por seis professores do Departamento de Ciência Política (DCP) que lecionavam ou haviam lecionado disciplinas no curso, visando obter sua opinião sobre as disciplinas, o perfil dos alunos, os percursos propostos, os principais problemas identificados na sua experiência docente no curso, bem como colher sugestões que pudessem contribuir para o aperfeiçoamento do curso.
- Levantamento e análise da grade curricular de 11 cursos do Campo de Públicas, das diferentes regiões do Brasil, no intuito de verificar similaridades e diferenças entre esses cursos e compará-los ao nosso curso.
- Levantamento e análise dos programas de todas as disciplinas ofertadas pelo curso, desde sua primeira turma, visando identificar conteúdos e bibliografias utilizadas, assim como eventuais variações nos mesmos.
- Consulta aos docentes e equipes de docência do DCP que tinham ministrado disciplinas no curso quanto a possíveis ou necessárias adequações das ementas das disciplinas.
- Análise das DCN da área de Administração Pública.

Entre as alterações realizadas na reforma de 2015 e balizadas pela avaliação e pela necessidade de adequação às DCN, destacam-se: eliminação da disciplina Matemática, a qual era responsável por grande número de reprovações, e que foi considerada pelos especialistas consultados como conteúdo não requerido para outras disciplinas da grade curricular; eliminação das três ênfases existentes no percurso anterior, as quais se mostraram pouco efetivas e pouco atrativas para os alunos, além de onerosas para o departamento; eliminação de pré-requisitos julgados desnecessários; ampliação da carga

horária do estágio curricular, tanto para ampliar a experiência prática como para expressar melhor o tempo real dos estágios; transformação do *status* da disciplina Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, passando de optativa para obrigatória, a partir do reconhecimento de sua importância no processo de elaboração do TCC; revisão de ementas e conteúdos para sanar sobreposições.

4. No segundo ano de implantação da reforma foram tomadas iniciativas com vistas a equacionar a principal demanda colocada por discentes e docentes: maior aproximação entre teoria e prática. Foram viabilizadas formas de imersão dos alunos na gestão pública, a partir da criação de uma disciplina de imersão, ofertada a partir do segundo semestre de 2017, a partir de parcerias estabelecidas com prefeituras da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Essa atividade inclui a realização de um seminário avaliativo ao final de cada semestre com a participação das prefeituras participantes, alunos, professores, bolsistas e coordenação do curso).
5. Está definida a realização trianual de pesquisa de egressos por meio de coleta de dados primários, com vistas a um entendimento das ocupações dos graduados no mercado de trabalho e a uma reflexão sobre como os conteúdos ministrados são avaliados na ótica dos próprios discentes, após a graduação. A coleta de dados é via a aplicação de questionário aos graduados, abordando os seguintes temas: *background* socioeconômico, trajetória acadêmica (prévia, durante o curso e posterior a ele), trajetória profissional (prévia, durante o curso e posterior a ele), e satisfação com o curso e com a trajetória profissional. A primeira pesquisa de egressos foi realizada ao longo de 2018, sendo seus resultados discutidos pelo NDE e apresentados ao Colegiado em 2019.
6. Outra forma de avaliação do curso, iniciada em 2019, é a análise dos resultados e do questionário do estudante do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), dado que a primeira participação dos estudantes do curso se deu em novembro de 2018.
7. A partir de 2018, conforme determinado pela Resolução CEPE nº 10/2018, o NDE elabora anualmente atividade de avaliação do curso com participação da comunidade acadêmica. Essa avaliação compõe o Relatório de Autoavaliação, que é enviado à Comissão Própria de Avaliação (CPA), da Prograd.
8. Com supervisão metodológica de professores do curso, o Centro Acadêmico de Gestão Pública (CAGP) iniciou, em 2019, uma pesquisa avaliativa com os alunos.

9. Em dezembro de 2017 foi aberto pelo MEC o processo de recredenciamento do curso, sendo cumpridas pela coordenação do curso as demandas de informações relativas às etapas 1 e 2 do processo.

Em conjunto, os esforços avaliativos elencados acima cobrem diversos aspectos programáticos do curso (e.g., estrutura curricular, conteúdos ministrados e bibliografias), bem como seu impacto na formação acadêmica (e.g., rendimento, conclusão, desempenho em testes padronizados) e profissional dos estudantes (e.g., experiências de estágio, inserção no mercado de trabalho). Acredita-se que tais ações abasteçam o Colegiado de Coordenação Didática e o NDE com as informações necessárias para o monitoramento contínuo e a tomada de decisão.

2.12 Política e Programas de Pesquisa e Extensão

São diversos os programas e projetos que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão, desenvolvidos no âmbito da UFMG, da Fafich e do curso de Gestão Pública, que particularmente contribuem para o aprimoramento da formação dos alunos deste curso, abrangendo tanto projetos desenvolvidos por professores individualmente ou reunidos em núcleos/centros de pesquisa quanto projetos institucionais.

Entre os núcleos/centros de pesquisa coordenados por professores do Departamento de Ciência Política (DCP), aos quais se vinculam alunos do curso de Gestão Pública, destacam-se os seguintes: Centro de Estudos do Comportamento Político (Cecomp), Centro de Estudos em Deliberação (CEDE), Centro de Estudos Legislativos (CEL), Centro de Pesquisas em Política e Internet (CePPI), Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça (Margem), Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM), Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano (NESTH), Núcleo de Estudos em Gestão e Políticas Públicas (Publicus), Observatório da Justiça no Brasil e na América Latina, (Opinião Pública: Marketing Político e Comportamento Eleitoral), Projeto Democracia Participativa (PRODEP), Rede de Pesquisa em Política Externa e Regime Político (RIPPERP).

Os projetos institucionais que também têm contribuído para a formação dos alunos são os seguintes:

I. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política;
II. Programa de Extensão Imersão no Campo de Públicas: O Curso de Gestão Pública e a Prática Profissional;
III. Projeto de Monitoria em Disciplinas Metodológicas do Departamento de Ciência Política: Promovendo a Iniciação à Docência e Prevenindo a Retenção e a Evasão.

Esse conjunto de ações parte do pressuposto de que, na universidade contemporânea, a pesquisa é indissociável da extensão e do ensino, seja de graduação, seja de pós-graduação, e de que a universidade se caracteriza por um movimento contínuo de estabelecimento de vínculos cada vez mais fortes com a sociedade em que se situa. Essa indissociabilidade é também um princípio constitucional no Brasil. Desta forma, a UFMG entende que sua especificidade - uma instituição que gera, guarda e dissemina conhecimento e que escolhe enfocar as questões colocadas por uma realidade social, por uma demanda do sistema produtivo, por um questionamento à cultura hegemônica - potencializa o impacto de sua atividade, aumentando sua relevância. Destaca-se que a indissociabilidade, estabelecida constitucionalmente, das atividades de ensino, pesquisa e extensão, está prevista também no Estatuto da UFMG, sendo praticada há décadas, e orienta o PDI 2018-2023, que estabelece o seguinte: "Assim, também a extensão e a inovação devem vir associadas à Pesquisa, em uma universidade que aspira constituir elemento transformador na sociedade que a abriga" (PDI 2018-203, p. 72).

Em relação à pesquisa, a UFMG é dotada de um corpo respeitável de pesquisadores, de um parque universitário robusto e de uma capacidade instalada relativamente bem consolidada. Isso se expressa no volume e na qualidade da produção de seu quadro docente que situa a UFMG entre as principais universidades do País também nesse quesito. O DCP, responsável pela grande maioria das disciplinas do curso de Gestão Pública e por sua coordenação, segue o padrão geral da UFMG, cujo principal indicador é a atribuição na avaliação da CAPES da nota máxima (sete) ao seu Programa de Pós Graduação em Ciência Política, atribuído apenas a programas de excelência. Destaca-se que, na área de Ciência Política, apenas mais um programa atingiu essa nota.

Para essa excelência, contribui a produção dos docentes do curso de Gestão Pública (que inclui não apenas os professores do DCP, mas também professores de outras unidades). Em levantamento feito para o período de 2015-2017, verifica-se que essa produção foi bastante expressiva, conforme a Tabela 3.

Tabela 3: Produção dos professores do Curso de Gestão Pública (2015-2017)

Tipo	Total (N)	Produção por professor (Média)
Artigos em periódicos científicos	137	3,8
Livros ou capítulo de livros	120	3,3
Trabalhos completos publicados em anais	102	2,83
Resumos de trabalhos publicados em anais	22	0,6
Projetos e/ou produções técnicas artísticas e culturais	646	17,94
Obras didáticas-pedagógicas	18	0,5
Total	**1045**	**29**

No mesmo período, 31 (86%) do total de 36 docentes tiveram produção superior a nove, considerado muito alta, distribuídos conforme Tabela 4.

Tabela 4: Produção dos professores do Curso de Gestão Pública (2015-2017)

Produção (N)	Professores (N)
De 9 a 20	10
De 21 a 50	16
De 21 a 50	16
Acima de 50	5
Média	**32,64**

Destaca-se que, além da alta produtividade, o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política articula-se com o curso de Gestão Pública, contando entre seus discentes com diversos de seus egressos, tanto no curso de Mestrado quanto no de Doutorado. Além disso, os alunos do curso de Gestão vinculam-se às atividades de pesquisa desenvolvidas pelos professores da

pós-graduação, principalmente por meio de projetos de iniciação científica. Esses projetos são desenvolvidos nos 14 núcleos de pesquisa existentes no DCP, elencados anteriormente, destacadamente o Núcleo de Pesquisas em Gestão e Políticas Públicas (*Publicus*), e os alunos participam tanto como bolsistas de iniciação científica como na condição de voluntários. As bolsas são fornecidas pelas entidades de fomento e por programas institucionais da UFMG.

A participação em atividades de pesquisa, tanto nos referidos núcleos do DCP como em atividades interinstitucionais de pesquisa, é incentivada por meio da possibilidade de utilização dessas atividades para fim de geração de créditos nos currículos. Os estudantes são também estimulados a apresentar os produtos das pesquisas de que participam em congressos e eventos da área, sendo que a publicação de trabalhos em periódicos científicos ou em anais são contabilizados também como Atividades Acadêmicas Complementares (AAC). Além disso, a participação em eventos e em grupos de estudo orientados por docentes do curso também é incentivada com vistas ao desenvolvimento intelectual e de produção de conhecimento, sendo aberta também a possibilidade de integralização de créditos, na modalidade AAC.

A extensão está definida no Estatuto da Universidade, como um espaço marcado por uma interação transformadora entre a UFMG e diversos setores da sociedade, com o objetivo de promover o diálogo e a troca de saberes. Conforme disposto no art. 60, do Regimento da UFMG:

> A extensão é processo educativo, artístico, cultural e científico, articulado com o ensino e a pesquisa, de forma indissociável, cujo objetivo é ampliar a relação da Universidade com a sociedade.
> § 1º As atividades de extensão, nas áreas técnica, científica, artística e cultural, serão realizadas sob as formas de programas, projetos, cursos, assessoramentos, prestação de serviços e/ou consultorias, entre outras.
> § 2º As atividades de extensão integrarão os planos de trabalho tanto dos docentes envolvidos em sua realização, como das Unidades que as promovem.

O Programa de Imersão no Campo de Públicas: o Curso de Gestão Pública e a Prática Profissional insere-se no profícuo campo da extensão no âmbito da Universidade. Cabe à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) fomentar, acompanhar, avaliar, articular, divulgar e coordenar

as ações de extensão, de acordo com as deliberações do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). No curso de Gestão Pública, as atividades de extensão organizam-se conforme as diretrizes para a Formação em Extensão universitária, estabelecidas pela Resolução CEPE nº 10/2019. A operacionalização dessa formação abrange disciplinas optativas da grade curricular do curso e diversas das Atividades Acadêmicas Complementares (AAC), como detalhado na seção 2.4, cuja realização tem sido potencializada pelo Programa Imersão no Campo de Públicas: o Curso de Gestão Pública e a Prática Profissional.

Esse Programa foi criado no segundo semestre de 2017, pelo Colegiado de Coordenação Didática. Congrega ações de ensino, pesquisa e extensão universitária, com o objetivo de ampliar os espaços, instrumentos e atores a serem mobilizados no processo ensino/aprendizagem dos alunos e, ao mesmo tempo, oferecer contribuições efetivas e diretas da UFMG à gestão desenvolvida em órgãos públicos governamentais e não-governamentais, em especial os localizados na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O Programa Imersão está organizado em três eixos: ensino e extensão universitária, assessoria a órgãos públicos e, por fim, extensão universitária. O eixo "ensino e extensão universitária" é operacionalizado pelo Projeto Extensão Universitária no Curso de Gestão Pública, que tem por objetivo o desenvolvimento de produtos demandados por órgãos públicos parceiros com vistas ao aprimoramento ou inovação da gestão por eles desenvolvida. Esses produtos são desenvolvidos por equipes de alunos matriculados nas disciplinas optativas de Laboratório de Gestão e Políticas Públicas A e Laboratório de Gestão e Políticas Públicas B, sob a supervisão do professor responsável e, sempre que necessário, apoio de outros professores da UFMG. Os produtos abrangem diagnósticos de gestão ou situacionais, projetos de intervenção, análises de política pública, materiais didáticos etc., nas áreas de gestão de processos, gestão de pessoas, política pública, planejamento, orçamento e gestão. O eixo "assessoria a órgãos públicos" é operacionalizado pelo Projeto Gestão além do Horizonte tem por objetivo o assessoramento de gestores parceiros na elaboração de planos municipais em áreas temáticas específicas, visando ao aprimoramento das ações por eles desenvolvidas, além da captação de recursos federais ou estaduais para o desenvolvimento de políticas municipais. A assessoria é prestada por alunos do curso de Gestão Pública, também sob a supervisão e orientação de professores do Departamento de Ciência Política. Por fim, o eixo "extensão universitária", denominado Gestão Pública: Práticas Avançadas, também tem por objetivo o desenvolvimento de produtos demandados por órgãos parceiros. Mas os trabalhos são

desenvolvidos como projetos de extensão desvinculados das disciplinas de Laboratório e com duração superior a um (1) semestre letivo. A coordenação dos trabalhos é feita por professores do DCP.

Cabe destacar ainda que, além das ações desenvolvidas nesses três eixos, o Programa Imersão no Campo de Públicas abrange parcerias com instituições públicas diversos; por exemplo, a Associação Mineira de Municípios (AMM), que contempla os alunos do curso de Gestão com vagas gratuitas em seus cursos de curta duração, contribuindo, assim, com sua formação em temas específicos da gestão pública municipal.

Por fim, merece destaque o Projeto de Monitoria em Disciplinas Metodológicas do Departamento de Ciência Política: Promovendo a Iniciação à Docência e Prevenindo a Retenção e a Evasão, que se inscreve também em políticas mais amplas da UFMG. Seu objetivo é a criação de uma equipe de monitoria da graduação focada em apoiar as disciplinas metodológicas ofertadas pelo DCP. As disciplinas-alvo contemplam o curso de Gestão Pública e o curso de Ciências Sociais, especificamente as de natureza metodológica, justamente as que os alunos têm encontrado maior dificuldade.

3. Da Infraestrutura

A UFMG disponibiliza uma infraestrutura ampla para o desenvolvimento do curso de Gestão Pública, abrangendo (i) instalações diversas, laboratórios e equipamentos de diferentes naturezas, situados em sua maioria na Fafich, (ii) recursos e estruturas necessárias ao ingresso, permanência, participação e autonomia de pessoas com deficiência de pessoas com deficiência, além de (iii) um robusto sistema de bibliotecas, incluindo a Biblioteca Antônio Luiz Paixão, que se situa no prédio da Fafich. Para sua gestão, o curso de Gestão Pública conta com duas instâncias formais – o Colegiado de Coordenação Didática e o Núcleo Docente Estruturante -, além de seus corpos docente e técnico-administrativo.

3.1 Instalações, Laboratórios e Equipamentos

A quantidade de ambientes administrativos e de apoio docente e a quantidade de Laboratórios disponíveis para alunos e professores vinculados ao curso de Gestão Pública são apresentados nos Quadros 12 e 13, respectivamente.

Quadro 12: Ambientes Administrativos e de Apoio docente

Quantidade	Descrição
1	Secretaria acadêmica
-	Sala para Coordenação
2	Sala de reunião/ Congregação
16	Gabinete de trabalho para docentes
10	Sala de aula
12	Salas para grupos de pesquisa

Os professores do Departamento de Ciência Política (DCP) dispõem de gabinetes individuais ou compartilhados com mais um professor no máximo, totalizando 16 gabinetes. Todos os gabinetes possuem equipamentos de informática - computadores com acesso à *internet* e impressoras -, além de telefones e mobiliário adequado, inclusive mesa para pequenas reuniões em alguns gabinetes. O DCP conta ainda com 12 salas reservadas para trabalhos de

diferentes grupos de pesquisa, também equipadas com mesas de trabalho, mesa de reuniões, computadores e impressoras, com acesso à *internet.* A coordenação não possui sala própria atuando no próprio gabinete.

Estão disponíveis para o curso de Gestão Pública dez salas de aula para até 50 alunos, dado que, a partir de 2016, o curso passou a ter dez períodos ocorrendo simultaneamente. Essas salas se localizam no prédio da Fafich e no Centro de Atividades Didáticas 2 (CAD 2). Um ponto negativo é a condição dos sanitários no prédio da Fafich que, embora funcione em três turnos, só é realizada uma limpeza diária. O curso conta com equipamentos multimídia móveis para serem utilizados nas salas de aula, com acesso à *internet*; nas salas do CAD 2 estão disponíveis equipamentos multimídia fixos. Os professores do curso possuem ainda *notebooks* e projetores disponibilizados para desenvolvimento de suas atividades. Além disso, para aulas que demandam a utilização de *softwares* de estatística são utilizados dois laboratórios de informática.

Quadro 13: Laboratórios disponíveis a docentes e discentes do curso de Gestão Pública

Quantidade	Descrição
1	Laboratório da Fafich
1	Laboratório de Metodologia em Ciências Sociais (LMCS)
1	Legislab

O Laboratório de Informática da Fafich foi criado para atender a demanda de serviços e orientações em atividades de informática a todos os segmentos que constituem a comunidade da Fafich, incluindo professores e alunos do curso de Gestão. O Laboratório de Metodologia em Ciências Sociais (LMCS), por seu turno, é destinado a professores e ao corpo discente dos cursos de graduação em Ciências Sociais e em Gestão Pública.

O primeiro funciona desde 1998. Está equipado com 30 computadores com acesso à *internet* e funciona de segunda a sexta-feira durante os três turnos; o segundo contém 60 computadores, nos quais estão instalados diferentes programas de análise de dados amplamente utilizados nas Ciências Sociais Aplicadas. O LMCS oferece cursos de treinamento no uso de *softwares* especializados ao longo do ano e tem um papel fundamental na formação metodológica dos alunos. O laboratório oferece aos alunos de graduação, pós-graduação,

professores e pesquisadores o seguinte: (a) equipamentos de informática para pesquisa; programas computacionais especializados para investigação científica (R, SPSS, ARCGIS, GEODA, STATA, NVIVO, dentre outros); (b) cursos de treinamento para utilização dessas ferramentas úteis no ensino e em pesquisas científicas. Os cursos desenvolvidos no LMCS têm proporcionado ao alunado da Fafich acesso a recursos metodológicos e informatizados ainda pouco difundidos em nosso meio acadêmico e amplamente utilizados nos centros universitários e mercados profissionais no exterior.

O Legislab, situado na Faculdade de Direito, resulta de parceria entre os cursos de Gestão Pública, Ciências do Estado e Direto, a partir da qual são ofertadas três disciplinas optativas também de Laboratório que compõem a oferta para Formação em Extensão, com foco na resolução de problemas e análises de casos com impacto legislativo e regulatório.

Destaca-se, por fim, que o LMCS é usado para as atividades didáticas dos alunos do curso. Para seu funcionamento cotidiano, conta-se com um docente coordenador e monitores; há agendamento prévio das atividades e, até o momento, tem atendido de forma adequada às demandas do curso de Gestão Pública.

3.2 Acessibilidade

Como outros cursos da UFMG, o curso de Gestão Pública conta com o apoio do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) que é responsável pela proposição, organização e coordenação de ações que assegurem as condições de acessibilidade necessárias ao ingresso, permanência, participação e autonomia de pessoas com deficiência no âmbito da instituição. Criado em fevereiro de 2015, o NAI tem uma atuação diversificada para atender a esses objetivos.

Vinculado ao NAI, existe o Centro de Apoio ao Deficiente Visual (CADV) que funciona na Biblioteca Antônio Luiz Paixão, da Fafich. O CADV oferece suporte acadêmico para o percurso universitário dos alunos com necessidades educacionais especiais, cegos e com visão subnormal. Isto inclui a assessoria de natureza didático-pedagógica e oferta de recursos tecnológicos ao docente, que pode solicitar auxílio, para que seus alunos realizem avaliações,

pesquisas e trabalhos acadêmicos. O CADV tem como prioridade serviços de acessibilidade à informação dentro da estrutura organizacional dessa biblioteca, que está inserida dentro do sistema de bibliotecas da UFMG. Desde a década de 1990, foi criado na biblioteca um serviço de informação especial para esses alunos com deficiência, com o objetivo de lhes proporcionar acesso à literatura básica para poderem acompanhar as aulas nos diversos cursos. Para tanto, instituíram-se acervos de textos gravados, digitais e em Braille, e, hoje, a biblioteca conta com a estrutura física e tecnológica do CADV que dispõe de microcomputadores com acesso à *internet*, impressora Braille, lupa eletrônica, além dos *softwares* JAWS, DOSVOX, AUDACITY, Braille Fácil e ABBYY FINEREADER, associado ao *scanner*, para digitalizar textos.

Destaca-se que a acessibilidade é o tema de um novo percurso de Formação Transversal, ofertado desde 2018 aos alunos de todos os cursos de graduação da UFMG. Elaborada por grupo de professores que atuam em parceria com o NAI, essa formação tem como proposta a formação para compreensão, problematização, reflexão e trabalho junto às pessoas com deficiência e oferece dois eixos: um com foco na educação especial e inclusiva e outro destinado à formação de estudantes que tenham interesse no tema.

Desde sua criação, o NAI realizou ainda as seguintes ações nos seguintes âmbitos:

1) Acessibilidade atitudinal e programática:

- Atendimento prioritário às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida: todos os locais de atendimento ao público na UFMG têm sinalização com indicação de atendimento prioritário; o NAI ofereceu continuamente o serviço de interpretação em Libras e suporte para o atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla.
- Eventos institucionais acessíveis: produção e oferta dos eventos institucionais em formato acessível (Festival de Verão, Mostra das Profissões, Semana do Calouro, Semana do Conhecimento da UFMG).
- Estímulo ao desenvolvimento de projetos voltados para a temática acessibilidade e inclusão.
- Aperfeiçoamento do processo de seleção (concurso público) de servidores com deficiência.

2) Acessibilidade arquitetônica, de mobiliário e dos transportes

O NAI tem desenvolvido adequações nos projetos arquitetônicos e urbanísticos da UFMG. A frota de veículos de transporte coletivo é acessível, garantindo o seu uso por todas as pessoas. As áreas de estacionamento têm vagas reservadas para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, devidamente sinalizadas e com as especificações de desenho e traçado de acordo com as normas vigentes de acessibilidade. Quanto ao mobiliário, o NAI comprou e disponibilizou um número adequado de carteiras adaptadas para todas as unidades da UFMG. Foi desenvolvido um dispositivo facilitador de alcance para acionamento de botão do elevador nas dependências do prédio da Fafich e o sistema de rádio com Rifdchip que tem a finalidade de localização dos pontos de ônibus da UFMG.

3) Acessibilidade instrumental, metodológica e pedagógica

Confecção e disponibilização de 33 dispositivos de tecnologia assistiva (ajudas técnicas); por exemplo, andador com base triangular, muleta.

Por fim, destaca-se que, do ponto de vista da estrutura física, todos os prédios nos quais são ministradas as aulas do curso de Gestão Pública contam com elevadores, e o prédio mais novo (CAD 2) conta com rampas de acesso para cadeiras de rodas; e todos os banheiros são adaptados para deficientes físicos. Registra-se, contudo, a falta de carteiras adequadas para cadeirantes.

3.3 Bibliotecas

A biblioteca da Fafich - Biblioteca Antônio Luiz Paixão (http://www.fafich.ufmg.br/bib) - integra, juntamente com mais 28 bibliotecas, o Sistema de Bibliotecas da UFMG. Esse sistema conta com cerca de um milhão de itens entre livros, monografias, dissertações, partituras, CDs, DVDs, fitas, VHS, mapas e *slides*. Esse acervo inclui ainda 22.305 periódicos; acesso ao Portal de Periódicos da CAPES; cerca de 100 mil itens de materiais especiais (audiovisuais, *slides*, partituras, fitas de vídeo, documentos de

arquivo, fotografias); e coleções especiais da UFMG, obras raras, coleções pessoais. O acesso ao catálogo *on-line* (http://catalogobiblioteca.ufmg.br) permite a consulta, empréstimo, renovação e reserva do acervo do Sistema de Bibliotecas.

As bibliotecas setoriais estão vinculadas tecnicamente à Biblioteca Universitária e possuem acervos específicos em suas áreas de atuação e abrangência. O acervo da biblioteca da Fafich é uma referência na área das Ciências Humanas, para todo o Estado de Minas Gerais, e inclui livros, dissertações, teses, monografias, vídeos, áudios, dicionários, enciclopédias, catálogos, periódicos e obras seriadas. Em janeiro de 2018 o acervo total era de 141.547 exemplares, com aproximadamente: 91.250 títulos nas áreas de Antropologia, Ciências Sócio Ambientais, Comunicação Social, Filosofia, Gestão Pública, História, Psicologia, Sociologia, Ciência Política. O acervo de periódicos era de 2.562 títulos nacionais e estrangeiros, correntes e não-correntes, além do acesso ao Portal CAPES pelo site (http://www.bu.ufmg.br:) e utilizando o Minha UFMG, podendo o acesso ser feito, inclusive de casa, a resumos e textos completos em PDF. Essa biblioteca integra o sistema de Comutação Bibliográfica, fazendo e atendendo pedidos de todo o país. Ressalta-se, ainda, que o acervo físico dessas bibliotecas está tombado e informatizado; o acervo virtual, por seu turno, possui contrato que garante o acesso pelos usuários. Ambos os acervos estão registrados em nome da UFMG.

A biblioteca da Fafich dispõe de atendimento a deficientes visuais por meio dos programas Virtual Vision, Jaws, NVDA, utilizados em máquinas para acesso pelo usuário, e disponibilizando também impressora Braille e Lupa Eletrônica, além de acervo em Braille. Sua estrutura também inclui escaninhos para guarda de material, três salas para estudo em grupo, sala com banco de dados e microfilmes e sala para vídeo conferência, dez mesas para estudos individuais com divisórias e 25 coletivas com possibilidade de até seis pessoas.

A aquisição de material bibliográfico ocorre por meio de Pregão Eletrônico, projetos de pesquisa financiados pelas agências de fomento e pelos departamentos. A biblioteca também recebe doações de usuários, expositores, editores (Vozes, Paulinas e Paulus, Editora UFMG, Fino Traço), assim como da COPEC e da Livraria Quixote, e faz permutas com outras bibliotecas. Semestralmente, é solicitada aos professores a indicação da bibliografia do curso e feita a compra dos títulos faltantes, quando estes não constam no acervo das bibliotecas da UFMG. No que se refere às bases de dados, destaca-se que elas são acessadas localmente na biblioteca e incluem: artigos de periódicos nacionais e internacionais em Ciências Humanas e

Sociais (ARTIP); arquivo do Centro de Documentação do Curso de Comunicação Social (CEDOC); publicações seriadas de várias instituições (SERIE); obras adquiridas recentemente pela biblioteca, títulos de periódicos da biblioteca da Fafich (REV).

Destaca-se ainda que a Coleção Reserva é garantida para as bibliografias básicas e complementares dos cursos. A cada semestre, os livros da bibliografia dos cursos que não são disponíveis na biblioteca setorial da Fafich são solicitados a outras unidades, como mencionado anteriormente, ficando emprestados por um semestre. Quando isso não é possível, é viabilizada a compra, caso não esteja esgotado.

Além de acessar o Portal de Periódicos da CAPES na universidade, os alunos podem utilizar o Portal Minha UFMG (http://minha.ufmg.br) para acessar esse acervo de qualquer localidade. Além de aumentar as possibilidades de pesquisa aos alunos da universidade, o Portal Minha UFMG disponibiliza: acesso ao desempenho nas disciplinas; comunicação entre professores e alunos; e informações sobre diversos outros serviços da universidade.

Em relação as disciplinas obrigatórias do curso de Gestão Pública, o relatório do Núcleo Docente Estruturante (NDE) (Anexo 5), considerou que, de modo geral, há adequação entre o número de alunos e a disponibilidade dos títulos na biblioteca, seja da Fafich ou de outra unidade do sistema de bibliotecas da UFMG. Grande parte dos títulos está disponível de forma virtual, podendo ser acessados na UFMG pela rede *wifi* e nos computadores do laboratório ou em qualquer computador. Quanto ao material impresso, o número de alunos por exemplar é bastante baixo para a grande maioria dos títulos, ou seja, há boa disponibilidade para o número de alunos. Para o total de 23 disciplinas obrigatórias, foram identificadas apenas cinco disciplinas nas quais algum título isoladamente não apresentou adequação com o número de alunos. No total da bibliografia apenas um título não estava disponível.

3.4 Gestão do Curso, Corpo Docente e Corpo Técnico-Administrativo

O curso de Gestão Pública tem como órgãos de gestão o Colegiado de Coordenação Didática e o Núcleo Docente Estruturante (NDE).

O Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública é o órgão que, na estrutura organizacional da UFMG, cuida da gestão acadêmica e administrativa do curso, sendo suas atribuições as seguintes:

- Elaborar resoluções que regulamentem os diversos aspectos da implementação rotineira da grade curricular;
- Propor o horário das diversas atividades discentes (grade horária das disciplinas, estágios, planos de trabalho de bolsistas, seminários e outros eventos, entre outras);
- Requerer dos departamentos a indicação de professores para as disciplinas oferecidas a cada semestre;
- Acompanhar o andamento rotineiro do curso, visando a identificar problemas que prejudiquem seu bom desempenho, tratando de encaminhar soluções para os mesmos;
- Encaminhar todos os pedidos e requerimentos dos alunos de maneira rotineira, segundo as regras de funcionamento da universidade;
- Dar andamento a todas as solicitações e decisões dos órgãos de administração superiores no que se refira ao Curso.

O Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública, conforme estabelecido na Resolução nº 11/2009, aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), é composto pelo coordenador e subcoordenador, dois representantes dos professores do Departamento de Ciência Política (DCP), um representante dos professores do Departamento de Sociologia e outro do Departamento de Economia - todos indicados, junto com seus respectivos suplentes, pelos departamentos a que se vinculam para um mandato de dois anos, permitida a recondução -, e um representante discente, designado na forma prevista no Estatuto e no Regimento Geral da UFMG. O coordenador e o subcoordenador são eleitos pelo Colegiado, por maioria absoluta de votos, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

O NDE, instância de caráter consultivo, tem sua composição e atribuições definidas de acordo com a Resolução nº 10/2018, do CEPE, em consonância com a Portaria nº 147/2007, e

a Resolução nº 1, de 17/06/2010, do Conaes. Suas atribuições, estabelecidas no art. 2º da Resolução CEPE nº 10/2018, são as seguintes:

> I- Propor ao Colegiado do Curso medidas que preservem a atualidade do projeto Pedagógico do Curso (PPC), em face das demandas e possibilidades do campo de atuação profissional e da sociedade, em sentido amplo;
>
> II- Avaliar e contribuir sistematicamente para a consolidação do perfil profissional do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como a necessidade de promoção do desenvolvimento de competências, visando a adequada inserção social e profissional em seu campo de atuação;
>
> III- Implementar, junto ao Colegiado do Curso, ações que viabilizem as políticas necessárias à efetivação da flexibilização curricular;
>
> IV- Criar estratégias para viabilizar a articulação entre ensino, a extensão, a pesquisa e a pós-graduação, considerando as demandas específicas do curso e de cada área do conhecimento;
>
> V- Realizar anualmente uma atividade de avaliação do curso com participação da comunidade acadêmica que resulte em relatório, aprovado pelo Colegiado de Graduação, a ser enviado à Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFMG.

Conforme definido pelo Colegiado de Coordenação Didática, em consonância com a Resolução CEPE nº 10/2018, o NDE é integrado por seis membros: cinco docentes eleitos pelo Colegiado, sendo quatro do DCP e um do Departamento de Sociologia ou do Departamento de Economia, e, como membro nato, o coordenador do Colegiado.

O corpo técnico-administrativo com que conta o curso de Gestão Pública é constituído por dois servidores, que atuam diretamente na Secretaria do Curso de Gestão, desenvolvendo as atividades de atendimento aos alunos e as rotinas específicas do curso. Destaca-se que a gestão do curso, no que se refere ao atendimento presencial aos alunos, conta também com o corpo técnico-administrativo que atua na Central de Atendimento da Graduação (CEAG), instância da Fafich direcionada a todos os cursos de graduação. Cabe destacar ainda o relevante apoio técnico-administrativo fornecido ao curso de Gestão Pública pela Secretaria do DCP, que conta com uma servidora técnica-administrativa.

O corpo docente que atua no curso de Gestão Pública é formado, na sua maioria, pelos professores do DCP, mas conta regularmente com docentes de outros departamentos com os quais o DCP compartilha a responsabilidade pelas ofertas - Departamento de Economia, de Sociologia, de Estatística, de Demografia, Ciências Contábeis - e da Faculdade de Letras (disciplina de Libras).

O corpo docente do DCP é formado por 26 professores doutores, sendo que a grande maioria possui pós-doutorado, sendo 15 deles no exterior. Eventualmente, para cobrir licenças sabáticas de professores, são realizados concursos para professores substitutos com exigência de titulação mínima de mestrado. Na prática, têm sido contratados somente doutores ou doutorandos, os quais apresentam melhores desempenhos no processo seletivo. Os professores de outros departamentos atuam regularmente no curso ministrando as seis disciplinas obrigatórias que a eles competem, todos eles com titulação de doutor, e a metade deles com pós-doutorado. A oferta de disciplinas optativas por outros departamentos é assistemática, mas, em geral, todos os professores têm titulação de doutor, uma vez que a política prevalecente na UFMG é a de selecionar nos concursos profissionais com essa titulação, exceto em situações ou cursos de natureza mais específica.

Destaca-se, finalmente, que todos os professores que atuam no curso de Gestão Pública são pesquisadores com relevância nas respectivas temáticas e estão inseridos em diversos grupos de pesquisa em funcionamento, sendo que muitos integram redes internacionais de pesquisadores.

APÊNDICE

1 CORPO DOCENTE DO DCP ATUANTE NO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

Nome	Ativo	Regime de Trabalho	Vínculo empregatício	Titulação
Ana Paula Karruz	S	DE	Estatutário	Doutorado
Bruno Pinheiro Wanderley Reis	S	DE	Estatutário	Doutorado
Cláudia Feres Faria	S	DE	Estatutário	Doutorado
Cristiano dos Santos Rodrigues	S	DE	Estatutário	Doutorado
Dawisson Elvécio Belém Lopes	S	DE	Estatutário	Doutorado
Eduardo Meira Zauli	S	DE	Estatutário	Doutorado
Eduardo Moreira da Silva	S	DE	Estatutário	Doutorado
Felipe Nunes dos Santos	S	40 hs	Estatutário	Doutorado
Frederico Poley Martins Ferreira	S	20 hs	Estatutário	Doutorado
Geralda Luiza de Miranda	S	DE	Estatutário	Doutorado
Helcimara de Souza Telles	S	DE	Estatutário	Doutorado
João Carlos Amoroso Botelho	S	DE	Estatutário	Doutorado
José Ângelo Machado	S	DE	Estatutário	Doutorado
Juarez da Rocha Guimarães	S	DE	Estatutário	Doutorado
Leonardo Avritzer	S	DE	Estatutário	Doutorado
Lucas Pereira Rezende	S	DE	Estatutário	Doutorado
Magna Maria Ignácio	S	DE	Estatutário	Doutorado
Manoel Leonardo Wanderley Duarte Santos	S	DE	Estatutário	Doutorado
Márcia Miranda Soares	S	DE	Estatutário	Doutorado
Marcus Abílio Gomes Pereira	S	DE	Estatutário	Doutorado
Mário Fuks	S	DE	Estatutário	Doutorado
Marjorie Correa Marona	S	DE	Estatutário	Doutorado
Marlise Miriam de Matos Almeida	S	DE	Estatutário	Doutorado
Natália Guimarães Duarte Sátyro	S	DE	Estatutário	Doutorado
Ricardo Fabrino Mendonça	S	DE	Estatutário	Doutorado
Telma Maria Gonçalves Menicucci	S	DE	Estatutário	Doutorado
Thiago Moreira da Silva	S	DE	Estatutário	Doutorado

2 EMENTÁRIO DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

CÓDIGO	NOME COURSE TITLE	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA	EMENTA COURSE DESCRIPTION
DCP 032	FUNDAMENTOS DA ANALISE POLITICA	4	60	Política, Poder, Estado e Mercado Definição procedimental de Democracia: custos internos, riscos externos, contextos decisórios, comitês (Sartori). Democracia, autoridade e propriedade: Estado e mercado mecanismos de alocação de recursos (Przeworski). Representação, Participação Políticas: desenhos institucionais contemporâneos. Executivo, Legislativo e *accoutability responsive*: demandas, políticas e resultados (Arnold).
DCP 033	METODOLOGIA	4	60	Noções gerais de filosofia da ciência. Elementos básicos de metodologias qualitativa e quantitativa. Noções básicas de metodologia científica para a Gestão Pública. Elaboração de trabalhos científicos. Familiarização com indicadores relevantes para a Gestão Pública: propriedades, características e uso em políticas públicas.
DCP 035	INSTITUICOES POLITICAS COMPARADAS	4	60	Análise comparada, desempenho de instituições democráticas em países do centro e da periferia do capitalismo; instituições democráticas e diferentes condições socioeconômicas e culturais. Estudos de formas de organização de democracias liberais, organização Estado: unitarismo X federalismo; processos e poderes (executivo, legislativo); concepções sobre burocracias públicas, políticas públicas, por governos eleitos.
DCP 037	ANÁLISE DE POLITICAS PUBLICAS	4	60	Ciclo formação políticas públicas (agendas, deliberação, formulação, Implementação, avaliação). Ambientes institucionais, processos. *Policy community*, formação redes implementadores políticas públicas, dinâmica setor público. Integração, intersetorialidade, coordenação horizontal políticas.
DCP 042	POLITICA, ECONOMIA E SOCIEDADE NO BRASIL	4	60	Construção nacional e construção do Estado no Brasil, desde a independência. Dinâmicas interdependentes da política, da economia e da estrutura social brasileira no último século. Etapas históricas do desenvolvimento político, econômico e social no Brasil. Os desafios das questões étnico-racial, socioambiental e de direitos humanos.

DCP 089	PROJETO DO TCC	4	60	Componentes conceituais e metodológicos de uma monografia. Sistematização de etapas a serem seguidas na tradução do plano da monografia em texto escrito. Elaboração do projeto de trabalho de conclusão do curso, seguindo etapas de construção deste trabalho.
DCP 123	ASPECTOS LEGAIS DA GESTÃO PÚBLICA A	4	60	Estado e Sociedade. Estado e Direito. Origem e formação do Estado Moderno. Elementos do Estado: soberania, povo, território. Cidadania Moderna. Direitos e Garantias Fundamentais. Paradigmas Constitucionais. Estado e Democracia: participação direita e representação política, sufrágio, sistema partidário e sistema eleitoral. Organização do Estado: formas e sistemas de governo. Organização dos Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Federalismo: repartição de competências.
DCP 124	GESTÃO PÚBLICA A	4	60	Gestão Pública: origens, evolução, formatos organizacionais ¿ patrimonialismo, administração burocrática, Nova Gestão Pública, governança participativa. Gestão privada e gestão pública: distinção. Relação entre gestão pública e política. Noções de controle público e *accountability*. Histórico da gestão pública no Brasil.
DCP 125	ASPECTOS LEGAIS DA GESTÃO PÚBLICA B	4	60	Estado, Governo e Administração Pública: administração pública direta e indireta, autarquias, fundações, associações e consórcios públicos, empresas estatais. Princípios básicos da Administração Pública. Administração pública e burocracia. Poderes Administrativos. Atos administrativos. Licitação e Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Controle da Administração Pública. Improbidade Administrativa.
DCP 126	ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS A	4	60	Teorias explicativas da emergência e evolução dos sistemas de proteção social e ou dos estados de bem-estar social, a partir de análises comparadas, considerando: a relação entre Estado e mercado o conceito de política social, o estado de bem-estar e o de regime de bem-estar a evolução do conceito de cidadania e sua relação com as políticas sociais. Estudo do caso brasileiro desde as primeiras políticas sociais até o fim da ditadura militar.

DCP 127	GESTÃO PÚBLICA B	4	60	Novas tendências e paradigmas da gestão pública contemporânea: características para a provisão de serviços e dilemas quanto à eficácia e eficiência. Temas para pensar o Brasil: ideia de governança eficiência *versus* equidade tipos e mecanismos de *accountability*, parcerias e relação público-privado, processos e instrumentos de regulação, contratualização e agencificação, gestão em redes descentralização, relações intergovenamentais, intersetorialidade, integração e transversalidade, flexibilidade *versus* controle, gestão de pessoas nas organizações públicas. Experiências inovadoras de gestão pública no Brasil. Outras inovações.
DCP 128	ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS B	4	60	Constituição do sistema de proteção social a partir da Constituição de 1988 em perspectiva comparada entre as políticas. Princípios, diretrizes, financiamento, gestão das principais políticas sociais em perspectiva comparada, análise do processo de descentralização com ênfase nas relações governamentais e no papel dos entes federativos. Agenda contemporânea e as transformações em curso, incluindo as relativas às questões étnico-raciais, socioambientais e de direitos humanos. Diferenças entre governos e décadas pós-1988.
DCP 131	AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS A	4	60	O papel da avaliação no ciclo de políticas públicas e na gestão contemporânea. Relação entre objetivos políticos e critérios de avaliação. Tipos de avaliação em função do momento de realização, natureza e objetivos. Monitoramento e avaliação, e a relação entre os dois. Estratégias e desenhos de avaliação em função do objetivo da avaliação, do recorte programático e dos critérios para avaliação: pertinência, possibilidades e limites de cada tipo. Métodos e técnicas de avaliação. Elaboração de Indicadores.
DCP 132	DEMOCRACIA DIGITAL E GOVERNO ELETRÔNICO	4	60	Democracia e *internet*. Governo eletrônico. Participação e representação digital. Governança eletrônica. *Accountability* e transparência no governo eletrônico. Inclusão e exclusão digital. Avaliação de portais governamentais. Deliberação *on line*. Gestão estratégica da informação: democratização, participação, controle interno / externo. Lei de Acesso à Informação.
DCP 135	ESTÁGIO CURRICULAR A	12	180	Experiência de trabalho do discente com a dimensão profissional dos diversos campos da gestão pública sob supervisão de docente e de profissional do campo.

DCP 136	ESTÁGIO CURRICULAR B	8	120	Experiência de trabalho do discente com a dimensão profissional dos diversos campos da gestão pública sob supervisão de docente e de profissional do campo.
DCP 137	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	8	120	Trabalho monográfico, relatório de pesquisa ou projeto de intervenção feito pelo discente, a ser registrado como comprovação de sua capacitação teórico-analítica, que o torne habilitado para o exercício de funções diversas referidas à gestão pública.
DCP 181	FINANÇAS PÚBLICAS	4	60	Introdução às finanças públicas: falhas do mercado, funções do Estado, teoria da tributação. Conceito, evolução e princípios do Orçamento Público. O processo orçamentário brasileiro: elaboração, execução e controle do Plano Plurianual- PPA da Lei de Diretrizes Orçamentárias ¿ LDO e da Lei Orçamentária Anual. Federalismo fiscal no Brasil. A Lei de Responsabilidade Fiscal.
DCP 182	PLANEJAMENTO PÚBLICO	4	60	Conceitos, tipos e metodologias de planejamento governamental. A relação entre planejamento e implementação de políticas e entre planejamento e desenvolvimento. O planejamento público no Brasil: evolução, desafios e vinculação com a gestão pública. Estudos de caso de inovações em planejamento nos diferentes níveis de governo. Prática orientada no planejamento de políticas públicas. Planejamento e PPA.
DCP 183	FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS	4	60	Conceituação: políticas, programas e projetos. Conceito, objetivos e tipos de projeto, elementos básicos de um projeto. Ciclo de vida e fases da elaboração de um programa / projeto: diagnóstico, estudo de viabilidade, atores, participação social, elaboração, monitoramento e prestação de contas. Metodologias para concepção, desenho, execução e avaliação de programas e projetos. Cenário da elaboração e implementação de programas e projetos: incertezas tensões, ambiguidades e conflitos. Tipos de programas e projetos e consequências para a gestão. Estratégias de implementação e fatores que afetam a implementação.
DCP 184	AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS B	4	60	Avaliação de políticas públicas: principais conceitos, especificidades da avaliação, tipos de avaliação, metodologia da avaliação. Linguagem dos projetos. Modelos para a avaliação de impactos. Conceitos de indicadores sociais. Aplicação de técnicas econométricas e bancos de dados na avaliação de políticas públicas. Técnicas de regressão: modelo de regressão simples análise de regressão múltipla (estimação e inferência) análise de regressão múltipla com informações qualitativas heteroscedasticidade e problemas adicionais de especificação e de dados.

ECN 044	ECONOMIA DO BEM ESTAR	4	60	Função de Bem Estar. Equidade e Eficiência. Análise Custo-Benefício. O financiamento do Setor Público. Sistemas de Tributação. Políticas Sociais: Sistemas de Seguridade, Sistemas de Saúde e Sistemas de educação.
ECN 140	INTRODUCAO À ECONOMIA	4	60	Noções de microeconomia (oferta, demanda, equilíbrio de mercado teoria do consumidor, estruturas de mercado) noções de macroeconomia (produto, emprego e renda moeda, juros e política monetária setor externo, câmbio e balanço de pagamentos inflação e setor público estabilização e crescimento).
ECN 190	ECONOMETRIA I	4	60	O modelo de regressão linear entre duas variáveis e regressão linear múltipla. Introdução aos modelos de equações simultâneas. Análise de problemas econométricos. Modelos econométricos. Exemplos aplicados a Econometria.
EST 057	INTRODUÇÃO À ESTATISTICA	4	60	Amostragem, Estatística Descritiva: tabelas e gráficos, medidas de síntese numérica. Introdução ao cálculo de probabilidade. Variáveis aleatórias discretas e contínuas. Inferência Estatística. Uso do software R.
SOA 048	FUNDAMENTOS DE ANALISE SOCIOLOGICA	4	60	Sociedade e Indivíduo; Socialização e Interação; Papéis, Status e Classes Sociais.
SOA 607	SOCIOLOGIA DAS ORGANIZACOES PUBLICAS	4	60	Burocracia, administração pública. Estado, relações sociais. Institucionalismo, utilitarismo. Burocracia, poder político. Cultura organizacional. Mudança, flexibilização organizacional.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

CÓDIGO	NOME COURSE TITLE	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA	EMENTA COURSE DESCRIPTION
DCP 001	TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA	4	60	Teoria normativa e teoria positiva. Teorias contemporâneas da justiça, teorias marxistas e feministas; teoria da escolha racional, economia do bem-estar e teorias da justiça; liberalismo, comunitarismo, republicanismo; teorias sobre a sociedade civil; escolha pública e escolha social; modelos de "política analítica".
DCP 025	INSTITUIÇÕES POLITICAS	4	60	Sistemas eleitorais, partidos e sistemas partidários; sistemas de governo e processos de tomada de decisão; funcionamento do Legislativo e relações entre Executivo e Legislativo.
DCP 026	MOVIMENTOS SOCIAIS E SOCIEDADE CIVIL	4	60	Ação coletiva; identidades coletivas; paradigmas de interpretação dos movimentos sociais; movimentos sociais no Brasil.
DCP 028	POLITICA INTERNACIONAL	4	60	Atores e interações políticas próprios do espaço internacional. Identificação dos temas e princípios articuladores da política internacional. Apresentação e crítica das teorias mais difundidas das relações internacionais. Tendências de mudança na organização da economia e nos graus de autonomia dos Estados soberanos.
DCP 030	TÓPICOS EM POLITICA	4	60	Conteúdo variável.
DCP 053	GENERO E POLITICAS PUBLICAS	4	60	Estudo do processo de democratização e da luta de movimentos feministas e de movimentos de mulheres, desde os anos 80, no Brasil. Ênfase sobre o processo gradual de incorporação da problemática das desigualdades de gênero pela agenda governamental. Discussão da importância dos governos municipais, a partir da Constituição de 88, na redução das desigualdades de gênero. Agenda Governamental e gênero na perspectiva dos Direitos Humanos.

DCP 055	LEGISLATIVOS SUBNACIONAIS EM PERSPECTIVA COMPARADA	4	60	Análise das diferentes combinações entre instituições e condições (políticas, socioeconômicas e culturais) nas unidades subnacionais e de seus efeitos combinados sobre: os perfis e as trajetórias das elites políticas a distribuição de preferências e recursos entre os atores relevantes as atitudes, o comportamento e os padrões de interação entre os atores relevantes e seus resultados.
DCP 061	DEMOCRACIA, REDISTRIBUIÇÃO, RECONHECIMENTO E REPRESENTACAO	4	60	O Paradigma Redistributivo em contextos democráticos. Teorias do estado de bem-estar. Políticas da Identidade e Políticas da Diferença. Reconhecimento e Pertencimento. Liberalismo. A igualdade liberal. A Democracia Liberal e Poliárquica. O Comunitarismo e as esferas da justiça. As políticas de reconhecimento. Republicanismo e Democracia Deliberativa. A esfera pública, democracia e pluralismo. Teoria Política Feminista: a dicotomia público versus privado. Democracia, gênero e participação. Políticas da diferença, redistribuição e reconhecimento.
DCP 066	GOVERNANÇA, ACCOUNTABILITY E DEMOCRACIA	4	60	Democracia, autoridade e propriedade: Estado e mercado como diferentes mecanismos de alocação de recursos. Executivo, Legislativo, governança e *accountability*: a distribuição dos poderes de agenda e de veto entre os atores. Representantes, burocratas e cidadãos. *Accountability* e *responsiveness*: relações entre demandas, políticas e resultados.
DCP 069	DIREITOS E CIDADANIA	4	60	Análise de processos que conduzem à expansão dos Direitos de Cidadania, com especial ênfase na condição de vida urbana, na experiência da gestão pública em suas interfaces com as lutas sociais e políticas. Direitos humanos e cidadania na construção das lutas sociais e na constituição de novos sujeitos de direito. Discussão sobre as origens e formas de compreensão dos Direitos: direitos políticos e civis, direitos e garantias individuais, direitos sociais e econômicos, direitos difusos. Integralidade e Indivisibilidade dos Direitos. Plataforma Internacional dos Direitos Humanos. Reconstrução histórica no processo de afirmação dos Direitos Humanos na sociedade brasileira.
DCP 071	DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO	4	60	Centralidade do conceito de participação nos diferentes modelos de democracia. Análise de diferentes padrões de relação entre Estado e Sociedade Civil, identificando atores e padrões de ação diferenciados.

DCP 074	CORRUPÇÃO, DEMOCRACIA E INTERESSE PUBLICO	4	60	Análise da corrupção e de sua relação com as concepções normativas de política. Temas básicos: (1) os conceitos de corrupção (2) as perspectivas normativas sobre corrupção na política (3) corrupção na política e o problema da legitimidade (4) a presença e as consequências da corrupção na política (4) a relação entre democracia (e suas matrizes teóricas) com o tema da corrupção (5) consequências sociais, econômicas, culturais e políticas da corrupção (6) corrupção e controle.
DCP 079	GESTÃO PUBLICA COM FOCO EM DIREITOS HUMANOS	4	60	Políticas Públicas e Direitos Humanos. Plataforma Internacional dos Direitos Humanos. Direitos civis e políticos. Direitos Econômicos, sociais e culturais. Questões e elementos de análise de políticas e de gestão pública: violência (urbana e rural), segurança pública, meio ambiente e justiça social, acessibilidade urbana, preconceitos na convivência com deficientes, idosos, afrodescendentes e indígenas, barreiras humanas e de atitude com relação a públicos específicos tais como crianças e adolescentes, mulheres, refugiados, migrantes, populações indígenas, entre outros.
DCP 083	TÓPICOS EM POLITICA INTERNACIONAL	4	60	Conteúdo variável.
DCP 098	TÓPICOS EM METODOLOGIA	4	60	Conteúdo variável.
DCP 108	ATIVIDADE DE MOBILIDADE ESTUDANTIL I	1	15	Conteúdo variável.
DCP 109	ATIVIDADE DE MOBILIDADE ESTUDANTIL II	2	30	Conteúdo variável.
DCP 110	ATIVIDADE DE MOBILIDADE ESTUDANTIL III	3	45	Conteúdo variável.
DCP 111	ATIVIDADE DE MOBILIDADE ESTUDANTIL IV	4	60	Conteúdo variável.

DCP 138	ANÁLISE DE POLÍTICAS LOCAIS	4	60	Arcabouço geral da política pública: sistema nacional, aspectos legais etc. Desenho e implementação de políticas locais: conexões lógicas, relações e impasses.
DCP 143	BUROCRACIA PÚBLICA	4	60	Aspectos teóricos e empíricos das burocracias públicas. Políticos e burocratas, política e administração: relações. Burocracia: tipos, funções e desafios. Discricionariedade burocrática na formulação e na implementação das políticas.
DCP 144	DEMOCRACIA, CIDADANIA E ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL EM PERSPECTIVA COMPARADA	4	60	Cidadania: conceitos, desenvolvimento e desafios para as democracias contemporâneas em perspectiva comparada. Trajetórias das lutas por direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e socioambientais. Trajetórias de implementação de sistemas de proteção social em perspectiva comparada. Estado de Bem Estar social - desenvolvimento e transformações recentes: análise comparativa.
DCP 146	ESFERA PÚBLICA, LOBBY E GRUPOS DE INTERESSES	4	60	Esfera pública: conceito, gênese e desenvolvimento. Contribuição do conceito para a teoria democrática contemporânea. Padrão de ação dos atores - associações cívicas e grupos de interesse. Associativismo, esfera pública e estado: relações em contextos determinados e contribuição para a democratização. Influência do *lobby* e do *advocacy* no processo de tomada de decisão em políticas públicas.
DCP 147	ESTADO E SOCIEDADE NO BRASIL	4	60	Teses sobre os fundamentos do Estado brasileiro nos períodos imperial e republicano. Evolução das relações entre Estado e sociedade no período republicano. Os desafios do desenvolvimento: a questão étnico-racial, a questão agrária, a questão social, a questão socioambiental.
DCP 148	ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA	4	60	Aspectos teórico-conceituais da vida pública. Fundamentos da ética na função pública. Dimensões cognitivas e atitudinais da ética. Dimensão ética na resolução de problemas no serviço público. Código de ética profissional do servidor público civil do poder executivo.
DCP 149	FEDERALISMO FISCAL NO BRASIL	4	60	Conceitos de federalismo fiscal. Descentralização fiscal: prós e contras. Distribuição federativa de tributos. Transferências intergovernamentais. Distribuição federativa dos gastos públicos. Endividamento e responsabilização fiscal. Gastos governamentais em políticas sociais.

DCP 150	GOVERNANÇA GLOBAL	4	60	Fundamentos conceituais e empíricos das abordagens da governança global no estudo da política internacional contemporânea. Teorias das relações internacionais e a premissa da “anarquia sistêmica”. Regimes internacionais e a difusão de normas e práticas de gestão pública global.
DCP 154	LEGISLATIVO E POLÍTICAS PÚBLICAS	4	60	Modelos de Organização Legislativa e seus efeitos sobre o comportamento e a produção legislativos. Legística. Distribuição de atribuições, direitos e recursos legislativos entre legisladores individuais, grupos de legisladores e plenário. Partidos e Comissões. Desenvolvimento institucional. Modelos de organização legislativa e seus efeitos sobre os padrões de interação entre os atores relevantes: cidadãos, grupos de interesses, representantes eleitos e burocracias públicas.
DCP 159	O EXPERIMENTO COMO ESTRATÉGIA METODOLÓGICA PARA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	4	60	Noções básicas do desenho de pesquisa experimental de modo aplicado. Relevância do experimento e do quase-experimento na avaliação de impacto de políticas públicas: conceitos básicos e aplicações práticas. Metodologia de diferença-em-diferenças. Experimento controlado e seus limites éticos, financeiros e de tempo. Quase experimento como alternativa: estimando os efeitos parciais do impacto de programas e políticas públicas sobre diferentes contextos. Noções básicas de aleatorização, seleção de casos e redução de viés de estimativa.
DCP 160	O PROCESSO DECISÓRIO NO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO	4	60	Processo decisório nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Consequências das decisões no plano político e seus impactos sobre aspectos relacionados aos fundamentos, aspectos orçamentários e gerencias de políticas públicas em diversas áreas.
DCP 161	OFICINA DE ORÇAMENTO PÚBLICO	4	60	Conceito, princípios e objetivos do Orçamento Público. Processo orçamento brasileiro: regulamentação e implementação. Conceitos e classificações de receitas e despesas. Elaboração do PPA. Elaboração da LDO. Elaboração da LOA. Execução orçamentária. Sistemas de Planejamento e Gestão Orçamentária (SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento e SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal)

DCP 165	POLÍTICA BRASILEIRA A	4	60	Autores clássicos da Ciência Política Brasileira e questões próprias ao período da colonização a 1930.
DCP 166	POLÍTICA BRASILEIRA B	4	60	Política brasileira desde 1930 aos dias atuais: a construção da ordem, a constituição e incorporação política dos atores relevantes e a organização de sua ação política. Relações entre política e sociedades. Desafios para a construção de uma institucionalidade democrática no país: corporativismo e populismo, representação e participação política autoritarismo e transição, ação coletiva e construção da ordem.
DCP 167	POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	4	60	Conceitos e modelos de análise de política externa. Formação de um sistema de política exterior no Brasil do século XIX. Princípios e tradições de política externa brasileira no Império e na República. Produção da política externa brasileira sob distintos regimes políticos. Problemas contemporâneos da política externa brasileira. Política externa e inserção do Brasil no mundo.
DCP 168	SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRO EM PERSPECTIVA COMPARADA	4	60	Sistema de proteção social brasileiro (ou de políticas sociais específicas) e sistema (ou políticas) de outros países: comparação dos problemas, possibilidades e desafios para o caso brasileiro.
DCP 169	TEORIA DOS JOGOS	4	60	Efeitos de agregação e consequências não intencionais de ações intencionais. Escolha racional. Ação paramétrica e interação estratégica. Teoria da decisão. Otimização. Teoria dos jogos: representação de jogos em forma estratégica, dominância estrita e dominância fraca, equilíbrio de Nash, estratégias mistas, teorema de Nash, melhor resposta jogos de n jogadores, jogos de soma zero, jogos em forma extensiva, indução retrospectiva, equilíbrio perfeito de subjogos, indução prospectiva, jogos bayesianos, equilíbrio bayesiano, equilíbrio bayesiano perfeito e equilíbrio sequencial, sinalizações, reiterações. Bens públicos, ação coletiva e soluções descentralizadas. Escolha social. Escolha pública. Dinâmica institucional. Formação e falsificação de preferências. Teoria dos jogos evolucionária. Não-linearidades, retroalimentações, sistemas complexos, simulações.

DCP 170	TÓPICOS EM ANÁLISE POLÍTICA	4	60	Conteúdo variável.
DCP 171	TÓPICOS EM GESTÃO PÚBLICA	4	60	Conteúdo variável.
DCP 172	TÓPICOS EM POLÍTICA CONTEMPORÂNEA	4	60	Conteúdo variável.
DCP 173	TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS	4	60	Conteúdo variável.
DCP 185	LABORATÓRIOS DE FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	4	60	Estudo de uma política pública selecionada com a ajuda de docentes encarregados das disciplinas específicas da formação em gestão pública, abordando tópicos do processo de formulação, implementação e avaliação especificados em roteiro, cuja execução é acompanhada por docentes designados para este fim.
DCP 188	DESENHO DE QUESTIONÁRIOS	4	60	Introdução às técnicas de desenho de questionários em pesquisas quantitativas. Princípios gerais. Questões factuais e comportamentais. Questões atitudinais. Entrevistas, questionários autopreenchidos, *websurvey*s. O questionário como um todo. Aplicação do questionário e construção do banco de dados. Pré-testes: revisão por especialistas, codificação de comportamentos, grupos focais, entrevistas cognitivas. Análise de qualidade de escalas.
DCP 189	INDICADORES SOCIAIS	4	60	Indicadores sociais: noções conceituais e de construção, propriedades, características e usos. Bases de dados secundárias: indicadores prontos ou estatísticas básicas. Manipulação dos indicadores sociais com base em estatística descritiva básica: tabelas, gráficos e mapas. Construção de diagnósticos de áreas sociais ou de políticas específicas, com base em dados existentes.
DCP 190	METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS DE PLANEJAMENTO PÚBLICO	4	60	Aspectos teóricos e políticos da participação social na formulação e implementação das políticas públicas. Estudo de metodologias que incorporam a participação social no planejamento de políticas, programas e projetos públicos e em decisões orçamentárias nos âmbitos nacional, estadual e local.

DCP 191	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS	4	60	Identificação das funções de monitoramento e avaliação no ciclo de políticas públicas. Monitoramento: definição, função, instrumentos e uso de indicadores. Avaliação: definição, funções, metodologias e instrumentos, métodos quantitativos e qualitativos de avaliação, coleta de dados e análise dos resultados.
DCP 192	O ESTUDO DE CASO COMO ESTRATÉGIA METODOLÓGICA PARA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	4	60	Estudos de caso: status científico, validade em análises e avaliações comparativas de políticas públicas. Vantagens comparativas: predições fortes e compreensão intensiva de mecanismos causais limites e possibilidades de inferência causal: o problema da indeterminação dos desenhos de pesquisa baseados em estudo de caso. Procedimentos de seleção de casos: viés de seleção e casos válidos; diferenças entre seleção aleatória (métodos quantitativos) e procedimentos de seleção não aleatória (seleção intencional de casos); tipologia das estratégias de seleção: casos típicos (representativos), diversos (heterogeneidade), extremos, desviantes, exemplares, cruciais, *pathway*, similares e diferentes. Heterogeneidade causal como superação do problema da seleção de casos pela variável dependente. Estratégias de superação do problema das variáveis omitidas: variância intracasos, procedimentos de congruência e *process tracing*.
DCP 195	LABORATÓRIO DE GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS A	6	90	Identificação de problemas reais que demandam uma intervenção pública. Elaboração de projetos de intervenção, sob a forma de diagnósticos, análises de políticas públicas e pesquisas, em parceira com órgãos governamentais e não-governamentais.
DCP 196	LABORATÓRIO DE GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS B	6	90	Identificação de problemas reais que demandam uma intervenção pública. Elaboração de projetos de intervenção, sob a forma de diagnósticos, análises de políticas públicas e pesquisas, em parceira com órgãos governamentais e não-governamentais.
DCP 209	TÓPICOS AVANÇADOS A	3	45	Conteúdo variável.
DCP 210	TÓPICOS AVANÇADOS B	4	60	Conteúdo variável.
ECN 033	TÓPICOS EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E REGIONAL	4	60	Conteúdo variável.

ECN 051	HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL	4	60	O Sistema Colonial A Economia Colonial na América Portuguesa A Constituição do Estado e da Economia Brasileira A Economia Brasileira no Século XIX A Industrialização e a Modernização no Brasil A Economia Brasileira: 1930/1960.
ECN 055	ECONOMIA POLÍTICA	4	60	David Ricardo: valor e distribuição. K. Marx: valor e dinheiro, capital e mais valia, reprodução e acumulação, lucro, taxa de lucro e preços de produção.
ECN 083	ECONOMIA BRASILEIRA	4	60	Desenvolvimento econômico brasileiro: plano de metas, Milagre Brasileiro e crise dos anos oitenta.
ECN 085	ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL I	4	60	Teoria das Relações Internacionais: Realismo, Liberalismo, Marxismo, Teoria Crítica, Construtivismo. Fundamentos teóricos da Economia Política Internacional. Economia Política e Economics. Relações Internacionais e Economia Internacional. O desenvolvimento da área a partir dos anos 1970 e seus temas centrais.
ECN 086	MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADOS I	4	60	Estatística descritiva. Distribuição de frequências. Introdução à probabilidade. Variáveis aleatórias discretas e contínuas. Distribuições amostrais. Estimação. Testes de hipóteses. Modelos de regressão linear.
ECN 088	ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL II	4	60	A IPE e a NEW IPE *School*: as escolas americana e britânica. Debates sobre a teoria da estabilidade hegemônica. Imperialismo. A escola cepalina. A escola francesa. A reconfiguração da ordem internacional: globalização, integração, fragmentação, geopolítica, potências emergentes.
ECN 089	MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADOS II	4	60	Modelos econométricos de equações simultâneas. Modelos econométricos com uso de dados de painel. Econometria de séries temporais: análise clássica, co-integração e modelos ARIMA e VAR.
ECN 090	ECONOMIA DA AMÉRICA LATINA	4	60	História comparada: questões de método. As economias coloniais. Os processos de independência. A formação dos Estados Nacionais. A questão étnico-racial na formação social latino-americana. O desenvolvimento latino-americano em perspectiva comparada. Eixos temáticos: processos de industrialização pobreza e desigualdades endividamento inflação e planos de estabilização perspectivas de integração econômica.

ECN 092	ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL I	4	60	A formação do BIS e as organizações internacionais antes da Segunda Guerra Mundial. Formação, estrutura e funcionamento das principais organizações internacionais pós Segunda Guerra Mundial. O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. O GATT e as suas rodadas de negociação. BIS e os Acordos da Basiléia. Organização Mundial do Comércio. UNCTAD e os países em desenvolvimento.
ECN 093	SISTEMAS ECONÔMICOS COMPARADOS	4	60	O auge do liberalismo (100 anos de paz). As experiências socialistas. O nazi-fascismo. O *New Deal* e a regulação keynesiana. O desenvolvimentismo e a industrialização do terceiro mundo. Os processos de *Cathing up*. A crise do socialismo real. O Neoliberalismo e globalização.
ECN 181	HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL	4	60	Transição do feudalismo ao capitalismo. Sistema mercantilista e formação do Estado moderno. Revolução burguesa. Revolução Industrial. Industrialização retardatária. Imperialismo. Período entre guerras e a crise dos anos 30. Fascismo.
SOA 029	TÓPICOS EM TEORIA SOCIOLÓGICA	4	60	Conteúdo variável.
SOA 071	TOPICOS EM SOCIOLOGIA	4	60	Conteúdo variável.
CIC 032	TÓPICOS EM CONTABILIDADE B	4	60	Conteúdo variável.
POP 004	TÓPICOS EM DEMOGRAFIA	4	60	Conteúdo variável.
LET 223	FUNDAMENTOS DE LIBRAS	4	60	Aspectos históricos e conceituais da cultura surda e filosofia do bilinguismo. Fundamentos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Aquisição e desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em LIBRAS.

UNI 005	O SISTEMA POLITICO BRASILEIRO	4	60	Análise do atual arranjo democrático brasileiro. A análise da democracia brasileira pós-88 abrangerá: a) o sistema eleitoral adotado para a composição dos poderes Legislativo e Executivo; b) a origem, evolução e dinâmica do atual sistema partidário; c) as características do presidencialismo brasileiro; d) as relações entre os poderes Executivo e Legislativo; e) a estrutura e organização interna do poder legislativo federal; f) a organização federativa do Estado; g) a relação entre poder Judiciário e política; h) a reforma do Estado.
INU 031	TÓPICOS EM LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS-PRÁTICAS LEGISLATIVAS LEGISLAB I	2	30	Conteúdo variável.
INU 032	TÓPICOS EM LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS-PRÁTICAS LEGISLATIVAS LEGISLAB II	3	45	Conteúdo variável.
INU 044	TÓPICOS EM LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS-PRÁTICAS LEGISLATIVAS LEGISLAB III	4	60	Conteúdo variável.

ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES (AAC)

CÓDIGO	NOME COURSE TITLE	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA	EMENTA COURSE DESCRIPTION
DCP 186	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS I	1	15	Conteúdo variável.
DCP 187	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS II	2	30	Participação em eventos de natureza diversa, envolvendo o público externo. A participação deve ocorrer em comissão organizadora, comitê técnico / científico, ou como debatedor ou moderador, em conformidade com as diretrizes da extensão universitária.
DCP 193	ATIVIDADES INTERINSTITUCIONAIS DE ENSINO A	4	60	Atividades de ensino, (disciplinas, seminários, laboratórios, oficinas, cursos) realizadas em outras instituições, voltadas para a formação em Gestão Pública ou em áreas afins, com validação do Colegiado do Curso.
DCP 194	ATIVIDADES INTERINSTITUCIONAIS DE ENSINO B	1	15	Atividades de ensino, (disciplinas, seminários, laboratórios, oficinas, cursos) realizadas em outras instituições, voltadas para a formação em Gestão Pública ou em áreas afins, com validação do Colegiado do Curso.
DCP 197	ATIVIDADES DE EXTENSÃO NA UFMG	2	30	Atividades de extensão desenvolvidas no âmbito da UFMG, voltadas para a formação em Gestão Pública ou em áreas afins, em conformidade com as diretrizes da extensão universitária.
DCP 198	ATIVIDADES DE PESQUISA NA UFMG	2	30	Atividades de pesquisa desenvolvidas no âmbito da UFMG.
DCP 199	ATIVIDADES INTERINSTITUCIONAIS DE EXTENSÃO A	4	60	Atividades de extensão realizadas em outras instituições voltadas para a formação em Gestão Pública ou em áreas afins, em conformidade com as diretrizes da extensão universitária da UFMG.
DCP 200	ATIVIDADES INTERINSTITUCIONAIS DE EXTENSÃO B	1	15	Atividades de extensão realizadas em outras instituições voltadas para a formação em Gestão Pública ou em áreas afins, em conformidade com as diretrizes da extensão universitária da UFMG.
DCP 201	ATIVIDADES INTERINSTITUCIONAIS DE PESQUISA A	4	60	Atividades de pesquisa desenvolvidas em outras instituições, em conformidade com as diretrizes da pesquisa da UFMG.
DCP 202	ATIVIDADES INTERINSTITUCIONAIS DE PESQUISA B	1	15	Atividades de pesquisa desenvolvidas em outras instituições, em conformidade com as diretrizes da pesquisa da UFMG.

DCP 203	MONITORIA	3	45	Atividade de monitoria em disciplinas relacionadas à Gestão Pública ou áreas afins.
DCP 204	PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE ESTUDO	2	30	Participação em grupos de estudos relacionados à Gestão Pública ou áreas afins.
DCP 205	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	2	30	Aprofundamento teórico de tema pertinente a disciplina de formação básica e ou profissional, feito sob orientação do docente da disciplina à qual o tema está relacionado.
DCP 206	TRABALHO APRESENTADO/ PUBLICADO EM ANAIS	2	30	Apresentação de trabalho - escrito, oral, pôster - em evento científico da área de Gestão Pública ou correlata.
DCP 207	TRABALHO PUBLICADO EM PERIODICO CIENTIFICO	4	60	Publicação de artigo ou correlato em revista reconhecida no meio acadêmico.
DCP 208	VIVENCIA PROFISSIONAL COMPLEMENTAR	4	60	Participação em atividades de gestão em órgãos públicos ou em organizações não- governamentais, que proporcione experiências de treinamento do discente em diferentes processos de trabalho relacionados à gestão pública.

3 BIBLIOGRAFIAS BÁSICA E COMPLEMENTAR DAS DISCIPLINAS DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA, POR PERÍODO.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DE ANÁLISE POLÍTICA

SUBJETCT: FUNDAMENTALS OF POLITICAL ANALYSIS

CÓDIGO: DCP032	OFERTANTE: DCP	PERÍODO: 1º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática: --	Créditos: 4	Classificação: OB

EMENTA: Política, estado, democracia, autoridade, legitimidade, público / privado, sociedade civil, justiça, participação, representação. Estado e mercado como diferentes mecanismos de alocação de recursos. Definições de democracia. Divisão dos poderes, "accountability" e responsividade. Estado, racionalidade e burocracia. As transformações do papel do Estado. Inovações institucionais da democracia.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Bibliografia básica:

ANDERSON, Perry. "Balanço do Neoliberalismo". Em Emir Sader (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático.* São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996. Disponível em: www.unirio.br/unirio/cchs/.../politica...1-balanco-do-neoliberalismo-anderson/.../file

ARENDT, Hannah. "O que é Política?" In: *O que é política?* 3ª Edição. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 1998 (p. 21 a 85). Disponível em: http://cmapspublic.ihmc.us/rid=1PYFMTQP9-22F8RWK-2JWC/ARENDT,%20Hannah.%20O%20que%20%C3%A9%20pol%C3%ADtica.pdf

BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política.* São Paulo, Malheiros Editores, 1993. Disponível em: http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfDA0AK/paulo-bonavides-ciencia-politica?part=11

BOBBIO, N. *Estado, Governo, Sociedade - Para uma teoria geral da política.* RJ: Paz e Terra, 1987. Cap. III - itens: 2, 3, 4, 5, 6 e 7. Disponível em: http://www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/10/Texto-21-Bobbio-2007.pdf

CARDOSO SILVA, Vera Alice. "A natureza e as formas de manifestação do poder político: debates teóricos", In: *O Poder em Perspectiva*, Renarde Freire Nobre et al., PET Ciências Sociais (Org.), Sografe Editora, 2012, p. 89 a 109.

CARDOSO Jr., José Celso (Coord. Geral). *Projeto Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro*, Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3189?mode=full

CODATO, Adriano e PERISSINOTTO, Renato M. "Marxismo e Elitismo: Dois modelos antagônicos de análise social?". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* vol. 24, nº 71, 2009. Disponível em:

DUARTE, Clenício. “A Concepção Moderna de Democracia e o Primado do Direito Administrativo”. In: *Revista do Serviço Público,* Brasília (60) 4: 415-418, Out.Dez. de 2009. Disponível em: https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/download/34/31

KOHAN, Néstor. "Gramsci e Marx: hegemonia e poder na teoria marxista. "*Tempos Históricos*, nº 10, p. 15-70, 2007. Disponível em: http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/1223

LOPES, Felix Garcia. “*Accountability* e Controle Social na administração Pública Federal”. In**:** *Estado, Instituições e Democracia: Democracia.* CARDOSO Jr., José Celso (Coord. Geral). 2010. Projeto Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro, Brasília: IPEA, 2010, p. 185 a 210. Cap. 5.

MAIA, Antônio C. “Sobre a analítica do poder de Foucault”. *Rev. Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 7(1-2): 83-103, outubro de 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ts/v7n1-2/0103-2070-ts-07-02-0083.pdf

MANIN, Bernard. *As Metamorfoses do Governo Representativo*. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4418905/mod_resource/content/1/Manin%20-%20Metamorfoses%20do%20governo%20representativo%20%28artigo%29.pdf

MATOS, Marlise. “Inclusão Democrática No Brasil Contemporâneo: desafios de uma agenda inconclusa”. In: *Introdução à Teoria Democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais.* Mendonça, Ricardo Fabrino e Cunha, Eleonora S. Martins., Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2018, p.263 a 288.

MIGUEL, Luis Felipe. “A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo”. *Revista Dados*, Rio de janeiro, vol. 45, nº 3, p. 483-511, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v45n3/a06v45n3.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2011.

MOREIRA, Marcelo Sevaybricker. *A democracia no pensamento político e social brasileiro do século XX: Tradições e intelectuais do país*. In: Mendonça e Cunha. *Introdução a Teoria Democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais*. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2018.

PITIKIN, Hanna. *O conceito de representação.* IN: Cardoso, F. H. e Martins, C. E. (orgs.) Política e Sociedade. SP: Cia Editora Nacional, 1979.

PRZEWORSKI, Adam. “Amas a Incerteza é Serás democrático”. *Novos Estudos Cebrap*, n.º 9, p. 36- 46, jul. 1984. Disponível em: http://novosestudos.uol.com.br/v1/contents/view/161.

RENNÓ, Lucio. “Responsividade e Qualidade da Democracia: Eleitores e Representantes no Nível Federal”. In: *Instituições e Democracia: Democracia e Estado.* Brasília: IPEA, 2010. Cap.2.

RIBEIRO, Renato Janine. *A democracia.* Publifolha, 2001. Disponível em: https://www.academia.edu/12000175/A_Democracia_Renato_Janine_Ribeiro

WEBER, Max. *Três Tipos Puros de Poder Legítimo.* Tradução de Artur Morão. O ensaio, encontrado no espólio do autor, foi postumamente publicado por Marianne Weber nos Preußischen Jahrbücher, Vol. CLXXXVII, 1922, p. 1-12, com o subtítulo: Um estudo sociológico. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/weber_3_tipos_poder_morao.pdf

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, D. C. R. Metamorfose da representação política: lições práticas dos conselhos de saúde no Brasil. *In*: AVRITZER, L. (Org.). *A dinâmica da participação no Brasil.* São Paulo: Cortez Editora, 2010.

AVRITZER, L.; PEREIRA, M. L. D. Democracia, participação e instituições híbridas. *Teoria & Sociedade*, número especial, 2005.

AVRITZER, L.; SANTOS, B. Introdução: para ampliar o cânone democrático. *In*: SANTOS, B. (Org.). *Democratizar a democracia:* os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 39-80.

BOBBIO, N., Matteucci, N. & Pasquino, G. *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UNB, 1991. Verbetes: Política (itens: I a V) e Poder (itens: I e VII)

BENEVIDES, M. V. M. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular.* São Paulo: Ática, 1991.

DAGNINO, E. (Org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. RJ: Paz e Terra, 2002.

DAHL, Robert. *Sobre a democracia.* Brasília: UNB, 2001.

DAHL, Robert. *Poliarquia***:** participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 1997. p. 25-50.

FINLEY, M. I. *Democracia Antiga e Moderna.* RJ: ED. Graal, 1988.

WEBER, Max. *Ciência e Política Como Vocação.* RJ: Ed. Guanabara, 1981.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, S. Eleições e Representação. *Lua Nova*, São Paulo, 67: 105-138, 2006.

O'DONNELL, G. *Accountability* horizontal e novas poliarquias. *Lua Nova*, 44, p. 27-53, 1998.

PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SANTOS, B. S. *Reinventar a democracia*. Lisboa: Gradiva, 1998.

SARTORI, Giovanni. *A teoria democrática revisitada.* Vol. I. Ed. Ática, 1994. Capítulos: 6 e 8.

URBINATTI, N. O que torna a representação democrática? In: *O Futuro da Representação.Revista Lua Nova*, n. 67, 1996.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: METODOLOGIA

SUBJETCT: RESEARCH METHODS

CÓDIGO: DCP033	OFERTANTE: DCP	PERÍODO: 1º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática: --	Créditos: 4	Classificação: OB

EMENTA: Noções gerais de filosofia da ciência. Elementos básicos de metodologias qualitativa e quantitativa. Noções básicas de metodologia científica para a Gestão Pública. Elaboração de trabalhos científicos. Familiarização com indicadores relevantes para a Gestão Pública: propriedades, características e uso em políticas públicas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Bibliografia básica:

CASTRO, Cláudio de Moura, *A Pratica da Pesquisa*, São Paulo, 2ª Ed., 2006.

DEMO, Pedro *Metodologia Científica em Ciências Socais*, São Paulo, Ed. Atlas, 1992. Caps 3 e 4.

DEMO, Pedro. *Metodologia Científica*. Vídeo. Disponível em: https://www.youtube.com./watch?v=hqko1p-3aeQ

ECCO, Humberto *Como se faz uma tese em ciências humanas*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 2010.

FRANÇA, J. L. & VASCONCELLOS, A. C. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*, Ed. UFMG, 9ª Edição, 2014

LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber:* Manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas, Ed. UFMG, ARTMED, 2007. Caps. 1, 2, 3, 6, 7, 9 e 10, Anexo Teste de Hipóteses Estatísticas.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*, São Paulo Editora Perspectiva, 1994. Caps 9.

Bibliografia complementar:

ABNT – *Associação Brasileira de Normas Técnicas.*

DEMO, Pedro *Metodologia Científica em Ciências Sociais*, São Paulo, Ed. Atlas, 1992. Cap.4.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: ASPECTOS LEGAIS DA GESTÃO PÚBLICA A

SUBJETCT: LEGAL ISSUES IN PUBLIC MANAGEMENT A

CÓDIGO: DCP123	OFERTANTE: DCP	PERÍODO: 1º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática: --	Créditos: 4	Classificação: OB

EMENTA: Estado e Sociedade. Estado e Direito. Origem e formação do Estado Moderno. Elementos do Estado: soberania, povo, território. Cidadania Moderna. Direitos e Garantias Fundamentais. Paradigmas Constitucionais. Estado e Democracia: participação direita e representação política, sufrágio, sistema partidário e sistema eleitoral. Organização do Estado: formas e sistemas de governo. Organização dos Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Federalismo: repartição de competências.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Bibliografia básica:

BARROSO, Luis Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*. Cap. I. 9ª ed. Editora Saraiva. São Paulo. 2020.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. Caps. 1 – 8. São Paulo, Brasiliense, 1988.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 10ª ed. Malheiros Editores. São Paulo. 2000, Caps. 3-9.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional.* 38ª ed. São Paulo. Editora Saraiva. 2012. Caps. 1 - 6.

LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 23ª ed. Editora Saraiva. São Paulo. 2019.

MENDES, Gilmar e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional.* 9ª ed. Editora Saraiva. São Paulo. 2014. Cap. I.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de e SARMENTO, Daniel. *Direito constitucional:* teoria, história e métodos de trabalho. Belo Horizonte, Editora Forum, 2012. Caps. 1 e 2.

Bibliografia complementar:

MENDES, Gilmar e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional.* 9ª ed. Editora Saraiva. 2014.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional.* 33ª ed. Editora Atlas. São Paulo. 2016.

SCHIERA, Pierangelo. Estado Moderno. In: BOBBIO, Norberto *et all. Dicionário de Política*. Editora UNB. 4ª ed. Brasília. 1992.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: GESTAO PUBLICA A

SUBJETCT: PUBLIC MANAGEMENT A

CÓDIGO: DCP124	OFERTANTE: DCP	PERÍODO: 1º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática: --	Créditos: 4	Classificação: OB

EMENTA: Gestão Pública: origens, evolução, formatos organizacionais – patrimonialismo, administração burocrática, Nova Gestão Pública, governança participativa. Gestão privada e gestão pública: distinção. Relação entre gestão pública e política. Noções de controle público e accountability. Histórico da gestão pública no Brasil.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Bibliografia básica:

BEHN, Robert. O novo paradigma da gestão pública e a busca da accountability democrática. *Revista de Serviço Público.* Brasília, ano 49, n. 4, 1998. Disponível em: https://search.proquest.com/openview/bab539905d3e32d7605713943a788ab6/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2045880

BRASIL, IPEA. *Estado, Instituições e Democracia:* república. Brasília: IPEA, 2010, (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro: Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6533

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. "Da administração pública burocrática à gerencial". In: Luiz Carlos Bresser-Pereira; Peter Spink (orgs.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial.* Rio de Janeiro: FGV, 2001.

CAMPELO, Graham Stephan. Administração pública no Brasil: ciclos entre patrimonialismo, burocracia e gerencialismo, uma simbiose de modelos. *Revista Ciência & Trópico*. Receife, v. 34, n. 2, 2010. Disponível em: https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/viewFile/871/592.

DINIZ, Eli. "Globalização, reforma do Estado e teoria democrática contemporânea". *São Paulo em Perspectiva*, vol. 15, nº 4, 2001.

FERES JR., João. "Interesse público". In: Leonardo Avritzer, et alli. (org.). *Corrupção: ensaios e crítica.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marcos Aurélio (orgs.). *Dicionário de Políticas Públicas.* São Paulo: editora UNESP/ Fundap, 2ª ed. 2015.

LASSWELL, Harold. "O Interesse público: sugestões de princípios e de método". In: Carl J. Friedrich (org.). *O interesse público.* São Paulo: O Cruzeiro, 1962.

LOUREIRO, Maria Rita; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho; MORAES, Tiago Cacique. "Democracia e reforma do Estado: o desenvolvimento institucional dos tribunais de contas no Brasil Recente". *Revista de Administração Pública*, ago. 2009, vol. 43, nº 4, p. 739-772.

LOPEZ, Félix Garcia. "Accountability e controle Social na administração pública federal". In: Fábio de Sá Silva, et. all (orgs.). *Estado, instituições e democracia: democracia.* Brasília: IPEA, 2010.

LOPEZ, Félix Garcia. "Práticas corruptas, estratégias de combate e normas sociais*". Cadernos Adenauer*, nº 3, 2011.

MOTTA, Paulo Roberto. O estado da arte da gestão pública. *Revista de Administração de Empresas – RAE*, São Paulo, v. 53, n. 1, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902013000100008.

O'DONNELL, Guillermo. "Accountability horizontal e novas Poliarquias". *Lua Nova*, nº 44, 1998.

OLIVIERI, Cecília. *A lógica política do controle interno.* São Paulo: Annablume. Fapesp, 2010, caps. 1 e 3.

PACHECO, Regina Silvia. "A agenda da nova gestão pública". In: Maria Rita Loureiro, et. all (orgs.). *Burocracia e política no Brasil.* Rio de Janeiro: FGV, 2010.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *As duas fases da história e as fases do capitalismo.* Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP. Texto para discussão n. 278, Maio de 2011.

PRZEWORSKI, Adam. "Sobre o desenho do Estado: uma perspectiva principal x agent". In: Luiz Carlos Bresser-Pereira; Peter Spink (orgs.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial.* Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. *Introdução à gestão pública.* São Paulo: Saraiva, 2006. Cap. 1.

TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Estado, poderes do estado e relações entre o estado e a sociedade. In: _____. *Estado, governo e administração pública*. Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 9-19.

Bibliografia complementar:

COELHO, Fernando; OLENSCKI, Antonio; CELSO, Rafael. Da letargia ao realento: notas sobre o ensino de graduação em administração pública no Brasil no entremeio da crise do estado e da redemocratização no país (1983-94). *Revista de Administração Pública.* Rio de Janeiro, v. 45, n. 6, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122011000600005&script=sci_abstract&tlng=pt

COSTA, Frederico. Brasil: 200 anos de estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. *Revista de Administração Pública.* Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n5/a03v42n5.pdf

CUNHA, Eleonora. Democracia e controle público. In: ALMEIDA, Debora. *Participação e controle social na saúde.* Belo Horizonte: UFMG, 2011. Disponível em:

DE LEON, Linda. Sobre agir de forma responsável em um mundo desordenado: ética individual e responsabilidade administrativa. In: PETERS, Guy e PIERRE, Jon. *Administração Pública:*

Coletânea. Brasília: ENAP, 2010. Disponível em: https://gbapufabc2014.files.wordpress.com/2014/07/deleon_2010_sobreagirdeformaresponsc3a1velemummundodesordenado.pdf

DRUMOND, Alexandre Matos; SILVEIRA, Suely de Fátima. Predominância ou coexistência? Modelos de administração brasileira na política nacional de habitação. *Encontro de Administração Pública e Governo.* Salvador, 2012. p. 3-7. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/16042.

ROCHA, Arlindo Carvalho. Accountability na administração pública: modelos teóricos e abordagens. *Contabilidade, gestão e governança.* Brasília, v. 14, n. 2, 2011. Disponível em: https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/viewFile/314/pdf_162

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DE ANÁLISE SOCIOLÓGICA

SUBJETCT: FUNDAMENTALS OF SOCIOLOGICAL ANALYSIS

CÓDIGO: SOA048	OFERTANTE: DEP.SOCIOLOGIA	PERÍODO: 1º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática: --	Créditos: 4	Classificação: OB

EMENTA: Sociedade e Indivíduo; Socialização e Interação; Papéis, Status e Classes Sociais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Bibliografia básica:

BAUMAN, Zygmunt. *Aprendendo a pensar com a sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

DIAS, Reinaldo. *Introdução à Sociologia*, 2ª. Edição. Pearson Prentice Hall: São Paulo, 2008 – Capítulo 02 - A questão social e a necessidade de uma ciência social

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico.* São Paulo: Martins Fontes, 2007. Introdução (XI – XXXIV) e O que é fato social? (p. 1-13), Conclusão (pp. 145-151).

SCOTT, John. *50 Sociólogos* Fundamentais. São Paulo: Contexto, 2007

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira e OLIVEIRA, e Márcia Gardênia Monteiro (Orgs.) *Um toque de clássicos*. Ed, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SZTOMPKA, Piotr. A *sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Capítulo VI - a globalização da sociedade

Bibliografia complementar:

BOURDIEU, Pierre. "Capítulo III: O capital social – notas provisórias", In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (org). *Escritos de educação*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, pp. 65-69.

BOURDIEU, Pierre. *Gostos de classe e estilos de vida*. Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, p. 82-121, 1983.

DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social.* São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Capítulo II: Solidariedade mecânica ou por similitudes; Capítulo III: A solidariedade devido à divisão do trabalho ou orgânica - pp.39 -109).

MARX, K. e ENGELS, F. 1848. *O Manifesto Comunista*. Disponível em: http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo.* São Paulo: Pioneira, 1987. Capítulo 01.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole:* o que a globalização tem feito de nós. São Paulo: Nova Fronteira: 2004.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia,* 4ª. Edição. Artmed: Porto Alegre, 2005 – Capítulo 02. Pp. 23-36.

BARROS, Betânia Tanure e PRATES, Marco A. *O estilo brasileiro de administrar.* São Paulo: Atlas, 1997.

MASSELA, Alexandre B. et al. *Durkheim: 150 anos.* Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. Capítulos 4, 5, 6, 7, 10 e 11.

MEAD, G. H. A brincadeira, o jogo e o outro generalizado. In: *Pesquisas e Práticas Psicossociais* 5(1), São João del-Rei, janeiro/julho 2010.

SIMMEL, Geog. O dinheiro na cultura moderna. In: BOTELHO, André. *Essencial sociologia*. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2013. (Pp. 311-351)

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana: Estudos de Antropologia Social,* 577-592.

SIMMEL, Georg; BUENO, Arthur. *O conflito da cultura moderna e outros escritos*. Senac, 2013.

VARGAS, Eduardo. A microssociologia de Gabriel Tarde. *Anais da XIX Reunião da ABA*. Niterói, 1994.

WEBER, Max. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In: CAMPOS, Edmundo. *Sociologia da Burocracia.* Rio de Janeiro: Zahar, 1971. (PP. 15-28).

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: INSTITUIÇÕES POLÍTICAS COMPARADAS				
SUBJETCT: COMPARATIVE POLITICAL INSTITUTIONS				
CÓDIGO: DCP035	OFERTANTE: DCP	PERÍODO: 2º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática: --	Créditos: 4	Classificação: OB

EMENTA: Análise comparada, desempenho de instituições democráticas em países do centro e da periferia do capitalismo; instituições democráticas e diferentes condições socioeconômicas e culturais. Estudos de formas de organização de democracias liberais, organização Estado: unitarismo X federalismo; processos e poderes (executivo, legislativo); concepções sobre burocracias públicas, políticas públicas, por governos eleitos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Bibliografia básica:

AVRITZER, L. e ANASTASIA, F. (orgs.). (2006). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG (ler apenas o capítulo denominado Presidencialismo e Governo de Coalizão, p. 236 a 257.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (1998). *Dicionário de Política.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed. (Ler a Introdução (p. V e VI), o verbete Democracia (p. 319 a 330)).

DAHL, R. *Análise Política Moderna.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. (Capítulos 4 – Semelhanças dos sistemas políticos - e 5 – Diferenças dos sistemas políticos)

KERSTENETZKY, Celia Lessa; GUEDES, Graciele Pereira. (2018). O Welfare State resiste?[1]Desenvolvimentos recentes do estado social nos países da OCDE. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23 (7): 2095-2106, 2018.

LIJPHART, Arend. (2008). *Modelos de democracia.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Capítulos 1, 2, 3, 6, 7, 8, 10 e 12).

MAINWARING, S.; BRINKS, D.; PËREZ-LIÑÁN, A. (2001) Classificando Regimes Políticos na América Latina, 1945-1999. *Revista Dados*, vol. 44, nº 4. Rio de Janeiro.

MIRANDA, Geralda L. (2017). Seguridade Social da Argentina e no Brasil: trajetória histórica e configuração atual. TRABALHO APRESENTADO NO ENEPCP, 2017.

MUNCK, Gerardo L.; VERKUILEN, Jay (2016). Trazendo de volta a mensuração: fundamentos metodológicos do índice de democracia eleitoral. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 19, p. 147-165.

NICOLAU, Jairo (2002) *Sistemas eleitorais: uma introdução*, Rio de Janeiro: Editora FGV.

O´DONNELL, G. (2011). *Democracia, agência e Estado:* teoria com intenção comparativa. São Paulo: Paz e Terra. (Capítulo VIII – Um rápido olhar sobre a América Latina).

SARTORI, G. (1981). *A Política* – 36. Brasília: Editora Universidade de Brasília. (Capítulo 9 – Método Comparativo e Política Comparada)

SCHEDLER, Andreas (2004). Elecciones sin democracia: el menú de la manipulación electoral. CINTRA, A. O. Sistema Eleitoral. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Orgs.) *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2006

SOUZA, C. (2013). Instituições e Mudanças: reformas da Constituição de 1988, federalismo e políticas públicas In: HOCHMAN, Gilberto; FARIA, Carlos A. P. (Orgs.). *Federalismo e Políticas Públicas no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 91-118.

TSEBELIS, G. (2009). *Atores com Poder de Veto: como funcionam as instituições políticas.* Rio de Janeiro: FGV. (Introdução, capítulos 1, 3 e 4).

Bibliografia complementar:

ARRETCHE, M. (2013). Quando Instituições Federativas Fortalecem o Governo Central? In: HOCHMAN, Gilberto; FARIA, Carlos A. P. (Orgs.). *Federalismo e Políticas Públicas no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 65-90.

DELLA PORTA, D. (2003). O sistema político (capítulo 1 – item 5). In: *Introdução à Ciência Política*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 30-35.

TSEBELIS, G. (2009). *Atores com Poder de Veto: como funcionam as instituições políticas*. Rio de Janeiro: FGV. (Capítulo 6 – Federalismo, bicameralismo e maiorias qualificadas).

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: POLÍTICA, ECONOMIA E SOCIEDADE NO BRASIL				
SUBJETCT: POLITICS, ECONOMY AND SOCIETY IN BRAZIL				
CÓDIGO: DCP042	OFERTANTE: DCP	PERÍODO: 2º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática: --	Créditos: 4	Classificação: OB

EMENTA: Construção nacional e construção do Estado no Brasil, desde a independência. Dinâmicas interdependentes da política, da economia e da estrutura social brasileira no último século. Etapas históricas do desenvolvimento político, econômico e social no Brasil.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Bibliografia básica:

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil:* de Varnhagen a FHC. FGV Editora, 2007.

SORJ, Bernardo. *A nova sociedade brasileira.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Bibliografia complementar:

ABRUCIO, Fernando Luiz; FRANZESE, Cibele; SANO, Hironobu. Trajetória recente da cooperação e coordenação no federalismo brasileiro: avanços e desafios. *República, democracia e desenvolvimento,* p. 129, 2013.

AVRITZER, Leonardo. *Impasses da Democracia no Brasil***.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2015. Introdução e Capítulo 1.

AVRITZER, Leonardo; GOMES, Lilian C. B. Política de reconhecimento, raça e democracia no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 39-68, mar. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582013000100003&lng=en&nrm=iso

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino. In: ARAÚJO, Tarcisio Patricio; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck e MACAMBIRA, Júnior (Orgs.). *50 anos de Formação Econômica do Brasil:* ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: Ipea, 2009.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Disponível em: http://www.escoladeformacao.sp.gov.br/portais/Portals/84/docs/cursos-concursos/promocao/Anexo%20F5_RESOLUÇÃO%20CNECP%201,%20DE%2017%20DE%20JUNHO%20DE%202004.pdf

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. nº 1, de 30 de maio de 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf

CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. pp. 165-186.

CARDOSO, Fernando Henrique. Raymundo Faoro. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CARVALHO, Eneuton Dornellas Pessoa de. "O aparelho administrativo brasileiro: sua gestão e seus servidores – Do 1930 aos dias atuais.". In: SANTOS, Alexandre dos, et alli. (orgs.). *Estado, instituições e democracia:* república. Brasília: IPEA, 2010.

DEDECCA, Cláudio. A redução das desigualdades e seus desafios. *Texto para discussão* 2031. Brasília/ Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo,* v. 1, nº 2, 1996.

GUIMARÃES, Juarez. A trajetória intelectual de Celso Furtado. In: TAVARES, Maria da Conceição(org.). *Celso Furtado e o Brasil.* São Paulo: Perseu Abramo, 1996.

LICIO, Elaine Cristina; MESQUITA, Camile Sahb; CURRALERO, Claudia Regina Baddini. Desafios para a coordenação intergovernamental do Programa Bolsa Família. *Rev. adm. empres.,* São Paulo, v. 51, n. 5, p. 458-470, oct. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902011000500004&lng=en&nrm=iso

MEDEIROS, Marcelo, Souza; PEDRO H. G. F.; CASTRO, Fabio Avila. A Estabilidade da Desigualdade de Renda no Brasil, 2006 a 2012: etimativa com dados do Imposto de Renda e Pesquisas Domiciliares. *Cienc Saude Coletiva*, no prelo (2014). Disponível em: http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/artigo_int.php?id_artigo=15020

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. Disponível em: DOI: 10.590/339707/2018

NICOLAU, Jairo. Partidos na República de 1946: velhas teses, novos problemas. *Dados,* vol. 47, nº 1, 2004.

NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil:* clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. Cap. 1, 2, 3 e conclusão.

SALLUM JR., Brasilio; GOULART, Jefferson O. O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. *Rev. Sociol. Polit.,* Curitiba, v. 24, n. 60, p. 115-135, Dec. 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1678-987316246001

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro:* anatomia da crise. Rio de Janeiro: Vértice, 1986. Capítulos 1, 2 e 3.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *A democracia impedida:* o Brasil no século XXI. Cap. 2.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro. São Paulo: Estação Brasil, 2019.

SOARES, Márcia Miranda; CUNHA, Edite. Política de assistência social e coordenação federativa no Brasil. *Revista do Serviço Público*, v. 67, n. 1, p. 86-109, 2016.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália**.** O programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. *Texto para discussão1424*. Brasília/ Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2009.

ZHOURI, Andréa. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 23, n. 68, p. 97-107, Oct. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000300007&lng=en&nrm=iso

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: ASPECTOS LEGAIS DA GESTAO PUBLICA B

SUBJETCT: LEGAL ISSUES IN PUBLIC MANAGEMENT B

CÓDIGO: DCP125	OFERTANTE: DCP	PERÍODO: 2º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática: --	Créditos: 4	Classificação: OB

EMENTA: Estado, Governo e Administração Pública: administração pública direta e indireta, autarquias, fundações, associações e consórcios públicos, empresas estatais. Princípios básicos da Administração Pública. Administração pública e burocracia. Poderes Administrativos. Atos administrativos. Licitação e Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Controle da Administração Pública. Improbidade Administrativa.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Bibliografia básica:

BANDEIRA DE MELO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo.* São Paulo: Malheiros, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo.* São Paulo: Atlas, 2006.

MEIRELES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2002.

Bibliografia complementar:

ARANTES, Rogério Bastos et. al. Controles democráticos sobre a administração pública no Brasil: Legislativo, tribunais de contas, Judiciário e Ministério Público. In: LOUREIRO, Maria Rita, ABRUCIO, Luiz Fernando & PACHECO, Regina Silva (Org.). *Burocracia e política no Brasil:* desafios para o estado democrático no século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 109 a 147.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. Dados – *Revista de Ciências Sociais*, vol. 47, nº 4, 2004. p. 703-728.

BOBBIO, Norberto. Democracia: os fundamentos. In: *Teoria Geral da Política*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CUNHA, Eleonora. "A reinvenção do Estado brasileiro: a criação de instituições que articulam participação e deliberação". *Efetividade Deliberativa: estudo comparado de Conselhos Municipais de Assistência Social (1997 / 2006).* Tese de Doutorado em Ciência Política, UFMG, 2009, p. 61-74.

MATIAS-PEREIRA, José. *Curso de Administração Pública*. São Paulo: Atlas, 2009.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. As duas fases da história e as fases do capitalismo. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP. *Texto para discussão n. 278*, Maio de 2011.

WEBER, Max. A política como vocação. In: C. Wright Mills e H. H. Gerth (Eds.). Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À ECONOMIA

SUBJETCT: INTRODUCTION TO ECONOMICS

CÓDIGO: ECN140	OFERTANTE: DEP.ECONOMIA	PERÍODO: 2º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática: --	Créditos: 4	Classificação: OB

EMENTA: Noções de microeconomia (oferta, demanda, equilíbrio de mercado teoria do consumidor, estruturas de mercado) noções de macroeconomia (produto, emprego e renda moeda, juros e política monetária setor externo, câmbio e balanço de pagamentos inflação e setor público estabilização e crescimento).

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Bibliografia básica:

CHANG, H-J. *Economia: Modo de Usar*: Um Guia Básico dos Principais Conceitos Econômicos. São Paulo: Portfolio Penguin, 2015.

GONÇALVES, C. e GUIMARÃES, B. *Introdução à Economia.* Elsevier Brasil, 2009.

KRUGMAN, P. e WELLS, R. *Introdução à economia.* Vol. 3. Elsevier Brasil, 2016.

MANKIW, N.G. *Introdução à Economia*: Princípios de Micro e Macroeconomia. 1a Edição. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

Bibliografia complementar:

PINHO, D.B.; VASCONCELOS, M. A. S. (orgs.) *Manual de Economia.* Equipe dos Professores da USP. 3ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2001.

ROSSETTI, J. P. *Introdução à Economia*. São Paulo: Atlas, 2002.

TROSTER, M. & MONCHON, F. *Introdução à Economia*. São Paulo: Makron, 1994.

VASCONCELLOS, M. A. S. *Economia – Micro e Macro*. São Paulo: Atlas, 2001, 3 a edição.

WONNACOTT, P. & WONNACOTT, R. *Economia*. 2a Edição. São Paulo: Makron, 1994.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES PUBLICAS				
SUBJETCT: SOCIOLOGY OF PUBLIC ORGANIZATIONS				
CÓDIGO: SOA607	OFERTANTE: DEP.SOCIOLOGIA	PERÍODO: 2º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática: --	Créditos: 4	Classificação: OB

EMENTA: Burocracia, administração pública. Estado, relações sociais. Institucionalismo, utilitarismo. Burocracia, poder político. Cultura organizacional. Mudança, flexibilização organizacional.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Bibliografia básica:

BOUDON, R, BOURRICAUD, F, *Dicionário crítico de sociologia,* Ática, SP, 2001, p.253-260

DIAS, R, *Sociologia das organizações,* Atlas, SP, 2008, 69-144

WEBER, M, *Economia y sociedad,* Fondo de cultura econômica, México, 2004, p.5-45, p.170-203, p.1047-1095

MERTON, R, *Burocracia e personalidade,* org, de Campos, E. *Sociologia da Burocracia,* Zahar, RJ, 1978, p.107-124

BEETHAM, D, *A burocracia e a teoria democrática,* Estampa, Lisboa, 1988, p.137-175

SELZNICK, P. *Fundamentos da teoria das organizações,* org. de ETIZIONI. A. *Organizações Complexas,* Atlas, SP, 1967, p.30-42

MARCH, J, SIMON, H, *Teoria das organizações,* FGV, RJ, 1972, p.192-238

PERROW, C. *Análise organizacional,* Atlas, SP. 1972, p.73-119

CHAMPION, D, *A sociologia das organizações,* Saraiva, 1979, SP, 116-132

Bibliografia complementar:

ALVES, D, *O teste sociométrico, sociogramas,* Globo, Porto Alegre,1972, p.14-18.

FOUCAULT, M, *Vigiar e punir,* Vozes, RJ, 1986, p.125-152.

MELLO E SOUSA, L, *Raymundo Faoro e 'Os donos do poder'* in *Introdução ao Brasil, vol 1,* org. de Mota, L, Senac, SP. 2004, p.335-356.

BASTOS, E.R. "Gilberto Freyre – Casa-grande & senzala" in Mota (org.), op. cit. p.215-234.

SALLUM JR, B. “Sérgio Buarque de Holanda - Raízes do Brasil” in Mota (org.), op. cit. p.235-256.

LAPA, J.R.A.: “Caio Prado Júnior – Formação do Brasil contemporâneo” in Mota (org.), op. cit. p.257-272.

LAMOUNIER, B: “Vítor Nunes Leal – Coronelismo, enxada e voto” in Mota (org.), op. cit. p. 273-292.

ALMEIDA, M.H.T. “Oliveira Viana – Instituições políticas brasileiras” in Mota (org.), op. cit. p. 293-314.

SORJ, B. *A nova sociedade brasileira,* Jorge Zahar Ed. R.J. 2000.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos,* Perspectiva, SP, 2007, p.99-108, p.246-260.

MEYER, J, ROWAN, B, *Estrutura como mito e cerimônia.*

PFEFFER, J, *Organizaciones y teoria de las organizaciones,* fondo de cultura econômica, México, 1992, p.276-320.

FREITAS, M, E, *Cultura organizacional,* Makron books, SP. 1991, p.12-37.

MICHELS, R, *A tendência burocrática dos partidos políticos in* Campos, op. cit. p.101-106.

TRAGTEMBERG, M, *Burocracia e ideologia,* Ática, SP, 1977, 58-89

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

SUBJETCT: PUBLIC POLICY ANALYSIS

CÓDIGO: DCP037	OFERTANTE: DCP	PERÍODO: 3º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática: --	Créditos: 4	Classificação: OB

EMENTA: O conceito e classificação de políticas públicas e a relação entre ação governamental e processos políticos. Teorias e modelos de análise das políticas públicas, que abordam com distintas ênfases as relações entre instituições, atores, ideias e contexto político. Exemplificação dos modelos na análise de políticas públicas. O ciclo de políticas públicas e teorias da implementação. A avaliação de políticas públicas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Bibliografia básica:

BACHRACH, Peter. BARATZ, Morton S. Duas faces do poder. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 149-157, out. 2011. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782011000300011

CAPELLA, Ana Cláudia. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. *BIB*, São Paulo, nº 61, 1º semestre de 2006. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/images/bib61.pdf

COELHO, Vera. S. P. Interesses e instituições na política de saúde. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, volume 13, número 37, páginas 115-128. Junho 1998. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000200007

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A política da avaliação de políticas públicas. *RBCS*, V. 20, Nº 59, outubro de 2005. Disponível em: http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper44.pdf

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *RBCS*, V. 18, Nº 51. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092003000100004

FERRAREZI, Elisabete (org.). *Políticas Públicas* – Coletânea – Volume 1. Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: http://www.enap.gov.br/documents/586010/601525/160425_coletanea_pp_v1.pdf/ee7a8ffe-d904-441f-a897-c4a2252a2f23

FUKS, Mario. Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. *Dados*, 41 (1): 230-245, 1998. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581998000100003

IMMERGUT, Ellen M. As regras do jogo: a lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. N° 30, ano 11, fev. de 1996. Disponível em: http://www.anpocs.com/index.php/universo/acervo/biblioteca/periodicos/rbcs/207-rbcs-30

MENICUCCI, Telma M. G. BRASIL, Flávia de P. D. Construção de agendas e inovações institucionais: análise comparativa da reforma sanitária e da reforma urbana. *Estudos de Sociologia*. UNESP – Araraquara, v. 15, Nº 29, 2º semestre de 2010. Disponível em: http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/2971

MIGUEL, Luís Felipe. "Representação Política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.18, nº 51, p. 123-140, 2003. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092003000100009

SILVA, Pedro Luiz Barros. MELO, Marcus André Barreto. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. NEPP/UNICAMP, *Caderno de Pesquisa* n° 48, 2000. Disponível em: http://www.nepp.unicamp.br/images/cadernos-e-livros/cadernos-do-nepp/pdfs/caderno48.pdf

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias* – sociedade e políticas públicas. Ano 8, nº 16, jul/dez 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf

SUBIRATS, Joan. Definición del problema. Relevancia pública y formación de la agenda de actuación de los poderes públicos. SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (org.). *Políticas Públicas* – Coletânea – Volume 1. Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: http://www.enap.gov.br/documents/586010/601525/160425_coletanea_pp_v1.pdf/ee7a8ffe-d904-441f-a897-c4a2252a2f23

SUBIRATS, Joan. El papel de la burocracia en el proceso de determinación e implementación de las políticas públicas. In: SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete. *Políticas Públicas* – Coletânea – Volume 2. Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: http://www.enap.gov.br/web/pt-br/livros/-/asset_publisher/pUSHqxkzYHsx/content/coletanea-de-politicas-publicas-volume-2/586010;jsessionid=E0336280B58077D94EEB8EF34BB9F3B9

Bibliografia complementar:

ARRETCHE, Marta T. S. "Tendências no estudo sobre avaliação". In: RICO, Elizabeth Melo (org.). *Avaliação de Políticas Sociais:* uma questão em debate. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1998.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. *Democracia, federalismo e centralização no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV e Fiocruz, 2012. 232p.

CÔRTES, Soraya Vargas. Viabilizando a participação em Conselhos de Política Pública Municipais: arcabouço institucional, organização do movimento popular e policy communities. In: HOCHMAN, Gilberto, ARRETCHE, Marta e MARQUES, Eduardo (org.). *Políticas públicas no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

CUNHA, Eleonora. “A reinvenção do Estado brasileiro: a criação de instituições que articulam participação e deliberação”. *Efetividade Deliberativa: estudo comparado de Conselhos Municipais de Assistência Social (1997 / 2006).* Tese de Doutorado em Ciência Política, UFMG, 2009, p. 61-74.

DAHL, Robert A. *Sobre a Democracia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. Capítulos: 13,14 e 15.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *Implementação de Políticas Públicas: teoria e prática.* Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

HELD, David. Participação, liberdade e democracia”. *Modelos de Democracia*. Belo Horizonte: Paideia, 1987 (segunda parte do capítulo 7).

HILL, Michael. Implementação: uma visão geral. In: SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete. *Políticas Públicas*, Coletânea. Vol. 2. Brasília: ENAP, 2006.

KINGDON, John. Como chega a hora de uma ideia? SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (org.). *Políticas Públicas*. Brasília: ENAP, 2006.

KINGDON, John. Juntando as coisas. SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (org.). *Políticas Públicas*. Brasília: ENAP, 2006.

LEANDRO, J. G. Coordenação, cooperação e políticas públicas: organizando percepções e conceitos sobre um tema caro à implementação. In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *Implementação de Políticas Públicas: teoria e prática*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

LEANDRO, J. G. Relação Executivo-Legislativo e Processo de Retração de Provisões Sociais: as reformas da previdência de 1998 e 2003 no Brasil. *Política Hoje* (UFPE. Impresso), v. 21, p. 113-149, 2012.

LIMA, Luciana Leite. A implementação da regulação dos prestadores privados no sistema municipal de saúde: os casos de Belo Horizonte/MG e Porto Alegre/RS. In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *Implementação de Políticas Públicas: teoria e prática*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

LIPSKY, Michael. Los empleados de base en la elaboración de políticas públicas. In: BRUGÉ, Q. & SUBIRATS, J. *Lecturas de gestión pública.* Madrid: MAP, 1996.

LOTTA, Gabriela Espanghero. Desvendando o papel dos burocratas de nível de rua no processo de implementação: o caso dos agentes comunitários de saúde. In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *Implementação de Políticas Públicas: teoria e prática*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

MEYERS, Márcia K. E VORSANGER, Susan. Burocratas de nível de rua e a implementação de políticas públicas. In: PETERS, Guy e PIERRE, Jon (orgs.). *Administração Pública* – Coletânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

OLIVEIRA, Vanessa Elias. Judiciário e privatizações no Brasil: existe uma Judicialização da Política? *Dados* – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, nº 3, 2005, pp. 559 a 587.

PIERSON, Paul. SKOCPOL, T. El Institucionalismo Histórico en la Ciencia Política Contemporánea. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, vol. 17, diciembre, 2008, pp. 7-38.

PIRES, Roberto Rocha C. Burocracias, gerentes e suas “histórias de implementação”: narrativas do sucesso e fracasso de programas federais. In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *Implementação de Políticas Públicas: teoria e prática.* Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

PIRES, Roberto Rocha C. Estilos de implementação e resultados de políticas públicas: fiscais do trabalho e o cumprimento da lei trabalhista no Brasil. In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *Implementação de Políticas Públicas: teoria e prática.* Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

SABATIER, Paul A. e Jenkins-Smith, Hank. The advocacy coalition framework: an assessment. In: Sabatier, P. A (edit.). *Theories of the policy process*. Colorado – Oxford: Westview Press, 1999.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS A

SUBJETCT: STATE AND SOCIAL POLICIES A

CÓDIGO: DCP126	OFERTANTE: DCP	PERÍODO: 3º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática: --	Créditos: 4	Classificação: OB

EMENTA: Teorias explicativas da emergência e evolução dos sistemas de proteção social e ou dos estados de bem-estar social, a partir de análises comparadas, considerando: a relação entre Estado e mercado; o conceito de política social, o estado de bem-estar e o de regime de bem-estar; a evolução do conceito de cidadania e sua relação com as políticas sociais. Estudo do caso brasileiro desde as primeiras políticas sociais até o fim da ditadura militar.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Bibliografia básica:

ABRUCIO, Fernando. Coordenação e cooperação no federalismo brasileiro: avanços e desafios. In: *Estado, Instituições e Democracia: República.* IPEA, Livro 9, vol. 1, 2010, p. 177- 212.

ARRETCHE, Marta T. S. Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. *BIB Boletim Informativo e Bibliográfico*, n.3 9, 1995.

BOBBIO, Norberto. (1992). *A Era dos Direitos*. Editora Campus. Rio de Janeiro. Primeira parte, p. 35-97.

CARDOSO Jr, José C.; JACCOUD, Luciana. (2005). Políticas Sociais no Brasil: Organização, Abrangência e Tensões da Ação Estatal. In: *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*.

CARVALHO, José M. *Cidadania no Brasil: O Longo Caminho.* Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2001.

CASTEL, Robert. *A Metamorfose da Questão Social:* Uma Crônica da Questão Social. Vozes. Petrópolis, 1999. Introdução e cap. 1 e 3.

DRAIBE, Sônia; HENRIQUE, Wilnês. 'Welfare State', Crise e Gestão da Crise: um Balanço da Literatura Internacional". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.6, v.3, 1988.

ESPING-ANDERSEN, Gösta. As Três Economias Políticas do Welfare State. *Lua Nova*, n. 24, 1991.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. O Futuro do *Welfare State* na Nova Ordem Mundial. *Lua Nova*, n. 35, 1995.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. RJ: Zahar Editores, 1967. Cap. 3

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação:* As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Ed. Campus. 1980. Cap. 1, 2 e 7.

SANTOS, Wanderley G. *Cidadania e Justiça: A Política Social na Ordem Brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 4 e 5.

Bibliografia complementar:

ARRETCHE, Marta T. S. Políticas Sociais no Brasil: Descentralização em um Estado Federativo. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 40, 1999.

BARROS, Ricardo P. *et al.* A Importância da Queda Recente da Desigualdade na Redução da Pobreza. *IPEA*, TD n. 1256, 2007.

BARROS, Ricardo P. *et al.* A Queda Recente da Desigualdade de Renda no Brasil. *IPEA*, TD n. 1258, 2007.

BARROS, Ricardo P.; HENRIQUES, Ricardo. A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil. *IPEA, Texto para Discussão nº 800*, 2001.

CASTEL. Robert. A Dinâmica dos Processos de Marginalização: da Vulnerabilidade a "Desfiliação". Salvador: *Caderno CRH*, n. 26/27, 1997.

DRAIBE, Sonia M. O Sistema Brasileiro de Proteção Social: O Legado Desenvolvimentista e a Agenda Recente de Reformas. UNICAMP/NEPP: *Caderno de Pesquisa*, n. 32, 1998.

FILGUEIRAS, Cristina A. C. Exclusão, Risco e Vulnerabilidade: Desafios para a Política Social. In: CARNEIRO, Carla B. L.; COSTA, Bruno L. D. *Gestão Social:* O Que há de novo.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H. G. F. A estabilidade da desigualdade no Brasil entre 2006 e 2012: resultados adicionais. *IPEA, Texto para Discussão* nº 2170, 2016.

SILVA, Maria O. S. Teorias Explicativas sobre a Emergência e o Desenvolvimento do *Welfare State*. *Revista Política e Trabalho*, 1999.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: GESTÃO PÚBLICA B

SUBJETCT: PUBLIC MANAGEMENT B

CÓDIGO: DCP127	OFERTANTE: DCP	PERÍODO: 3º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática: --	Créditos: 4	Classificação: OB

EMENTA: Novas tendências e paradigmas da gestão pública contemporânea: características para a provisão de serviços e dilemas quanto à eficácia e eficiência. Temas para pensar o Brasil: ideia de governança; eficiência versus equidade; tipos e mecanismos de *accountability*; parcerias e relação público-privado; processos e instrumentos de regulação, contratualização e agencificação; gestão em redes; descentralização, relações intergovenamentais; intersetorialidade, integração e transversalidade; flexibilidade versus controle; gestão de pessoas nas organizações públicas. Experiências inovadoras de gestão pública no Brasil. Outras inovações.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Bibliografia básica:

AVRICHIR, A. S. Uma análise de incentivos contratuais em arranjos de parceria de atendimento ao cidadão, *Revista de Administração Pública-RAP*, Rio de Janeiro 52(6) 1214-1236, nov-dez, 2018.

BICHIR, Renata, CANATO, P. Solucionando problemas complexos? Desafios da implementação de políticas intersetoriais. In PIRES, Roberto Rocha C. (Org). *Implementando Desigualdades: Reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas*, Brasília, CEPAL/IPEA, 2019. Capítulo 9, p. 243-266

CAVALCANTE, Pedro, *Gestão Pública Contemporânea: Do movimento gerencialista ao pós-NPM***,** Texto para Discussão 2319, IPEA, Brasília, agosto, 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Z. *Parcerias na Administração Pública: Concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas*, São Paulo, Ed. Atlas, 2014. (cap 7 e cap 12 até p. 282)

FARAH, Marta, F. S. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. *Revista de Administração Pública - RAP*, Rio de Janeiro 35(1), jan./fev. 2001, p. 119-44.

HEINRICH, Carolyn J. Como avaliar o desempenho e a efetividade do setor público. In PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.) *Administração Pública Coletânea*, Ed. UNESP/ENAP, Brasília, 2010, Cap. 2, p. 53-75.

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? *Revista de Administração Pública - RAP*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, mai./jun. 2006.

LOTTA, Gabriela, PIRES, Roberto R. C. e OLIVEIRA, Vanessa E. Burocratas de médio escalão: novos olhares sobre velhos atores da produção de políticas públicas. *Revista do Serviço Público*, Brasília, 65 (4), p. 463-492, out/dez 2014.

MENDES, Marcos A política de pessoal do governo federal In ALMEIDA, M. & SALTO, F. *Finanças Públicas*, São Paulo, cap. 2, Ed. Record, 2016.

PACHECO, Regina Silvia, Mensuração do desempenho no setor público: os termos do debate *Cadernos de Gestão Pública e Cidadania*, v. 14, n. 55 –jul/dez, 2009.

PECI, Alketa; SOBRAL, Filipe Parcerias público-privadas: análise comparativa das experiências britânica e brasileira. *Cadernos EBAPE*, Jun, vol.5, no.2, 2007. p.01-14.

PECI, A.; FIGALE, J.; OLIVEIRA, F. *et all*. Oscips e termos de parceria com a sociedade civil: um olhar sobre o modelo de gestão por resultados do governo de Minas Gerais. *Revista de Administração Pública-RAP*, 42(6):1137-62, nov./dez.2008

RODRIGUES, Bruno, ZUCCO, C. Uma comparação direta do desempenho de uma PPP com o modelo tradicional de contratação pública. *Revista de Administração Pública – RAP*, Rio de Janeiro 52(6): 1237-1257, nov-dez, 2018.

SOUZA, Regina Luna Santos Contratos de gestão na administração pública federal: ainda em transição para uma administração pública gerencial, XVII CONGRESSO DEL CLAD, Cartagena, Colombia, 2012.

TONELLI, D. F., MOREIRA, S.T.B., SILVA, S. R. e VASQUES, M.O.S. Uma proposta de modelo analítico para a inovação na gestão pública, *Revista do Serviço Público*, Brasília, 67(especial), 59-84, 2016.

Bibliografia complementar:

ANASTASIA, Fátima, Federação e relações intergovernamentais. In: AVELAR, L.; CINTRA, A.O. *Sistema político brasileiro: uma introdução*, E. Konrad Adenauer, Ed. UNESP, 2005.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID *Modelo aberto de Gestión para Resultados em el Sector Público*. (Disponível no site do Banco).

FLEURY, S. M. T. & OUVERNEY, A. M. *Gestão de redes: a estratégia de regionalização da política de saúde. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.*

PEREIRA, Flávio Schettini P. (org). *Ações premiadas no 18º Concurso Inovações na Gestão Pública Federal 2013*, Brasília Enap, 2013. (Há outras edições do prêmio que também devem ser consultadas até 2017).

Site da ENAP – Escola Nacional de Administração Pública.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: DEMOCRACIA DIGITAL E GOVERNO ELETRÔNICO

SUBJETCT: DIGITAL DEMOCRACY AND E-GOVERNMENT

CÓDIGO: DCP132	OFERTANTE: DCP	PERÍODO: 3º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática: --	Créditos: 4	Classificação: OB

EMENTA: Democracia e internet. Governo eletrônico. Participação e representação digital. Governança eletrônica. Accountability e transparência no governo eletrônico. Inclusão e exclusão digital. Avaliação de portais governamentais. Deliberação on line. Gestão estratégica da informação: democratização, participação, controle interno / externo. Lei de Acesso à Informação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Bibliografia básica:

CARDON, D. A *democracia internet - promessas e limites.* Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet*: reflexões sobre internet, negócios e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

GILLESPIE, Tarleton. A relevância dos algoritmos. *Parágrafo*, vol. 6, nº 1, p. 95-121, 2018.

LEMOS, A.; LÉVY, P. *O futuro da internet* - em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Ed. Paulus, 2010.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência:* o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

MAIA, R; GOMES, W; MARQUES, F. P. J. *Internet e Participação Política no Brasil.* Porto Alegre: Sulina, 2011.

MEHL, J. P.; SILVA, S. P. (Orgs.). *Cultura digital, internet e apropriações políticas: experiências, desafios e horizontes.* Rio de Janeiro: Folio Digital, 2017.

MENDONÇA, Ricardo F.; PEREIRA, Marcus A.; FILGUEIRAS, F. (Orgs.). *Democracia, tecnologia e redes: ação social, movimentos e transparência*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016

PIMENTA, M. S; CANABARRO, D. R. (Orgs.) *Governança Digital.* Porto Alegre: UFRGS, 2014

SILVA, Sivaldo P.; BRAGATTO, Rachel C.; SAMPAIO, Rafael C. (Orgs.). *Democracia digital, comunicação política e redes: Teoria e Prática.* Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. *Democracia e códigos invisíveis.* Edições Sesc, 2019.

THOMPSON, John. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VAN DIJCK, José. Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology. *Surveillance & society*, v. 12, n. 2, p. 197-208, 2014

Bibliografia complementar:

Arthur Ituassu, Sérgio Lifschitz e Luiz Leo INTERNET E DEMOCRACIA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: a oferta de e-transparência e e-participação nos websites das maiores prefeituras do país. TRABALHO APRESENTADO NO SÉTIMO CONGRESSO COMPOLÍTICA, 2017

GOMES, Wilson. *A democracia no mundo digital: História, problemas e temas*. [S.l.]: Edições Sesc, 2018.MENDONÇA, Ricardo F.; AMARAL, Ernesto F. L. Deliberação online em consultas públicas? O caso da assembleia legislativa de Minas Gerais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 22, n. 49, p. 177–203, 2014.

MENDONÇA, Ricardo F.; PEREIRA, Marcus A. Democracia digital e deliberação online: um estudo de caso sobre o VotenaWeb. TRABALHO APRESENTADO NO IV CONGRESSO LATINO AMERICANO DE OPINIÃO PÚBLICAWAPOR, p. 1–37, 2011.

PARISER, Eli. *O que a internet está escondendo de você*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

POSSAMAI, Ana Júlia. Governo eletrônico: uma análise institucional. In: PIMENTA, M. S; CANABARRO, D. R. (Orgs.). *Governança Digital.* Porto Alegre: UFRGS, 2014. p. 48-79.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: ECONOMIA DO BEM ESTAR				
SUBJETCT: WELFARE ECONOMICS				
CÓDIGO: ECN044	OFERTANTE: DEP.ECONOMIA	PERÍODO: 3º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática: --	Créditos: 4	Classificação: OB

EMENTA: Função de Bem Estar. Equidade e Eficiência. Análise Custo-Benefício. O financiamento do Setor Público. Sistemas de Tributação. Políticas Sociais: Sistemas de Seguridade, Sistemas de Saúde e Sistemas de educação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Bibliografia básica:

BIDERMAN, C.; ARVATE, P. (Orgs.). *Economia do Setor Público no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

PIKETTY, T. *O Capital no Século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D.L. *Microeconomia* (7ª ed.). São Paulo: Pearson, 2010.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VARIAN, H. *Microeconomia*: uma abordagem moderna. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Bibliografia complementar:

CMESP: Comission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress. *Report of the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*, 2009. Disponível em http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/

HAUGHTON, J.; KHANDKER, S. R. *Handbook on poverty and inequality*. The World Bank. 2009. Disponível em http://go.worldbank.org/4WJH9JQ350

IPEA. *Políticas Sociais: acompanhamento e análise* - Vinte Anos da Constituição Federal, nº 17, Volumes 1-3, 2009.

MEDEIROS, M. et al. O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012), *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 58, n. 1, 2015.

SEN, A. *Desigualdade reexaminada*. São Paulo: Record, 2001.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. *International Human Development Indicators*. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/statistics/

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2021

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS B

SUBJETCT: STATE AND SOCIAL POLICIES B

CÓDIGO: DCP128	OFERTANTE: DCP	PERÍODO: 4º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática: --	Créditos: 4	Classificação: OB

EMENTA: Constituição do sistema de proteção social a partir da Constituição de 1988 em perspectiva comparada entre as políticas. Princípios, diretrizes, financiamento, gestão das principais políticas sociais em perspectiva comparada, análise do processo de descentralização com ênfase nas relações governamentais e no papel dos entes federativos. Agenda contemporânea e as transformações em curso, além de diferenças entre governos e décadas pós-1988.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Bibliografia básica:

ARRETCHE, Marta. 2002 Federalismo e relações intergovernamentais no brasil: a reforma de programas sociais. *Dados* [online], vol. 45, n. 3, p. 431-458. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/dados/v45n3/a04v45n3.pdf

BICHIR, Renata. 2016. Novas Agendas, Novos Desafios: Reflexões sobre as relações entre transferência de renda e assistência social no Brasil. *Novos estudos CEBRAP*. Edição 104, vol.35. Disponível em: http://novosestudos.uol.com.br/produto/104/

CASTRO, J. A. 2012. Política Social e desenvolvimento no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, vol. 21, NE. p. 1011-1042. Leitura: p. 1011-1022. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21nspe/v21nspea12.pdf

DELGADO, G.; Jaccoud, L.; NOGUEIRA, R. 2009. Seguridade Social: Redefinindo o Alcance da Cidadania. Leitura:17-29. IPEA. *Boletim de políticas sociais*, nº. 17. Capítulo sobre Seguridade Social. Vol. 1. Brasília. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_17_vol01_seguridade_social.pdf

GOMES, Sandra; SILVA, André L. N.; OLIVEIRA, Flávia. 2019. Governos Partidários e políticas educacionais no Brasil do século XXI: a eficácia da democracia, p. 217-244. In: Arretche, Marta; Marques, Eduardo e Faria, Carlos A. (Org.). *As políticas da Política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT*. Editora Unesp.

MACHADO, Jose Angelo; PALOTTI, Pedro Lucas de Moura. 2015. Entre cooperação e centralização: Federalismo e políticas sociais no Brasil Pós-1988. *Revista Brasileira de Ciências*

Sociais [online], vol. 30, nº 88 [cited 2018-08-07], p. 61-82. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v30n88/0102-6909-rbcsoc-30-88-0061.pdf

MACHADO, Jose Angelo. 2018. Federalismo e políticas sociais: conexões a partir da Teoria da Agência. *Revista do Serviço Público*. Brasília, vol. 69 (1), p. 57-84, jan/mar. Disponível em: https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1295/1945

MATIJASCIC, Milko; KAY, Stephen J. 2016. A reforma da previdência brasileira no âmbito de um mercado de trabalho heterogêneo. *Revista da ABET*, vol 16, nº 1. Disponível em: http://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/36023/18400

SÁTYRO, Natália; CUNHA, Eleonora. 2014. A trajetória da Política de Assistência Social no Brasil pós-88: o papel das leis e o papel do presidente. *Revista Brazilian Political Science Review, v*ol. 8, nº 1. Disponível em: http://www.bpsr.org.br/index.php/bpsr/article/view/190/

SÁTYRO, Natália; CUNHA, Eleonora. 2018. A capacidade transformativa do governo federal brasileiro na construção de uma burocracia da assistência social nos municípios. *Revista de Administração Pública – RAP*. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rap/v52n3/pt_1982-3134-rap-52-03-363.pdf

SÁTYRO, Natália; CUNHA, Pedro. 2021. "Regime de Bem-Estar Social no Brasil é algo heterogêneo internamente: uma agenda de pesquisa". In: Porto, Lorena e Delgado, Mauricio. *A América Latina e o Estado de Bem-Estar Social* - Características, Obstáculos e Desafios. Tirant Empório do Direito Editorial Ltda.

SEGATTO, Catarina; ABRUCIO, Fernando. 2016. A cooperação em uma federação heterogênea: o regime de colaboração na educação em seis estados brasileiros. *Revista Brasileira de Educação* v. 21 n. 65 abr.-jun. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n65/1413-2478-rbedu-21-65-0411.pdf

VASQUEZ, Daniel e GOMES, Sandra. 2012. Cap 4 – As relações verticais na federação: explorando o problema da descentralização e da autonomia. In: Arretche, Marta. *Democracia, Federalismo e Centralização no Brasil*. Rio de Janeiro Fiocruz,

Bibliografia complementar:

ABICALIL, Carlos. 2012. O federalismo e o Sistema Nacional de Educação - Uma oportunidade fecunda. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, vol. 6, nº 10, p. 21-37, jan./jun. Disponível em: http//www.esforce.org.br

ARRETCHE, Marta. 2004. Federalismo e políticas sociais no brasil: problemas de coordenação e autonomia. *Revista São Paulo em Perspectiva*. vol. 18, nº 2. São Paulo, abr/jun. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a03v18n2.pdf

ARRETCHE, Marta. 2008. A Política da Política de Saúde. In: Giovanella *et al*. (Org.). *Políticas e sistema de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

CASTRO e CARDOSO JUNIOR. 2005. Políticas Sociais no Brasil: Organização, Abrangência e Tensões da Ação Estatal. In; Jaccoud (Org). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo.* Brasília. Ipea. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_5-10.pdf

KERSTENETZKY, Célia Lessa. 2012. Cap 1 – O estado do bem-estar social: uma demarcação (1870-1975) e Cap 2 – Qual bem-estar social? In: KERSTENETZKY, Célia L. *O Estado do bem-estar social na idade da razão* – a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo. Rio de janeiro: Elsevier.

LEONE, Eugência e BALTAR, P. 2016. Dossiê Relações de Gênero, Raça e Etnia no Mercado de Trabalho. *Revista da ABET*, vol. 15, p. 13. Disponível em: http://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/issue/view/1836/showToc

LÓPEZ, Laura C. 2012. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. *Interface* (Botucatu), mar, vol. 16, nº 40, p. 121-134. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/icse/v16n40/aop0412.pdf

MATIJASCIC, Milko; KAY, Stephen J. 2019. Reforma da previdência social brasileira e a experiência internacional: custeio, benefícios, capitalização, mercado de trabalho e demografia. *Revista NEcat.* Ano 8, nº 15 jan/jun. Disponível em: http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/necat/article/view/5675/5476

MESA-LAGO, Carmelo. 2006. *As reformas de previdência na América Latina e seus impactos nos princípios de seguridade social.* Coleção Previdência Social. Série Traduces: vol. 23. Tradução da Secretaria de Políticas de Previdência Social, Brasília. Disponível em: http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_081014-111405-101.pdf

MIRANDA, Geralda. 2017. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes: feedback effects, inflexões e desafios atuais. *Revista de Administração. Pública* [online]. vol. 51, nº 2, p. 201-218. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rap/v51n2/0034-7612-rap-51-02-00201.pdf

NORONHA J.C.; LIMA L.D., MACHADO, C.V. 2008. O Sistema Único de Saúde - SUS. In: Giovanella *et al*. (Org.). *Políticas e sistema de saúde no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; p. 435-72. Disponível em: http://professor-ruas.yolasite.com/resources/12_O_Sistema_unicoi_de_saude_03.pdf

PERES, A. J. *et al.* 2015. Efeito redistributivo intraestadual do Fundeb: uma análise a partir de variáveis financeiras, socioeconômicas e educacionais os municípios. *Texto para Discussão* 39. Disponível em: http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/subcategoria/13

TOMAZINI, Carla Guerra; LEITE, Cristiane Kerches da Silva. 2016. Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão? *Revista de Sociologia e Política*. [online], vol. 24, nº 58, pp. 13-30. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v24n58/0104-4478-rsocp-24-58-0013.pdf

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: FINANÇAS PÚBLICAS

SUBJETCT: PUBLIC FINANCE

CÓDIGO: DCP181	OFERTANTE: DCP	PERÍODO: 4º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 45	Carga Horária Prática: 15	Créditos: 4	Classificação: OB

EMENTA: Introdução às finanças públicas: falhas do mercado, funções do Estado, teoria da tributação. Conceito, evolução e princípios do Orçamento Público. O processo orçamentário brasileiro: elaboração, execução e controle do Plano Plurianual- PPA; da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual. Federalismo fiscal no Brasil. A Lei de Responsabilidade Fiscal.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Bibliografia Básica

AFONSO. José Roberto R. (2013), *A Economia Política da Reforma Tributária: o caso brasileiro*. Wilson Center. Latin American Program. Disponível em: https://www.wilsoncenter.org/publication/economia-politica-da-reforma-tributaria-o-caso-brasileiro. Acesso em: 28 fev. 2020.

AFONSO. José Roberto R.; CASTRO, Kleber P. (2020), *Consolidação da carga tributária bruta de 2019*. Portal José Roberto R. Afonso. Disponível em: https://www.joserobertoafonso.com.br/carga-tributaria-recorde-historico-afonso-castro/. Acesso em: 17 mar. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal. Título VI (Da Tributação e do Orçamento), Capítulo II (Das Finanças Públicas), Seção II (Dos Orçamentos).

BRASIL (2020a), Ministério da Economia. Receita Federal. *Carga Tributária no Brasil 2018: análise por tributos e bases de incidência*, março de 2020. Disponível em: https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/ctb-2018-publicacao-v5.pdf. Acesso em: 27 jul. 2020.

BRASIL (2020b). Ministério da Economia. Secretaria Especial de Fazenda. Secretaria de Orçamento Federal. *Manual técnico de orçamento- MTO*. Edição 2021 (7ª versão), Brasília, ago. de 2020. Disponível em: https://www1.siop.planejamento.gov.br/mto/lib/exe/fetch.php/mto2021:mto2021-versao7.pdf. Acesso em: 23 nov. 2020.

BRASIL (2020c), Ministério da Economia. Secretaria Especial de Fazenda. Secretaria de Orçamento Federal. *Orçamento Cidadão: Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2021*. Brasília/DF, 2020.

54 p. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento/orcamentos-anuais/2021/ploa/Orcamento%20Cidadao%20PLOA2021.pdf. Acesso em: 05 de set. 2020

BRASIL. (2000d), *Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000*. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF, 5 maio. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 05 ago. 2019.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2013), *Cartilha 10 Ideias para uma Tributação mais Justa.* São Paulo. Disponível em: http://www.dieese.org.br/cartilha/2013/10ideias_completo.pdf. Acesso em 05 ago. 2019.

GIACOMONI, James. (2017), *Orçamento Público*. 17ª edição revista e atualizada. São Paulo: Editora Atlas.

GIAMBIAGI, Fabio.; ALÉM, Ana Cláudia. (20110, *Finanças públicas: teoria e prática no Brasil*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier. Cap. 1 (Teoria das Finanças Públicas)

SOARES, Márcia M.; ALTAVILLA, Cristian. (2021), Desafios do federalismo fiscal para a equidade social na Argentina e no Brasil. In: A. T.; Lopes, D. B. e Santos, M. L. (Org.). *Coleção Desafios Globais* - Volume 3: América Latina, Editora UFMG.

Bibliografia Complementar

AFONSO, José Roberto R. (2016) Uma História da Lei Brasileira de Responsabilidade Fiscal, *Revista Direito Público*, Porto Alegre, Edição Especial, pp. 126-154. Disponível em: https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2610. Acesso em: 05 ago. 2019.

BRASIL. *Lei Nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 (LDO 2020).* Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências. Brasília, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13898.htm. Acesso em: 28 fev. 2020.

BRASIL. *Lei Nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 (PPA 2020-2023).* Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023, Brasília, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13971.htm. Acesso em: 28 fev. 2020.

BRASIL. *Lei Nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020 (LOA 2020).* Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13978.htm. Acesso em: 27 jul. 2020.

BRASIL. *Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993***.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Presidência da República. Brasília/DF, 21 de junho de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: 05 ago. 2019.

IPEA. (2009), Receita pública: quem paga e como se gasta no Brasil. *Comunicado da Presidência*, n. 22. Brasília, 20 jun. 2009. Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5297/1/Comunicado_n22_Receita.pdf. Acesso em: 27 jul. 2020

OCDE. (2012), Estatísticas sobre Receita na América Latina (1990 – 2010): Brasil. *Estatísticas sobre Receita na América Latina*. Disponível em: https://www.oecd.org/ctp/tax-global/BRAZIL_PT_country%20note_final.pdf. Acesso em: 05 ago. 2019.

PIRES, Waldemir. (2011), *Orçamento Público: abordagem tecnopolítica*. São Paulo: Cultura Acadêmica/Unesp.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: PLANEJAMENTO PÚBLICO

SUBJETCT: PUBLIC PLANNING

CÓDIGO: DCP182	OFERTANTE: DCP	PERÍODO: 4º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 45	Carga Horária Prática: 15	Créditos: 4	Classificação: OB

EMENTA: Conceitos, tipos e metodologias de planejamento governamental. A relação entre planejamento e implementação de políticas e entre planejamento e desenvolvimento. O planejamento público no Brasil: evolução, desafios e vinculação com a gestão pública. Estudos de caso de inovações em planejamento nos diferentes níveis de governo. Prática orientada no planejamento de políticas públicas. Planejamento e PPA.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Bibliografia básica:

ALMEIDA, P. R. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica. In: GIACOMONI, James e PAGNUSSAT, José Luiz (Orgs.). Planejamento e orçamento governamental. Coletânea. Brasília: Enap, vol. 2, 2006.

ARTMANN, Elizabeth. O Planejamento estratégico situacional no nível local: um instrumento a favor da visão multissetorial. In: *Oficina Social nº 3*: Desenvolvimento Social. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2000.

CASSIOLATO, Martha; GUERESI, Simoni. Como elaborar modelo lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação. *IPEA, Nota técnica* nº 6, 2010.

GARCIA, Ronaldo C. A reorganização do processo de planejamento do governo federal: O PPA 2000-2003. IPEA, Texto para Discussão nº 726, 2000.

GIACOMONI, James e PAGNUSSAT, José Luiz (Orgs.). *Planejamento e orçamento governamental*. Coletânea. Brasília: Enap, vol. 2, 2006.

IPEA. Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o Estado. In: Estado, instituições e democracia: desenvolvimento. Coletânea. Brasília: IPEA, 2010. Cap. 5, Livro 9, v. 3, p. 203-243.

JANNUZZI, Paulo M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Brasília, Revista do Serviço Público, nº 56 (2), p. 137-160, abr/jun 2005.

MATIAS-PEREIRA, José. *Curso de Administração Pública*: Foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2010. 2ª ed.

MATUS, Carlos. O plano como aposta. In: GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (Orgs.). Planejamento e orçamento governamental. Coletânea. Brasília: Enap, vol. nº 2, 2006.

OLIVEIRA, J. A. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. *Revista de Administração Pública*, nº 40(2), 2006, p. 273-288.

PFEIFFER, Peter. O quadro lógico: um método para planejar e gerenciar mudanças. In: GIACOMONI, James e PAGNUSSAT, José Luiz (Orgs.), Planejamento e Orçamento Governamental. Coletânea. Brasília: Enap, vol. 1, 2006.

REZENDE, Fernando. Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução. *Texto para Discussão Cepal Ipea*, nº 4. Brasília: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2009.

SANCHES, Osvaldo M. *Dicionário de orçamento e áreas afins.* Brasília: Editora Prisma, 1997. Verbetes: Planejar; Planejamento; Planejamento de curto prazo; Planejamento de longo prazo; Planejamento econômico; Planejamento estratégico; Planejamento governamental; Planejamento operacional.

Bibliografia complementar:

BUARQUE, Sérgio C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável: material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal*. Brasília: Projeto de cooperação técnica INCRA/IICA, 1999. Disponível em: http://www.iica.org.br/docs/publicacoes/publicacoesiica/sergiobuarque.pdf Acesso julho 2013.

ENAP. *Ferramentas e métodos de planejamento.* Material do módulo II do curso PPA: Elaboração e Gestão – Ciclo Básico. Brasília, 2007.

MATUS, Carlos. *Política, planejamento e governo*. Brasília: IPEA, 1993.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz F.; MICHEL, Renault. Por que novo-desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, 27 (4), 2007.

SOUZA, Antônio R. As trajetórias do planejamento governamental no Brasil: meio século de experiências na administração pública. *Revista do Serviço Público*, ano 55 (4), 2004.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À ESTATÍSTICA

SUBJETCT: INTRODUCTION TO STATISTICS

CÓDIGO: EST057	OFERTANTE: DEP.ESTATÍSTICA	PERÍODO: 4º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática: --	Créditos: 4	Classificação: OB

EMENTA: Amostragem, Estatística Descritiva: tabelas e gráficos, medidas de síntese numérica. Introdução ao cálculo de probabilidade. Variáveis aleatórias discretas e contínuas. Inferência Estatística. Uso do software R.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Bibliografia básica:

BURT, J. E.; BARBER, G.M; RIGBY, D.L. *Elementary Statistics for Geographers*, 3a. ed. The Gilford Press, 2009.

MACCLAVe, James T. *Estatística para Administração e Economia*. 10ª. ed. Editora Perason, 2009

Magalhães, M. N. e Pedroso. *Noções de Probabilidade e Estatística*. 6a Ed., EDUSP, São Paulo, 2004.

MORETIN, P. A. e BUSSAB, W. O. *Estatística Básica*. 9a Ed., São Paulo, Saraiva, 2017.

RAYKOV, Tenko e MARCOULIDES, George A. *Basic Statistics: An Introduction* with R Rowman & Littlefield Publishers, 2013.

SIRKIN, R.M. *Statistics for the social Science*. 3a ed. Sage Publications Ltda.2006.

SWEENEY, Dennis J.; ANDERSOn, David R.; WILLIAMS, Thomas A. *Estatística aplicada à administração e economia.* 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 692 p

VERZANI, John. *Using R for Introductory Statistics*. 2a. ed. Chapman & Hall/CRC The R Series, 2018.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: (Carga Optativa para Gestão Pública)				
SUBJETCT: (Variável)				
CÓDIGO: (Variável)	OFERTANTE: (Variável)	PERÍODO: 4º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: (Variável)	Carga Horária Prática: (Variável)	Créditos: 4	Classificação: OP
EMENTA: (Variável)				

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

(Variável)

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS A

SUBJETCT: PUBLIC POLICY EVALUATION A

CÓDIGO: DCP131	OFERTANTE: DCP	PERÍODO: 5º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática: --	Créditos: 4	Classificação: OB

EMENTA: O papel da avaliação no ciclo de políticas públicas e na gestão contemporânea. Relação entre objetivos políticos e critérios de avaliação. Tipos de avaliação em função do momento de realização, natureza e objetivos. Monitoramento e avaliação, e a relação entre os dois. Estratégias e desenhos de avaliação em função do objetivo da avaliação, do recorte programático e dos critérios para avaliação: pertinência, possibilidades e limites de cada tipo. Métodos e técnicas de avaliação. Elaboração de Indicadores.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Bibliografia básica:

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Monitoramento e avaliação de programas sociais*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2016. Capítulos 1 a 4.

Bibliografia complementar:

BARATIERI, Tatiane; NATAL, Sonia; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo. Cuidado pós-parto às mulheres na atenção primária: construção de um modelo avaliativo. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 7, e00087319, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/csp/v36n7/1678-4464-csp-36-07-e00087319.pdf

BATISTA, Mariana; DOMINGOS, Amanda; VIEIRA, Bhreno. Políticas públicas: modelos clássicos e 40 anos de produção no Brasil. BIB – *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 94, p. 1-25, 2021. Disponível em: http://anpocs.com/images/BIB/n94/Bib94_Mariana.pdf

BRASIL – Casa Civil da Presidência, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante* (v. 1). Brasília: IPEA, 2018a. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32688&Itemid=433

BRASIL – Casa Civil da Presidência, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post (v. 2*). Brasília: IPEA, 2018b. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34504

CASSIOLATO, Maria Martha M. C. *Modelo lógico e a teoria do programa:* uma proposta para organizar avaliação. Desafios do Desenvolvimento, ano 7, edição 63, 19/11/2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1117:catid=28&Itemid=23

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. *Avaliação de projetos sociais.* Petrópolis: Vozes, 2008 (ou outras edições). Páginas: 72-84 (capítulo IV: "Avaliação: conceito e especificidade").

COTTA, T.C. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. Brasília, *Revista do Serviço Público*, ano 49, n. 2, abr./jun., 1998, p. 103-124. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1634/1/1998%20Vol.49%2cn.2%20Cotta.pdf

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3.ed. Porto Alegre: Artmed: Bookman, 2010, p. 238-265 (Capítulo 10: "Métodos mistos").

FERREIRA, Helder; CASSIOLATO, Martha; GONZALEZ, Roberto. Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: o modelo lógico do Programa Segundo Tempo. IPEA: Brasília, 2009. *Texto para Discussão* nº 1369. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1369.pdf

FIGUEIREDO FILHO, Dalson *et al*. O que fazer e o que não fazer com a regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). *Revista Política Hoje*, v. 20, n. 1, 2011, p. 44-99. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicahoje/article/view/3808

FURTADO, J. P.; GASPARINI, M. F. V. Há diferenças entre avaliar e analisar? *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 8, 2019, p. 2933-2938. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/csc/2019.v24n8/2933-2938/pt

GERTLER, Paul J. *et al. Avaliação de impacto na prática.* Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento; Banco Mundial, 2018. Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/25030/9781464808890.pdf

GONCALVES, Éber; BRAGA, Felipe Michel Santos Araújo; CAMPOS, Eder Sá Alves. Avaliação executiva de indicadores no governo do estado de Minas Gerais: análise da implementação de uma ferramenta de monitoramento e avaliação. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 6, p. 1891-1914, dec. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rap/v45n6/a13v45n6.pdf

JANNUZZI, Paulo de Martino. Eficiência econômica, eficácia procedural ou efetividade social: três valores em disputa na avaliação de políticas e programas sociais. *Desenvolvimento em Debate*, v. 4, n. 1, 2016, p. 117-142. Disponível em: http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd_v_4_1_Paulo-Jannuzzi.pdf

KRAUSE, Cleandro. Modelo lógico para análise de políticas públicas em perspectiva histórica. IPEA: Brasília, 2020. *Texto para Discussão* nº 2572. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36031&Itemid=448

MUNDIM, Pedro S. *et al.* Bolsa Família, informação e preconceito: uma análise com o uso de experimentos. Brasília, *Revista do Serviço Público*, v. 70, v. 4, 2019, 551-575. Disponível em: https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3288

PARANHOS, Ranulfo *et al*. Uma introdução aos métodos mistos. *Sociologias*, ano 18, n. 42, mai/ago, 2016, p. 384-411. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/soc/v18n42/1517-4522-soc-18-42-00384.pdf

PEIXOTO, Betânia Totino. *Avaliação econômica do programa Fica Vivo*: o caso piloto. II Prêmio SOF de Monografias – 2008. Trabalho premiado em 1º lugar. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4669/1/tema-1-1o-lugar.pdf

RAMOS, Marília Patta. Aspectos conceituais e metodológicos da avaliação de políticas e programas sociais. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 32, jan.-jun./2009, p. 95-114. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/11

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, out./2012, p. 1271-1294. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rap/v46n5/a05v46n5.pdf

RÊGO, Walquíria Domingues Leão; PINZANI, Alessandro. Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso do programa Bolsa Família. In: CAMPELLO, Tereza; Neri, Marcelo Côrtes. (Orgs.) *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA, 2013. p. 359-366 (cap. 23). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=20408

ROGERS, Patricia. *Theory of change. Unicef Office of Research* – Innocenti: Florença, 2014 (Unicef Methodological – Briefs Impact Evaluation n. 2). Disponível em: https://www.unicef-irc.org/publications/747-theory-of-change-methodological-briefs-impact-evaluation-no-2.html

SÁTYRO, Natália G. D.; D'ALBUQUERQUE, Raquel W. O que é um Estudo de Caso e quais as suas potencialidades. *Sociedade e Cultura*, 23, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.5216/sec.v23i.55631

SCORZAFAVE, Luiz Guilherme. *Avaliação de Projetos e Políticas Sociais* (Vídeo). 2016. (Detalhes na descrição do vídeo). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2SizOzLHg88&t=34s

SHADISH, William R.; COOK, Thomas D.; CAMPBELL; Donald T. *Experimental and quasi-experimental designs for generalized causal inference*. Boston, New York: Houghton Mifflin, 2002.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS

SUBJETCT: PROGRAM FORMULATION AND IMPLEMENTATION

CÓDIGO: DCP183	OFERTANTE: DCP	PERÍODO: 5º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 15	Carga Horária Prática: 45	Créditos: 4	Classificação: OB

EMENTA: Conceituação: políticas, programas e projetos. Conceito, objetivos e tipos de projeto, elementos básicos de um projeto. Ciclo de vida e fases da elaboração de um programa / projeto: diagnóstico, estudo de viabilidade, atores, participação social, elaboração, monitoramento e prestação de contas. Metodologias para concepção, desenho, execução e avaliação de programas e projetos. Cenário da elaboração e implementação de programas e projetos: incertezas tensões, ambiguidades e conflitos. Tipos de programas e projetos e consequências para a gestão. Estratégias de implementação e fatores que afetam a implementação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Bibliografia básica:

ARMANI, Domingos. *Como elaborar projetos?* Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando, *Avaliação de Projetos Sociais.* 10a. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais*: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas: Alinea, 2016.

Bibliografia complementar:

CAMPOS, Arminda E. M.; ABEGÃO, Luís Henrique, DELAMARO, Maurício César. *O planejamento de Projetos Sociais: dicas, técnicas e metodologias*. Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2002.

GTZ. ZOPP - *Planejamento de Projetos Orientado por Objetivos*: Um Guia de Orientação para o Planejamento de Projetos Novos e em Andamento. Frankfurt: Multiprint, 1998.

MACIEL, A. L. S. e BORDIN, E.B *A face privada na gestão das políticas públicas*. Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, 2014.

MATUS, Carlos. *O plano como aposta*. São Paulo em perspectiva, v. 5, n. 4, p. 28-42, 1991.

PINHEIRO, Marcelo Torres; SILVA, Mônica Aparecida da Rocha. Contribuições do escritório de gerenciamento de projetos públicos na gestão para resultados. *Revista do Serviço Público* 63.2 (2012): 199-215.

PMI – Project Management Institute. *Um Guia do conjunto de conhecimentos em gerenciamento de* projetos: Guia PMBOK. Newtown Square: Project Management Institute, 2004.

TENÓRIO, Fernando G., BERTHO, Helena & CARVALHO, Helenice F. *Elaboração de Projetos Comunitários*: Abordagem Prática. Editora Loyola, 2002.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: ECONOMETRIA I

SUBJETCT: ECONOMETRICS I

CÓDIGO: ECN190	OFERTANTE: DEP.ECONOMIA	PERÍODO: 5º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática: --	Créditos: 4	Classificação: OB

EMENTA: O modelo de regressão linear; regressão linear entre duas variáveis e regressão linear múltipla; introdução aos modelos de equações simultâneas; análise de problemas econométricos; modelos econométricos; exemplos aplicados à econometria.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Bibliografia básica:

WOOLDRIDGE, J.M. 2005. *Introdução à Econometria: Uma Abordagem Moderna*.

GUJARATI, D. 2006. *Econometria Básica*. São Paulo: Makron. (4ª edição).

Bibliografia complementar:

SARTORIS, A. 2007. *Estatística e Introdução à Econometria.* São Paulo, Ed. Saraiva.

BUSSAB, W. O; MORETTIN, P. A. 2010. *Estatística Básica.* São Paulo: Saraiva (6ª edição)

CAMERON, A. C; TRIVEDI, P. K. 2009. *Microeconometrics using STATA.* Stata Press.

HILL, C., GRIFFITHS, W.E., JUDGE, G.G. 2003. *Econometria*. São Paulo: Saraiva (2ª edição).

PINDICK, R.S., RUBINFELD, D.L. 2004. *Econometria: Modelos e Previsões*. Rio de Janeiro: Elsevier.

STOCK, J.H., WATSON, M.W. 2004. *Econometria*. Addison-Wesley.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: (Carga Optativa para Gestão Pública)				
SUBJETCT: (Variável)				
CÓDIGO: (Variável)	OFERTANTE: (Variável)	PERÍODO: 5º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 120	Carga Horária Teórica: (Variável)	Carga Horária Prática: (Variável)	Créditos: 8	Classificação: OP
EMENTA: (Variável)				

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

(Variável)

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS B

SUBJETCT: PUBLIC POLICY EVALUATION B

CÓDIGO: DCP184	OFERTANTE: DCP	PERÍODO: 6º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 30	Carga Horária Prática: 30	Créditos: 4	Classificação: OB

EMENTA: Avaliação de políticas públicas: principais conceitos, especificidades da avaliação, tipos de avaliação, metodologia da avaliação. Linguagem dos projetos. Modelos para a avaliação de impactos. Conceitos de indicadores sociais. Aplicação de técnicas econométricas e bancos de dados na avaliação de políticas públicas. Técnicas de regressão: modelo de regressão simples; análise de regressão múltipla (estimação e inferência); análise de regressão múltipla com informações qualitativas; heteroscedasticidade; e problemas adicionais de especificação e de dados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Bibliografia básica:

AQUINO, Jakson Alves de. *R para cientistas sociais*. Editora UESC.

BABBIE, Earl. *Métodos de Pesquisas de Survey*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

Cohen, Ernesto; Franco, Rolando. *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis: Vozes, 1993.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. 3ª ed. Campinas: Editora Alínea, 2006.

GERTLER, Paul J.; Sebastian Martinez, Patrick Premand, Laura B. Rawlings, Christel M. J. Vermeersch. 2015. *Avaliação de Impacto na Prática*. The World Bank.

REZENDE, Flávio da Cunha. Desenhos de pesquisa e qualidade inferencial na Ciência Política: o modelo de engrenagens analíticas. *Conexão Política*, v. 4, n. 2, jul./dez., 2015, p. 47-66.

TAVARES, Marcelo. 2011. *Estatística aplicada à administração*. UFScar.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. *Introdução à econometria: uma abordagem moderna*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

Bibliografia complementar: (opcional)

Será compartilhada ao longo do curso, na forma de materiais para referência e subsídio para o trabalho final e outras atividades. Alguns exemplos:

CORTES, Soraya Vargas. Instituições participativas e acesso a serviços públicos nos municípios brasileiros. In: Pires, Roberto Rocha C. (Org.) *Efetividade das instituições participativas no Brasil:*

estratégias de avaliação. Brasília: IPEA, 2011. (Série Diálogos para o Desenvolvimento, vol. 7). p. 77-82 (cap. 5).

NEVES, Alan Vítor Coelho; Amaral, Ernesto Friedrich de Lima; Golgher, André Braz. A política pública do bônus sociorracial na UFMG: avaliação do acesso pelo vestibular, 2008, 2009 e 2010. In: Amaral, Ernesto Friedrich de Lima; Gonçalves, Guilherme Quaresma; Faustino, Samantha Haussmann Rodarte. *Aplicações de técnicas avançadas de avaliação de políticas públicas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p. 153-195 (cap. 5).

PNUD; IPEA; FJP. *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro*. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: (Carga Optativa para Gestão Pública)				
SUBJETCT: (Variável)				
CÓDIGO: (Variável)	OFERTANTE: (Variável)	PERÍODO:6º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 240	Carga Horária Teórica: (Variável)	Carga Horária Prática: (Variável)	Créditos: 16	Classificação: OP
EMENTA: (Variável)				

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

(Variável)

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: ESTÁGIO CURRICULAR A

SUBJETCT: MANDATORY INTERNSHIP A

CÓDIGO: DCP135	OFERTANTE: DCP	PERÍODO: 7º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 180	Carga Horária Teórica: --	Carga Horária Prática: 180	Créditos: 12	Classificação: OB

EMENTA: Experiência de trabalho do discente com a dimensão profissional dos diversos campos da gestão pública sob supervisão de docente e de profissional do campo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Não se aplica.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: (Carga Optativa para Gestão Pública)				
SUBJETCT: (Variável)				
CÓDIGO: (Variável)	OFERTANTE: (Variável)	PERÍODO: 7º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 120	Carga Horária Teórica: (Variável)	Carga Horária Prática: (Variável)	Créditos: 8	Classificação: OP
EMENTA: (Variável)				

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

(Variável)

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: ESTÁGIO CURRICULAR B

SUBJETCT: MANDATORY INTERNSHIP B

CÓDIGO: DCP136	OFERTANTE: DCP	PERÍODO: 8º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 120	Carga Horária Teórica: --	Carga Horária Prática: 120	Créditos: 8	Classificação: OB

EMENTA: Experiência de trabalho do discente com a dimensão profissional dos diversos campos da gestão pública sob supervisão de docente e de profissional do campo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Não se aplica.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: (Carga Optativa para Gestão Pública)				
SUBJETCT: (Variável)				
CÓDIGO: (Variável)	OFERTANTE: (Variável)	PERÍODO: 8º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 180	Carga Horária Teórica: (Variável)	Carga Horária Prática: (Variável)	Créditos: 16	Classificação: OP
EMENTA: (Variável)				

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

(Variável)

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: PROJETO DO TCC

SUBJETCT: SENIOR THESIS PROJECT

CÓDIGO: DCP089	OFERTANTE: DCP	PERÍODO: 9º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: --	Carga Horária Prática: 60	Créditos: 4	Classificação: OB

EMENTA: Componentes conceituais e metodológicos de uma monografia. Sistematização de etapas a serem seguidas na tradução do plano da monografia em texto escrito. Elaboração do projeto de trabalho de conclusão do curso, seguindo etapas de construção deste trabalho.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Bibliografia básica:

AZEVEDO, Israel Belo de. *O prazer da produção científica*. 12. d., São Paulo: Editora Hagnos, 2001, capítulos 3 e 4.

BASTOS, Dau; SOUZA, Mariana; NASCIMENTO, Solange. *Monografia ao alcance de todos*. Rio de Janeiro: Novas Direções – Marketing Cultural, Ltda.; 2002.

COLEGIADO DE COORDENAÇÃO DIDÁTICA DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA. *Regulamento do Curso*. Belo Horizonte: UFMG, 2020.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber – Manual de metodologia em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte; Editora UFMG, 1999, capítulos 4, 5, 6 e 7.

LEAL, E. J. M. *Um Desafio para o Pesquisador: a elaboração do problema de pesquisa*. Contrapontos. ano 2; n. 5; p. 237-250. 2002.

Bibliografia complementar:

ASDI - Agência sueca de cooperação internacional para o desenvolvimento. *Um resumo da teoria por trás do Método do Quadro Lógico* (MQL). Janeiro de 2003.

CASSIOLATO, Martha e GUERESI, Simone. Como elaborar Modelo Lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação. *Nota técnica* Nº 6. Brasília: IPEA, setembro de 2010.

ECO, Umberto. *Como se Faz uma Tese?* São Paulo: Editora Perspectiva, 2008, capítulos 1 e 2.

MACHADO, J. A. & ZANETTI, D. G. Material de Apoio – *Tópicos em Políticas Públicas:* Projeto de Intervenção. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas.* 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004, capítulos 11 e 12.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: (Carga Optativa para Gestão Pública)				
SUBJETCT: (Variável)				
CÓDIGO: (Variável)	OFERTANTE: (Variável)	PERÍODO: 9º	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 240	Carga Horária Teórica: (Variável)	Carga Horária Prática: (Variável)	Créditos: 16	Classificação: OP
EMENTA: (Variável)				

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

(Variável)

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

SUBJETCT: SENIOR THESIS

CÓDIGO: DCP137	OFERTANTE: DCP	PERÍODO: 10	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 120	Carga Horária Teórica: --	Carga Horária Prática: 120	Créditos: 8	Classificação: OB

EMENTA: Trabalho monográfico, relatório de pesquisa ou projeto de intervenção feito pelo discente, a ser registrado como comprovação de sua capacitação teórico-analítica, que o torne habilitado para o exercício de funções diversas referidas à gestão pública.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

(Variável)

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS** Avenida Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária – Pampulha CEP: 31.270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
Projeto Pedagógico – Versão Curricular 2020

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

DISCIPLINA: (Carga Optativa para Gestão Pública)				
SUBJETCT: (Variável)				
CÓDIGO: (Variável)	OFERTANTE: (Variável)	PERÍODO: 10	PRÉ-REQUISITO: --	GRUPO: --
Carga Horária Total: 180	Carga Horária Teórica: (Variável)	Carga Horária Prática: (Variável)	Créditos: 12	Classificação: OP
EMENTA: (Variável)				

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

(Variável)